



PROJETO PEDAGÓGICO

DO

Curso Superior de Tecnologia em Logística

São Paulo – SP - 2022

Diretor Acadêmico

Roberto Brás Matos Macedo

Coordenadora do Curso

Sergio Roberto Ribeiro Maciel

ÍNDICE

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
DADOS DA INSTITUIÇÃO	7
CONTEXTO EDUCACIONAL E GEOGRÁFICO	8
ASPECTOS ECONÔMICOS	12
CONCLUSÃO DA JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	18
FORMAS DE ACESSO	18
DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	19
1.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	19
1.1.1 Política de Ensino:	21
1.1.2 Política de Extensão:	22
1.1.3 Política de Iniciação Científica:	Erro! Indicador não definido.
1.2 Objetivos do Curso	23
1.2.1 Objetivo Geral	24
1.2.2 Objetivos Específicos	24
1.3 Perfil Profissional do Egresso	24
1.4 Estrutura Curricular - Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).	28
1.5 Conteúdos Curriculares	31
1.6 Metodologia	33
1.6.1 Qualidade de Ensino	35
1.6.2 Mecanismos de Aprendizagem	35
1.7 Estágio Curricular Supervisionado - Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	37
1.8 Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.	37
1.9 Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.	37
1.10 Atividades Complementares	37
1.11 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	38
1.12 Apoio ao Discente	38
1.12.1 Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente – NAP	38
1.12.2 Monitoria	39
1.12.3 Nivelamento	39
1.12.4 Programa de Atendimento Extraclasse	40
1.12.5 Núcleo de Apoio ao Egresso	41

	4
1.12.6 Organização estudantil	42
1.12.7 Ouvidoria	42
1.12.8 Política de Bolsas	42
1.13 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa	43
1.14 Atividades de Tutoria	44
1.15 Conhecimento, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	44
1.16 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – No Processo de Ensino Aprendizagem	45
1.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	45
1.18 Material Didático	45
1.19 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem	45
1.19.1 Avaliação do desempenho acadêmico	49
1.20 Número de Vagas	50
1.21 Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC.	50
1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.	51
1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.	51
1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.	51
DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	51
2.1. Núcleo Docente Estruturante	51
2.1.1 - Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso	54
2.2 Equipe Multidisciplinar	56
2.3 Atuação do Coordenador	56
2.4 Regime de Trabalho do Coordenador de Curso	56
2.5 Corpo Docente: Titulação	56
2.6 Regime de trabalho do corpo docente do curso	58
2.7 Experiência profissional do docente (excluída a experiência no exercício da docência superior). NSA para cursos de licenciatura	60
2.8 Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.	60
2.9 Experiência no exercício da docência superior	60

2.10 Experiência no exercício da docência na educação a distância	61
2.11 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância	61
2.12 Atuação do Colegiado de Curso ou equivalente	61
2.13 Titulação e formação do corpo de tutores do curso	63
2.14 Experiência do corpo de tutores em educação a distância	64
2.15 Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso a distância	64
2.16 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	64
DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA	64
3.1 Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral.	68
3.2 Espaço de trabalho para o coordenador	68
3.3 Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso.	68
3.4 Salas de aula. NSA para cursos que não preveem atividades presenciais na Sede.	69
3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	69
3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).	69
3.7 Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).	70
Periódicos Especializados	70
3.8 Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC.	71
3.9 Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC.	71
3.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos.	72
3.11 Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.	72
3.12 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.	72
3.13 Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.	72
3.14 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).	72
3.15 Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC.	72
3.16 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.	72
3.17 Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.	72

3.18 Ambientes profissionais vinculados ao curso. Exclusivo para cursos a distância com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.	72
ANEXO 1 - Ementário e Bibliografias	77
ANEXO 2 - REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	97
Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN’s	97
Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	97
Diretrizes nacionais para a educação dos direitos humanos	97
Proteção dos direitos da pessoa com transtorno espectro autista	98
Titulação corpo docente	98
Núcleo Docente Estruturante - NDE	98
Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa N° 12/2006)	98
Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia	99
Tempo de integralização	99
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	99
Língua Brasileira de Sinais - Libras	101
Informações Acadêmicas	101
Políticas de Educação Ambiental	101

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Mantenedora: Instituto Paulista de Ensino Superior do Comércio S/A

CNPJ: 29.755.938/0001-01

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Logística

Mantida: Faculdade do Comércio

Modalidade do Curso: Tecnológico

Modalidade de Ensino: Presencial

Coordenadora: Sergio Roberto Ribeiro Maciel

Ato Autorizativo: Reconhecimento processo e-MEC sob o n.º 202111211

Número de vagas: 110

Duração do curso: 4 semestres

Prazo máximo para integralização do currículo: 6 semestres

Carga horária: 1.880 (60 minutos) – incluindo a optativa Libras

Endereço: Rua Boa Vista, 51 – Centro Histórico de São Paulo – SP – CEP 01014-000

Contatos:

Telefone: (11) 3180-3036

E-mail: secretaria@facsp.com.br

Homepage da Instituição: <https://www.facsp.com.br/>

DADOS DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade do Comércio – FAC, polo Sede, está localizada na Rua Boa Vista, nº 51/57, no Edifício da Associação Comercial de São Paulo, bairro Centro Histórico de São Paulo, no Estado de São Paulo. Mantida pelo Instituto Paulista de Ensino Superior do Comércio S/A, a Faculdade do Comércio (FAC) tem como objetivo a qualificação inovadora e inteligente do comércio, varejo e serviços, conectando e preparando o profissional para as novas demandas do mundo digital.

A Faculdade do Comércio (FAC) é uma iniciativa da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), entidade com mais de 125 anos, independente de governos e sem fins lucrativos, dedicada à representação dos empresários, empreendedores e à defesa da democracia e da livre iniciativa.

Também é a faculdade oficial da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), formada por 27 federações, representantes de cada um dos estados, que agregam 2.300 associações comerciais e empresariais que associam, por adesão voluntária, mais de dois milhões de empresários em todo o país, pessoas jurídicas e físicas, de todos os setores da economia.

A CACB é uma organização multissetorial, representa e expressa a opinião independente de empresários do comércio, indústria, agropecuária, serviços, finanças e profissionais liberais, de micro, pequenas, médias e grandes empresas.

Portanto, o Curso Superior de Tecnologia em Logística da FAC foi criado para atender aos anseios da comunidade, especialmente aos empreendedores do comércio, associados da Associação Comercial de São Paulo (pequenos e médios empresários), seus colaboradores, empregados e respectivos núcleos familiares.

A Instituição foi credenciada pelo MEC por 4 (quatro) anos por meio da Portaria nº 2110, de 5 de dezembro de 2019, para a oferta dos seguintes cursos presenciais:

Curso	Grau	Código	CC/Ano	Semestres	Ato
Administração	Bacharelado	1431230	4 (2019)	8	Portaria MEC n.º 556, de 12/12/2019
Gestão Comercial	Tecnologia	1431231	4 (2018)	4	
Gestão em Recursos Humanos	Tecnologia	1431233	5 (2018)	4	
Logística	Tecnologia	1431630	4 (2018)	4	
Sistemas para Internet	Tecnologia	1431234	4 (2018)	5	

A FAC foi também credenciada para a oferta de cursos de tecnologia em Gestão Comercial, Gestão de Curso, Logística e Sistemas para Internet na modalidade de educação a distância- EaD por meio da Portaria MEC nº 440, de 25 de junho de 2021 (publicada no Diário Oficial da União nº 119, seção 1, p. 56).

Curso	Grau	Código	CC/Ano	Semestres	Ato
Gestão Comercial	Tecnologia	1434388	5 (2019)	4	Portaria MEC n.º 660, de 29/06/2021
Gestão em Logística	Tecnologia	1434387	4 (2019)	4	
Logística	Tecnologia	1434390	4 (2021)	4	
Sistemas para Internet	Tecnologia	1434391	5 (2019)	5	

CONTEXTO EDUCACIONAL E GEOGRÁFICO

A Faculdade do Comércio está inserida em São Paulo, a maior cidade do Brasil, que compõe com outros 39 municípios a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP e é o maior polo econômico nacional. Criada em 1973, essa região foi reorganizada em 2011 pela LC 1.139 que instituiu o Conselho de Desenvolvimento e agrupou seus municípios em sub-regiões:

Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã.

Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano.

Sudeste: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Sudoeste: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Indicadores da Região Metropolitana de São Paulo
Região Metropolitana de São Paulo

Dados Selecionados

Municípios	Área (km ²) ¹	População 2017 ¹	Densidade Demográfica 2017 (hab/km ²) ¹	TGCA 2010/2017 (%) ²	PIB 2015 (mil reais) ¹	Distância até São Paulo (km) ³	Sub-Região
São Paulo	1.521,11	12.106.920	7.959,27	1,05	650.544.789		
Arujá	96,17	86.430	898,75	2,07	4.874.536	45	Leste
Biritiba-Mirim	317,41	31.793	100,17	1,54	723.190	79	Leste
Ferraz de Vasconcelos	29,56	188.868	6.388,45	1,66	2.736.076	45	Leste
Guararema	270,82	28.978	107,00	1,65	1.549.436	79	Leste
Guarulhos	318,68	1.349.113	4.233,51	1,42	52.199.130	16	Leste
Itaquaquecetuba	82,62	360.657	4.365,14	1,64	6.476.632	36	Leste
Mogi das Cruzes	712,54	433.901	608,95	1,62	14.130.976	57	Leste
Poá	17,26	115.488	6.689,53	1,23	4.393.670	42	Leste
Salesópolis	425,00	16.903	39,77	1,12	193.193	101	Leste
Santa Isabel	363,33	56.014	154,17	1,50	1.514.766	61	Leste
Suzano	206,24	290.769	1.409,88	1,47	10.328.167	44	Leste
Total Sub-Região Leste	2.839,62	2.958.914	1.042,01	1,51	99.119.772		
Caieiras	97,64	98.223	1.005,95	1,83	3.074.160	38	Norte
Cajamar	131,39	73.921	562,62	2,05	11.584.946	41	Norte
Francisco Morato	49,00	171.602	3.502,01	1,51	1.337.906	48	Norte
Franco da Rocha	132,78	149.502	1.125,98	1,84	2.743.594	47	Norte
Mairiporã	320,70	95.601	298,10	2,40	1.514.466	37	Norte
Total Sub-Região Norte	731,50	588.849	804,99	1,86	20.255.072		
Barueri	65,70	267.534	4.071,99	1,52	47.793.106	30	Oeste

Municípios	Área (km ²) ¹	População 2017 ¹	Densidade Demográfica 2017 (hab/km ²) ¹	TGCA 2010/2017 (%) ²	PIB 2015 (mil reais) ¹	Distância até São Paulo (km) ³	Sub-Região
Carapicuíba	34,54	396.587	11.479,97	1,01	5.115.509	26	Oeste
Itapevi	82,66	229.502	2.776,52	1,93	10.278.995	40	Oeste
Jandira	17,45	121.492	6.962,69	1,65	3.291.026	34	Oeste
Osasco	64,95	697.886	10.744,31	0,65	65.872.535	22	Oeste
Pirapora do Bom Jesus	108,49	18.174	167,52	2,08	371.896	55	Oeste
Santana de Parnaíba	179,95	131.887	732,91	2,79	7.832.605	40	Oeste
Total Sub-Região Oeste	553,75	1.863.062	3.364,47	1,23	140.555.672		
Diadema	30,73	417.869	13.586,58	1,14	13.854.570	21	Sudeste
Mauá	61,91	462.005	7.462,65	1,47	12.429.673	27	Sudeste
Ribeirão Pires	99,08	121.848	1.229,86	1,07	2.813.436	55	Sudeste
Rio Grande da Serra	36,34	49.408	1.359,57	1,68	533.254	50	Sudeste
Santo André	175,78	715.231	4.068,85	0,80	26.240.885	24	Sudeste
São Bernardo do Campo	409,53	827.437	2.020,56	1,12	42.745.533	19	Sudeste
São Caetano do Sul	15,33	159.608	10.410,80	0,96	13.302.120	14	Sudeste
Total Sub-Região Sudeste	828,70	2.753.406	3.322,55	1,09	111.919.471		
Cotia	323,99	237.750	733,81	2,42	10.639.278	31	Sudoeste
Embu das Artes	70,40	267.054	3.793,49	1,52	9.403.920	27	Sudoeste
Embu-Guaçu	155,64	68.270	438,64	1,21	1.001.844	49	Sudoeste
Itapecerica da Serra	150,74	170.927	1.133,90	1,63	3.200.863	34	Sudoeste
Juquitiba	522,17	31.027	59,42	1,10	441.964	72	Sudoeste
São Lourenço da Serra	186,46	15.465	82,94	1,46	207.484	54	Sudoeste
Taboão da Serra	20,39	279.634	13.715,62	1,93	7.709.489	30	Sudoeste

Municípios	Área (km ²) ¹	População 2017 ¹	Densidade Demográfica 2017 (hab/km ²) ¹	TGCA 2010/2017 (%) ²	PIB 2015 (mil reais) ¹	Distância até São Paulo (km) ³	Sub-Região
Vargem Grande Paulista	42,49	50.346	1.184,92	2,28	1.948.504	44	Sudoeste
Total Sub-Região Sudoeste	1.472,28	1.120.473	761,05	1,83	34.553.345		
RMSP	7.946,96	21.391.624	2.691,80	1,20	1.056.948.121		
Estado de São Paulo	248.222,00	45.094.866	181,67	1,28	1.939.890.056		

¹Fonte: IBGE.

²Fonte: Emplasa. Taxa geométrica de crescimento populacional anual.

³Fonte: DER - Departamento de Estradas de Rodagem.

Elaboração: Emplasa, GIP/CDI, 2018.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Conjuntura da Economia Paulista

Um aspecto importante dessa conjuntura é que no período 2019-2021 o PIB do Estado de São Paulo (SP) cresceu cerca de cinco vezes o do Brasil. Em números: conforme reportagem no site da Folha de S. Paulo em 28-4-22, dados da Fundação SEADE, de SP, e do IBGE mostraram que entre 2019 e 2021, o PIB de SP São Paulo cresceu 7,8%, ou 4,6 vezes o do Brasil no período (1,7%)¹.

Outra reportagem, está na versão impressa do mesmo jornal, em 5-6-22, revelou que a partir de índices = 100 em janeiro de 2019, em SP eles chegaram a 113 no setor de serviços, e 106,8 no de comércio em março de 2022. E fazendo março de 2017 = 100 o número de pessoas ocupadas na região metropolitana em torno da capital do Estado alcançou 106, também em março de 2022.

Com maiores detalhes, um levantamento realizado entre o primeiro trimestre de 2019 pela Fundação SEADE revelou que os maiores crescimentos setoriais do valor adicionado foram registrados na indústria de construção civil (13,5%), no comércio e serviços de manutenção e reparação (13,6%), e transportes, armazenagem e correio (5,9%), mas houve quedas na indústria de transformação (-4,2%), e na indústria extrativa mineral (-17,7%), superadas, contudo, pelo desempenho de setores com taxas positivas, como os citados.

Esse crescimento do PIB paulista elevou também a arrecadação de impostos estaduais, fazendo com que no ano passado o Estado concedesse um aumento de 20% para seus servidores nas áreas de educação e segurança, e 10% para os demais. De sua parte, as universidades estaduais paulistas (USP, UNESP e Unicamp), que recebem uma porcentagem fixa da arrecadação de ICMS, concederam um aumento de 20% para seus professores e

¹ <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/04/28/chechagem-doria-sabatina-uol-folha.htm>

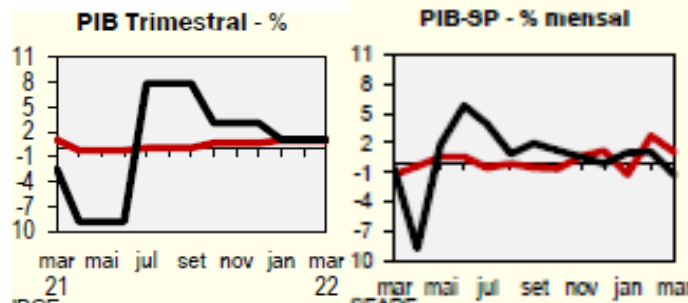
funcionários. Tudo isso depois de uns cinco anos sem aumento, o que também indica a melhora da economia paulista após um período difícil.

Os gráficos a seguir, que comparam o PIB e o desempenho da indústria, do comércio e dos serviços no Brasil e em SP, nos últimos dois anos, também evidenciando o melhor desempenho paulista.

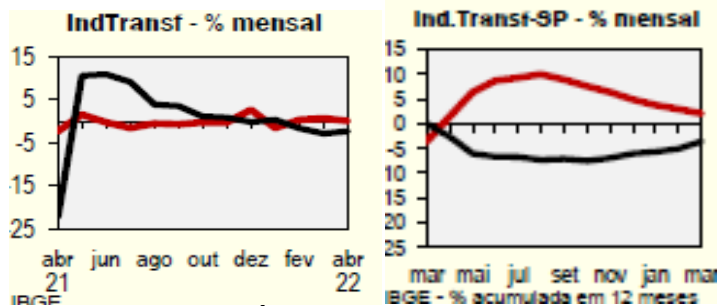
PIB Brasil e Estado de São Paulo (SP) e dados setoriais

— 2020-21 — 2021-22

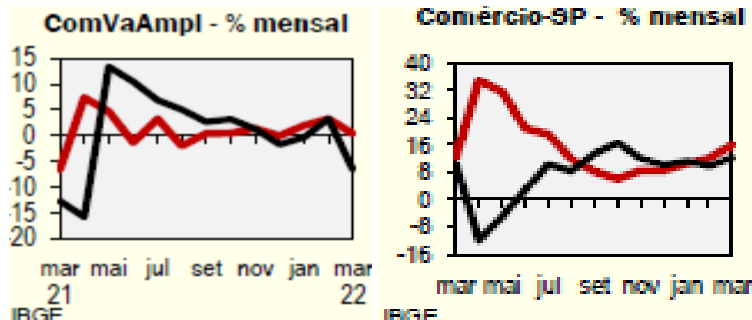
PIB BRASIL E SP



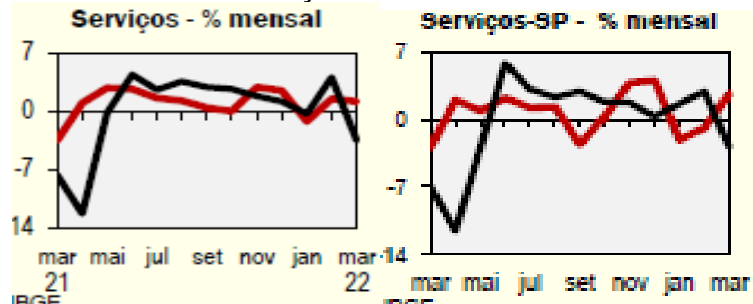
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – BRASIL E SP



COMÉRCIO – BRASIL E SP



SERVIÇOS – BRASIL E SP



Sistema educacional

Seguem-se vários dados sobre matrículas em instituições de ensino abrangendo os de nível fundamental, médio e superior, este presencial e à distância, revelando o enorme contingente de estudantes. No caso do ensino superior, também é apresentado o número de instituições de instituições de ensino.

Dados do Ensino Médio e Fundamental na Região Metropolitana de São Paulo

Cidade	Ensino Médio - Matrículas	Ensino Fundamental - Matrículas
São Paulo	505.612	1.379.203
Região Metropolitana	423.946	1.219.024
Total São Paulo e Região Metropolitana	929.558	2.598.227

Região Leste Cidade	Ensino Médio - Matrículas	Ensino Fundamental - Matrículas
Arujá	4.445	12.540
Biritiba-Mirim	1.277	3.951
Ferraz de Vasconcelos	8.828	22.796
Guararema	1.471	4.056
Guarulhos	60.381	183.926
Itaquaquecetuba	18.107	50.673
Mogi das Cruzes	20.424	55.738
Poá	6.864	16.652
Salesópolis	815	2.402
Santa Isabel	2.582	7.132
Suzano	16.002	42.502
Total Região Leste	141.196	402.368

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama> em 6/4/2018

Região Norte Cidade	Ensino Médio - Matrículas	Ensino Fundamental - Matrículas
Caieiras	4.631	12.529
Cajamar	3.438	10.272
Francisco Morato	8.851	25.780
Franco da Rocha	7.420	19.618
Mairiporã	4.047	10.864
Total Região Norte	28.387	79.063

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama> em 6/4/2018

Região Oeste Cidade	Ensino Médio - Matrículas	Ensino Fundamental - Matrículas
Barueri	15.890	51.142
Carapicuíba	17.568	49.572
Itapevi	10.407	33.202
Jandira	4.763	13.544

Osasco	35.703	92.066
Pirapora do Bom Jesus	660	2.901
Santana de Parnaíba	6.443	21.087
Total Região Oeste	91.434	263.514

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama> em 6/4/2018

Região Sudeste Cidade	Ensino Médio - Matrículas	Ensino Fundamental - Matrículas
Diadema	19.565	55.845
Mauá	19.338	50.402
Ribeirão Pires	5.281	14.347
Rio Grande da Serra	1.950	4.624
Santo André	30.333	81.041
São Bernardo do Campo	36.096	97.059
São Caetano do Sul	8.064	19.422
Total Região Sudeste	120.627	322.740

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama> em 6/4/2018

Região Oeste Cidade	Ensino Médio - Matrículas	Ensino Fundamental - Matrículas
Cotia	12.323	37.903
Embu das Artes	12.475	35.944
Embu-Guaçu	3.959	10.371
Itapeverica da Serra	8.724	25.474
Juquitiba	1.687	4.797
São Lourenço da Serra	741	1.810
Taboão da Serra	12.607	38.637
Vargem Grande Paulista	2.393	6.774
Total Região Oeste	42.302	151.339

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama> em 6/4/2018

Dados de Matrículas em cursos de graduação presencial e a Distância, conforme Censo do Ensino Superior de 2020 no Brasil e em São Paulo/ Número de IES

I - Total de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância Brasil / São Paulo

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Total de Alunos Vinculados aos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância						Nacionalidade Brasileira		Nacionalidade Estrangeira		Número de Alunos procedentes de Escola Pública		Número de Alunos procedentes de Escola Privadas	
	Total	Matriculados	Matrículas Trancadas	Matrículas Desvinculadas	Alunos Transferidos para outro curso na mesma IES	Alunos Falecidos	Total	Matriculados	Total	Matriculados	Total	Matriculados	Total	Matriculados
Brasil	12564836	8680354	1637619	2145755	99639	1469	12540747	8662232	24089	18122	8979354	6134888	3561732	2533665
Pública	2549388	1956352	353779	215138	23768	351	2539911	1948127	9477	8225	1684586	1285693	851344	663963
Federal	1664770	1254080	270845	120738	18843	264	1657166	1247425	7604	6655	1103391	830606	554174	418686
Estadual	781781	623729	74601	78925	4450	76	780066	622296	1715	1433	511413	402911	264587	219022
Municipal	102837	78543	8333	15475	475	11	102679	78406	158	137	69782	52176	32583	26255
Privada	10015448	6724002	1283840	1930617	75871	1118	10000836	6714105	14612	9897	7294768	4849195	2710388	1869702
São Paulo	3065177	2075171	346677	606635	36464	230	3057756	2069915	7421	5256	2342274	1528129	721632	546378
Pública	415964	326523	35468	48993	4935	45	414497	325269	1467	1254	262726	197379	153133	129051
Federal	68075	58631	3880	4739	812	13	67886	58457	189	174	42841	36319	25234	22312
Estadual	300152	231063	28147	36976	3943	23	298940	230038	1212	1025	187639	136820	112437	94178
Municipal	47737	36829	3441	7278	180	9	47671	36774	66	55	32246	24240	15462	12561
Privada	2649213	1748648	311209	557642	31529	185	2643259	1744646	5954	4002	2079548	1330750	568499	417327

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2020. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

II - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2020

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2457	856	1601	203	86	117	322	127	195	1892	613	1279	40	30	10
Pública	304	98	206	112	48	64	12	1	11	140	19	121	40	30	10
Federal	118	67	51	68	31	37	1	-	1	9	6	3	40	30	10
Estadual	129	31	98	39	17	22	2	1	1	88	13	75	-	-	-
Municipal	57	-	57	5	-	5	9	-	9	43	-	43	-	-	-
Privada	2153	758	1395	91	38	53	310	126	184	1752	594	1158	-	-	-
São Paulo	583	158	425	37	16	21	83	19	64	462	122	340	1	1	-
Pública	109	12	97	9	4	5	6	-	6	93	7	86	1	1	-
Federal	6	2	4	3	1	2	-	-	-	2	-	2	1	1	-
Estadual	79	10	69	4	3	1	1	-	1	74	7	67	-	-	-
Municipal	24	-	24	2	-	2	5	-	5	17	-	17	-	-	-
Privada	474	146	328	28	12	16	77	19	58	369	115	254	-	-	-

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2020. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CONCLUSÃO DA JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

Dados anteriormente apresentados mostram a grande dimensão geográfica, populacional, econômica e educacional em torno da FAC.

Acrescente-se que quase 90,0% da população é alfabetizada. Além disso, com relação à faixa etária das pessoas que residem na capital paulista, mais de 56% da população tem entre 15 e 49 anos, ou seja, estão potencialmente em condições de chegar ao ensino superior, e é sabido que a educação desse nível é muito desejada pela população em geral. Em termos de renda, quase 60,0% da população economicamente ativa recebe entre um e dez salários-mínimos, tendo assim um poder aquisitivo capaz de acomodar mensalidades escolares. Há assim uma demanda potencial pelo curso, mas é preciso levar em conta que a oferta dele tem que se colocar de um modo competitivo. Quanto a isso há dois aspectos que recomendam o projeto. O primeiro é que a FAC se coloca num nicho específico do mercado de ensino superior. A oferta nas áreas conhecidas pela designação geral de cursos de administração tem dois nichos principais. De um lado estão as escolas privadas de alto nível e mensalidades caras, bem como as públicas de difícil acesso para os estudantes de menores recursos e que fizeram o seu ensino médio nas escolas públicas. Entre elas estão o INSPER, a FGV e a USP. Na outra ponta, estão grandes universidades privadas de mensalidades bem mais acessíveis, mas com um ensino de massa nem sempre de qualidade adequada e no qual os estudantes recebam uma atenção mais individualizada.

Nesse contexto, voltada para uma clientela mais focada no comércio e para uma população mais carente conhecida como de classe C que constitui a maioria dos trabalhadores desse setor, a FAC oferece um ensino de qualidade alta a um custo mais acessível para seus alunos em potencial, ao lado de tratá-los com maior atenção às suas necessidades educacionais.

O segundo aspecto muito relevante do projeto é que a FAC é a faculdade oficial da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), formada por 27 federações, representantes de cada um dos estados, que agregam 2.300 associações comerciais e empresariais que associam, por adesão voluntária, mais de dois milhões de empresários em todo o país, pessoas jurídicas e físicas, de todos os setores da economia.

Com isso, a FAC conta com essas empresas e profissionais para arregimentar estudantes, bem como para oferecer estágios e outras oportunidades de vivenciar a experiência prática dos seus negócios e, assim, ter uma formação mais personalizada e adequada ao seu presente e ao seu futuro no mercado de trabalho. A Faculdade do Comércio (FAC) prima pela qualificação inovadora e inteligente do comércio, varejo e serviços, conectando e preparando o profissional para as novas demandas do mundo digital.

FORMAS DE ACESSO

O acesso ao curso se dá por meio de Processo Seletivo organizado e executado segundo o disposto na legislação pertinente, com o objetivo de classificar os candidatos no limite das vagas oferecidas. O Processo Seletivo abrange os conhecimentos comuns às diversas formas de educação de nível médio, sem ultrapassar esse nível de complexidade para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores.

A regulamentação do processo seletivo se dá a conhecimento público por meio de Edital publicado em órgãos de divulgação local, regional ou nacional.

Poderá ser adotada a avaliação seriada a ser definida e regulamentada pelo Conselho Superior. Ao deliberar sobre os critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, da

Faculdade do Comércio - FAC pode levar em conta os programas de avaliação do ensino médio adotados, inclusive possíveis orientações específicas oriundas dos órgãos educacionais.

Realizado o Processo Seletivo e restando vaga, admite-se a matrícula de aluno graduado, com diploma devidamente registrado, para obtenção de novo título ou de aluno de outras instituições em processo de transferência. Para estas situações é realizado um processo seletivo na modalidade de análise curricular.

A matrícula em disciplina isolada do curso é permitida nas seguintes situações:

I. Quando da ocorrência de vaga, por alunos de outras instituições de ensino superior ou por concluinte de curso superior, para fins diversos; e

II. Independente da ocorrência de vaga, para aluno da Faculdade, para fins de cumprimento de dependência e/ou adaptação, sempre que for julgado possível pela Coordenação de curso.

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

No Projeto Pedagógico Institucional, estão definidas as principais políticas orientadoras das atividades da Instituição e que se apoiam nos seguintes princípios:

- A aprendizagem é conquista do aluno, com orientação, acompanhamento e avaliação docente;
- Todos aprendemos de forma diferente – por métodos diferentes, em diferentes estilos e a ritmos diferentes;
- A aprendizagem cresce com a atividade e o esforço do aluno;
- Esforço exige orientação, acompanhamento e avaliação. Para a implementação dessas diretrizes tanto a direção, quanto a coordenação e o corpo docente devem ter profundo conhecimento das políticas institucionais e também do PDI e as orientações do PPC.

E essa implantação passa pela contratação de profissionais titulados para as disciplinas sob suas responsabilidades; pela adoção de material bibliográfico condizente com o ensino jurídico de qualidade, pela estrutura física e tecnológica capacitada às demandas próprias; pelo apoio administrativo adequado e preparado e também ao apoio ao corpo discente e, ainda, pelo incentivo à prática de atividades extracurriculares de engrandecimento do conhecimento específico.

No que tange à política didático-pedagógica, não se pode olvidar que o ensino deve ter por meta a formação de profissional capacitado ao desempenho de suas funções com excelência, para tanto, ela deve privilegiar a metodologia inter e multidisciplinar, através de mecanismos de integração acadêmica interna e externa.

Outro aspecto auxiliar nessa implantação é a estruturação dos órgãos deliberativos e executivos da instituição em conformidade com o Regimento Interno, além de outros órgãos fundamentais para o encaminhamento de demandas, a exemplo da Ouvidoria.

Por fim, importante mecanismo de verificação do atingimento das metas institucionais e de aprimoramento das políticas se reflete na aplicação da Avaliação Institucional, que deve ser recorrente durante o desenvolvimento das atividades institucionais.

Fundamental registrar que, conforme adiante exposto, o Curso Superior de Tecnologia em Logística proposto implantará, de forma efetiva e profícua, as políticas institucionais para o ensino, a iniciação científica e a extensão, a partir das seguintes premissas e atividades: a) Política de Ensino: I. Incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares; II. Incentivar a aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar; III. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa/estudo individual e coletiva, assim como a monitoria, os estágios e a participação em atividades de extensão; e, IV. Estimular práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual. O PPC de Logística para atender à concepção filosófica da organização didático-pedagógica apresenta: I. Concepção da estrutura curricular, fundamentada em metodologia de ensino que articule o ensino, a iniciação científica e a extensão; II. Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais através de processos interdisciplinares; III. Desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando os acadêmicos para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional; IV. Considerar a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento do processo de educação continuada. b) Política de Extensão: I. Propiciar a troca de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos e empíricos; II. Trabalhar a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da IES na comunidade; III. Instrumentalizar o processo dialético da relação teoria-prática; IV. Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficia a visão integrada do social; V. Identificar e atender as demandas sociais articuladas com as políticas e prioridades institucionais; VI. Estimular o desenvolvimento de projetos e atividades de prestação de serviços à comunidade e de interesse institucional. c) Política de Iniciação Científica: I. Incentivar projetos específicos articulados com as políticas e prioridades institucionais; II. Realizar acordos e convênios com instituições vinculadas à pesquisa; III. Oportunizar eventos destinados ao debate de temas científicos e culturais sobre aspectos da realidade local e regional; IV. Incentivar a participação dos alunos em projetos de iniciação científica; V. Estimular a participação de alunos e docentes em Encontros, Conferências e Congressos para apresentação de trabalhos desenvolvidos nos cursos de graduação; VI. Estimular a participação de docentes nas atividades de orientação de projetos de iniciação científica de interesse institucional; VII. Desenvolver a mentalidade crítica e reflexiva prevista nas DCN dos cursos.

Obs. A FAC- SP, após o reconhecimento de um de seus cursos presencial, implantará a oferta de até 20% da carga horária na modalidade a distância, conforme Portaria MEC 1.134, de 10/10/2016, e nos termos de sua política para a modalidade EAD, descritas em seu PDI.

A concepção do Curso, na modalidade presencial, da FAC é resultado de um processo de análise da conjuntura regional e nacional, sob os pontos de vista científico, social e econômico, aliado ao empenho desta Instituição em cumprir a missão a que se propõe no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2018/2022).

O Curso está fundamentado na Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, na Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016, e nas novas legislações expedidas pelo MEC, em especial, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa, nº. 11, de 20 de junho de 2017 e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Além disso, o Curso está em total sintonia com a última versão do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, que foi publicada no ano de 2016.

No Projeto Pedagógico Institucional (PPI) estão definidas as principais políticas orientadoras das atividades da Instituição e que se apoiam nos seguintes princípios:

- A aprendizagem é conquista do aluno, com orientação, acompanhamento e

avaliação docente;

- Todos aprendemos de forma diferente – por métodos diferentes, em diferentes estilos e a ritmos diferentes;
- A aprendizagem cresce com a atividade e o esforço do aluno;
- Esforço exige orientação, acompanhamento e avaliação.

Para a implementação dessas diretrizes tanto à direção, quanto à coordenação e ao corpo docente devem ter profundo conhecimento das políticas institucionais e também do PDI, bem como as orientações deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

E essa implantação passa pela contratação de profissionais titulados para as disciplinas sob suas responsabilidades; pela adoção de material bibliográfico condizente com o ensino jurídico de qualidade, pela estrutura física e tecnológica capacitada às demandas próprias; pelo apoio administrativo adequado e preparado e também ao apoio ao corpo discente e, ainda, pelo incentivo à prática de atividades extracurriculares de engrandecimento do conhecimento específico.

No que tange à política didático-pedagógica, não se pode olvidar que o ensino tem por meta a formação de profissional capacitado ao desempenho de suas funções com excelência, para tanto, ela privilegia a metodologia inter e multidisciplinar, por meio de mecanismos de integração acadêmica interna e externa.

Outro aspecto auxiliar nessa implantação é a estruturação dos órgãos deliberativos e executivos da instituição em conformidade com o Regimento Interno, além de outros órgãos fundamentais para o encaminhamento de demandas, a exemplo da Ouvidoria.

Por fim, importante mecanismo de verificação do atingimento das metas institucionais e de aprimoramento das políticas se reflete na aplicação da Avaliação Institucional, que é recorrente durante o desenvolvimento das atividades institucionais.

Fundamental registrar que, conforme adiante exposto, o curso implanta, de forma efetiva e profícua, as políticas institucionais para o ensino, a iniciação científica e a extensão, a partir das seguintes premissas e atividades:

1.1.1 Política de Ensino:

A política da Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP para o curso fundamenta-se na integração do ensino com a iniciação científica e a extensão, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional. Para isso iremos atender os seguintes objetivos:

- I. Incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares;
- II. Incentivar a aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar;
- III. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa/estudo individual e coletiva, assim como a monitoria, os estágios e a participação em atividades de extensão; e,
- IV. Estimular práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual.

O PPC para atender à concepção filosófica da organização didático-pedagógica, apresenta:

- I. Concepção da estrutura curricular, fundamentada em metodologia de ensino que

articule o ensino, a iniciação científica e a extensão;

II. Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais por meio e processos interdisciplinares;

III. Desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando os acadêmicos para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional;

IV. Considerar a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento do processo de educação continuada.

As Políticas de Ensino se encontram no PDI da FAC-SP para consulta.

1.1.2 Política de Extensão:

O curso toma como parâmetro os padrões de qualidade referendados pelo MEC desenvolvendo atividades de extensão, envolvendo corpo docente, discente e comunidade local, sobre temas vinculados ao curso e incentivando a elaboração e implementação de projetos locais e regionais, em parcerias com o setor público, privado e terceiro setor. As atividades de extensão têm como objetivo:

I. Propiciar a troca de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos e empíricos;

II. Trabalhar a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da IES na comunidade;

III. Instrumentalizar o processo dialético da relação teoria-prática;

IV. Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficia a visão integrada do social;

V. Identificar e atender as demandas sociais articuladas com as políticas e prioridades institucionais;

VI. Estimular o desenvolvimento de projetos e atividades de prestação de serviços à comunidade e de interesse institucional.

Na Faculdade do Comércio a prática extensionista ocorre por meio dos Projetos Integradores, constantes em cada um dos semestres do plano curricular. No Projeto Integrador, o aluno tem a função de escolher uma empresa/organização para realizar abordagens, pesquisas, visitas técnicas, a fim de coletar dados e informações para construção de seu trabalho, de caráter interdisciplinar, que abarca as disciplinas vigentes do respectivo período e que tem por objetivo proporcionar ao aluno uma visão crítica do cenário, propor melhorias e planos de ação, principalmente no âmbito da prática da cidadania.

Por sua vez, os cursos de extensão são baseados na estratégia de curricularização da extensão, ou acreditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

As políticas de Extensão se encontram no PDI da FAC-SP para consulta.

1.1.3 Política de Iniciação Científica:

A iniciação científica é um processo educativo fundamental para a criação e a cultura de investigação na Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão. É fundamental, que ocorra no contexto de projetos desenvolvidos por docentes, ligados às linhas de ação definidas pela instituição, ou, pelo menos, por meio da monitoria, que tem como atribuição assumir uma relação fundamental com a iniciação científica. Sendo assim os aspectos a serem considerados para o atendimento de política são:

- I. Incentivar projetos específicos articulados com as políticas e prioridades institucionais;
- II. Realizar acordos e convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- III. Oportunizar eventos destinados ao debate de temas científicos e culturais sobre aspectos da realidade local e regional;
- IV. Incentivar a participação dos alunos em projetos de iniciação científica;
- V. Estimular a participação de alunos e docentes em encontros, conferências e congressos para apresentação de trabalhos desenvolvidos nos cursos de graduação;
- VI. Estimular a participação de docentes nas atividades de orientação de projetos de iniciação científica de interesse institucional;
- VII. Desenvolver a mentalidade crítica e reflexiva prevista nas DCN dos cursos.

As políticas de Iniciação Científica se encontram no PDI da FAC-SP para consulta.

1.2 Objetivos do Curso

Objetivo delinear os aspectos pedagógicos que norteiam a estruturação do CST em Logística, a fim de atender educandos que queiram habilitar-se nesse campo do saber.

Neste cenário globalizado de intensas e rápidas mudanças, o Tecnólogo deste curso é solicitado a ocupar cada vez mais diversos espaços legítimos em sua atuação profissional. Um desses espaços é a gestão dos mercados nacional e internacional.

Busca-se a formação de um profissional que domine a área tecnológica com visão humanística e estratégica, sendo capaz de aplicar e difundir as técnicas aplicadas ao processo de gestão das relações humanas. Deverá ser capaz de liderar grupos e processos de trabalhos voltados a gestão de pessoas, bem como refletir criticamente sobre processos, técnicas e impactos sociais na aplicação dos conceitos de logística nas organizações.

O profissional deve ser capacitado para formular, definir as sequências e implementar estratégias em uma organização pública ou privada, de pequeno, médio ou grande porte, enfatizando-as como um todo e valorizando a dimensão ética.

Os objetivos deste curso estão definidos e explicitam os compromissos institucionais em relação ao ensino e ao perfil do egresso. O presente projeto da Faculdade do Comércio – FAC tem por objetivo delinear os aspectos pedagógicos que norteiam a estruturação do curso, a fim de atender educandos que queiram habilitar-se nesse campo do saber, conforme

segue:

1.2.1 Objetivo Geral

Promover a formação de um profissional empreendedor, com capacidade e aptidão para compreender questões científicas, técnicas sociais e aspectos econômicos da produção e do seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, nos vários segmentos do campo de atuação do profissional de logística.

O profissional sairá preparado para otimizar os processos de aquisição, armazenamento e distribuição de materiais dentro do conceito de cadeia de suprimento, bem como para analisar aspectos de dimensão e localização de Centros de Distribuição, visando à minimização de custos operacionais e tributários, sem perda na qualidade dos serviços, e possibilitando vantagens competitivas para a empresa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver competências associadas à utilização dos métodos e técnicas modernas aplicados às atividades de planejamento, execução e controle de logística, visando à movimentação de bens materiais e serviços;
- Capacitar o discente para utilizar conscientemente os conceitos fundamentais de logística e sua relação com os demais setores das empresas e da economia, levando em conta não apenas as particularidades regionais, mas também os aspectos ligados ao comércio interestadual e internacional;
- Atender a demanda de mercado e das empresas, oferecendo profissionais especializados, atualizados e competentes que seguirão as normas de embalagem, movimentação, estocagem e distribuição de bens materiais e que detenham o “saber-fazer” logístico.
- Permitir que o discente entenda o todo administrativo, de modo integrado, sistêmico e integrado, bem como de suas relações com o ambiente externo;
- Desenvolver sólidos conhecimentos das práticas gerenciais que os capacite a gerenciar pessoas como diferencial competitivo;
- Preparar cidadãos éticos, com espírito empreendedor para absorver novos conhecimentos e garantir ao pleno exercício da cidadania e do desenvolvimento de sua capacidade profissional;
- Proporcionar ao discente um ambiente de aprendizagem que permita um equilíbrio entre a teoria e a prática.

Portanto, os objetivos do Curso Superior de Tecnologia em Logística da FAC-SP apresentam uma adequada coerência com relação aos aspectos: perfil profissional do egresso, da estrutura curricular e do contexto educacional e as características locais e regionais

1.3 Perfil Profissional do Egresso

A Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP visa formar e qualificar profissionais, bem como estimular a iniciação científica e promover o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O Projeto Pedagógico de cada curso deverá abranger as aptidões, competências e habilidades necessárias ao futuro profissional. Elas devem estar coerentes com os objetivos dos cursos, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica e o trabalho de curso.

Sendo assim, a Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP buscará, por meio dos projetos pedagógicos de seus cursos, proporcionar aos alunos aptidões globais para:

- desenvolver ações, tanto em nível individual quanto coletivo, dentro de seu âmbito profissional;
- assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema a que esteja ligado, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos;
- realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética;
- desenvolver ações fundamentadas na capacidade de tomar decisões, visando o uso apropriado, a eficácia e o custo-efetividade, dos valores humanos e recursos materiais disponíveis;
- serem acessíveis e manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais e o público em geral;
- dominar a comunicação verbal, não-verbal, habilidades de escrita e leitura e de tecnologias de comunicação e informação;
- trabalhar em equipe multiprofissional, assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade, além de compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- tomarem iniciativas e a atuar com criatividade e inovação;
- serem capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática;
- serem empreendedores; e
- terem responsabilidade social no exercício de suas atividades profissionais.

Para alcançar este perfil profissional geral delineado, deverão ser desenvolvidas nos alunos, ao longo dos cursos, competências e habilidades para:

- reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle ou supervisão;
- dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;
- conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional.

Neste contexto, o perfil profissional em Logística a ser formado pela Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP deverá estar apto a atuar no planejamento e gestão na formação empresarial especificamente nos processos de comercialização, suprimento, armazenamento, movimentação de materiais e no gerenciamento de recursos financeiros e humanos.

Deverá também desenvolver as competências necessárias para gerir pessoas, além de demonstrar capacidade para trabalhar em equipe e tomar decisões. Espera-se também que habilidades para se comunicar, liderar e negociar sejam desenvolvidas.

Perfil Específico dos Egressos

- Desenvolver e posteriormente demonstrar que detém habilidades e competências gerenciais para atuar nas atividades demandadas pela gestão logística nas organizações;
- Demonstrar todos seus conhecimentos de técnicas e métodos em gestão adquiridos durante o curso;
- Demonstrar o embasamento teórico e prático, referentes aos conhecimentos e atitudes necessários ao melhor desempenho das atividades usuais da gestão em logística;
- Ter visão sistêmica do negócio e estruturar pensamento estratégico diante dos desafios da gestão logística nas organizações;
- Demonstrar as competências que permitam identificar e apresentar soluções aos diversos problemas encontrados pela área de logística.

Contudo, ao final do Curso de CTS em Logística, os egressos estarão habilitados a exercer suas funções junto ao mercado de trabalho.

O perfil profissional do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP expressa adequadamente às competências dos egressos, as quais derivam da definição de competência profissional descrita na Resolução CNE/CP nº 3 de 18/12/2002, que aponta para a mobilização, articulação, e aplicação dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, aspectos estes exigidos para os tecnólogos, além das competências profissionais e humanísticas apontadas nos objetivos gerais e específicos do curso e às demandas da sociedade locais e regionais e de acordo com as DCNs Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia.

A Faculdade do Comércio de São Paulo – FAC-SP implantará um programa de acompanhamento dos egressos, visando a troca de experiência e a integração destes com a instituição de ensino e a sociedade, para conhecer a sua realidade e oferecer formação continuada. Assim a IES espera apoiar seus egressos, checando suas inserções no mercado de trabalho, suas dificuldades e vivências profissionais, por meio do cadastro de ex-alunos, a fim de mantê-los informados sobre eventos científicos, como congressos.

A complexidade socioeconômica tem exigido novos graus de especialização funcional e técnica dos profissionais de Gestão em Logística, necessários para atender a demanda pelo exercício profissional nas suas diferentes áreas de trabalho.

Nesse sentido, o curso oferece como perfil do formando egresso/profissional um tecnólogo em Gestão em Logística, com formação técnico-científica na área manifesta em postura ética, responsabilidade social, visão crítica e reflexiva, global e atualizada do mundo, com consciência solidária dos problemas de seu tempo, do seu espaço, capaz de atuar em todos os campos da Gestão de Em Logística, capacitado a operar pela a transformação da realidade em benefício do trabalhador.

Assim, o curso considera fundamental contemplar em seu processo educativo:

- a) Aprender a conhecer: tomando como diretrizes as várias possibilidades de leitura de mundo e de realidade que nos cerca, na qual o visto e o não visto, o declarado e o subentendido, o simbólico e o imagético têm relevante significado ao lado da apreensão dos múltiplos saberes;

b) Aprender a fazer: transformando os fazeres em habilidades e competências indispensáveis à vida em sociedade. Combinar os saberes aprendidos e apreendidos, com as situações de vida, trabalho e relações;

c) Aprender e conviver: compreendendo o outro e percebendo as interdependências na realização de projetos comuns; preparando-se para administrar conflitos no respeito pelos valores do pluralismo, de compreensão mútua e paz;

d) Aprender a ser: procurando desenvolver a personalidade, exercitando as capacidades de autonomia, discernimento, responsabilidade pessoal e profissional, comportamentos éticos, aptidão para comunicar-se, solidarizar-se e autodeterminar-se.

Neste curso, adequado às tendências mundiais contemporâneas, os alunos aprendem a aprender. Têm orientações para buscar e construir seu próprio conhecimento, aprendendo não só a ser tecnólogo em Gestão em Lde Em Logística, mas também a ser um profissional integrado à realidade social.

O curso desenvolverá as competências e habilidades profissionais com base na relação direta com o princípio da articulação entre teoria e prática, rompendo com a dicotomia entre o academicismo puro e o pragmático sem reflexão.

Os tecnólogos deste curso sucedidos de uma educação integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, obtêm competências profissionais que os tornam aptos para a inserção em setores profissionais nos quais há utilização de tecnologias, desenvolvendo todas as competências gerais e específicas preconizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

Consequentemente, o perfil profissional do egresso do CST de Tecnologia em Logística da Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP conforma-se às delimitações presentes nas citadas diretrizes e assume a coerência e vínculo com a realidade profissional: “Art. 5º Os cursos superiores de tecnologia poderão ser organizados por módulos que correspondam a qualificações profissionais identificáveis no mundo do trabalho” (RESOLUÇÃO CNE/CP 3/2002).

As competências gerais definem no futuro profissional o potencial para mobilizar seus recursos cognitivos, ou seja, principalmente saberes, habilidades, capacidades, para conseguirem lidar com aporte crítico às diferentes “situações problema” manifestas no cotidiano profissional.

Dentre as principais competências a serem desenvolvidas no curso da Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP destacam-se:

I – Capacidade de gerenciar o clima organizacional;

II - Capacidade de gerenciar e operacionalizar processos de recrutamento e seleção;

III - Capacidade de gerenciar e operacionalizar processos de treinamento e desenvolvimento de pessoas;

IV - Capacidade de gerenciar e operacionalizar processos de avaliação de desempenho de pessoas; V - Capacidade de promover ações para a gestão de carreiras;

VI - Capacidade de gerenciar e operacionalizar processos de remuneração;

VII - Capacidade de gerenciar e operacionalizar rotinas de pessoal;

VIII - Capacidade de identificar e propor políticas de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho;

IX - Capacidade de utilizar técnicas de liderança, compreendendo as relações de poder;

X - Capacidade de negociar e mediar conflitos.

O perfil profissional do egresso do curso expressa adequadamente às competências dos egressos, as quais derivam da definição de competência profissional descrita na Resolução CNE/CP nº 3 de 18/12/2002, que aponta para a mobilização, articulação, e aplicação dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, aspectos estes exigidos para os tecnólogos, além das competências profissionais e humanísticas apontadas nos objetivos gerais e específicos do curso.

A Faculdade do Comércio de São Paulo – FAC-SP possui um programa de acompanhamento dos egressos, visando a troca de experiência e a integração destes com a instituição de ensino e a sociedade, para conhecer a sua realidade e oferecer formação continuada. Assim a IES apoia seus egressos, checando suas inserções no mercado de trabalho, suas dificuldades e vivências profissionais, por meio do cadastro de ex-alunos, a fim de mantê-los informados sobre eventos científicos, como congressos, palestras e outros, promovendo a atualização de sua formação.

1.4 Estrutura Curricular - Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).

O Curso abrange uma sequência ordenada de disciplinas e atividades, hierarquizadas em períodos letivos, cuja integralização da estrutura curricular dá direito ao correspondente diploma.

É importante ressaltar que a estrutura curricular foi estruturada levando em consideração os avanços da área do curso, a carga horária prevista para cada conteúdo e a adequação da bibliografia analisada e aprovada pelo NDE, bem como a promoção da acessibilidade metodológica, ou seja, transpondo barreiras de metodologias de ensino por meio de recursos que viabilizam o aprendizado dos estudantes com deficiências.

A integralização curricular é feita pelo sistema seriado semestral, com a possibilidade de oferta de disciplinas, em módulos de vinte semanas, respeitado o mínimo de duzentos dias letivos anuais. A flexibilidade e a interdisciplinaridade são vistas pela FAC-SP como eixo articulador entre os conteúdos oferecidos na matriz curricular e as demais atividades acadêmicas oferecidas pela instituição. Neste curso a flexibilidade estará presente, nas atividades complementares, nos projetos integradores e demais atividades acadêmicas, entre elas a iniciação científica e a extensão. Já a interdisciplinaridade está presente na inter-relação entre unidades curriculares, atividades complementares e projetos integradores. Este último é construído na forma de projetos a serem trabalhados cujos conteúdos se interagem harmonicamente, envolvendo alunos e professores, construindo assim, um elo que nutre o conhecimento, expandindo os horizontes e a visão da área que se está trabalhando. No curso a articulação teoria-prática baseia-se na tese segundo a qual o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes. A matriz curricular do curso foi concebida de modo a construir formação acadêmica que possibilite o egresso a atuar em diversos ramos da sua formação no século XXI.

O projeto pedagógico do curso foi construído em total observância às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana estão incluídas como conteúdos disciplinares e nas atividades complementares em consonância com a Resolução CNE/CP N° 01, de 17/6/2004. A Disciplina Libras está inserida na estrutura curricular como disciplina optativa, conforme preconiza o Decreto 5.626/2005. Este curso contempla, ainda, as Políticas de Educação Ambiental, conforme a determinação da Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e do Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002. Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Há conteúdos sobre Educação em Direitos Humanos: (resolução CP/CNE 1/2012).

Trata-se de um curso sedimentado na contínua avaliação, no acompanhamento das discussões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e na reflexão sobre o contexto educacional do País, a fim de propiciar aos estudantes conhecimentos, habilidades e perfil profissional que permitam sua inserção diferenciada no mundo do trabalho.

Como resultado, a estrutura curricular proposta, alinhada à concepção do curso, ao perfil profissional pretendido e aos pressupostos dos documentos Institucionais e legais vigentes, se diferencia pela oferta de uma série de disciplinas voltadas como resultado, a estrutura curricular proposta, alinhada à concepção do curso, ao perfil profissional pretendido e aos pressupostos dos documentos Institucionais e legais vigentes, é reforçada pela oferta de disciplinas voltadas à formação geral, proporcionando ao estudante um diferencial que lhe possibilita a compreensão do funcionamento organizacional, e também por contemplar os conteúdos de formação voltada à especificidade da área.

As Atividades Complementares (ACs), que serão apresentadas em item específico deste documento, foram previstas para propiciar um conhecimento complementar em diversas áreas do saber, importantes e necessárias para a formação humanista e profissional do respectivo Tecnólogo. Além disso, as ACs flexibilizam a construção do conhecimento do egresso ao longo do curso.

A estrutura curricular do curso prevê a destinação de 10% da carga horária do curso para as Atividades de Extensão, conforme determina a Resolução N° 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, em seu artigo 12. O NDE do curso, com apoio do Colegiado, define como se dá essa sistematização, bem como a sua implementação.

Além das disciplinas regulares, a matriz curricular do curso prevê também Atividades Complementares (80) horas-relógio, as quais acentuam a importância do envolvimento dos estudantes de Graduação com as questões mais abrangentes da sociedade, sejam políticas, culturais ou científicas, contribuindo para sua formação global. Elas são apresentadas sob múltiplos formatos (palestras, encontros, oficinas, visitas técnicas, exposições artístico-culturais, apresentações musicais etc.) e, com seu desenvolvimento, busca-se, fundamentalmente, complementar e enriquecer o perfil do egresso. As Atividades Complementares (ACs), que serão apresentadas em item específico deste documento, foram previstas para propiciar um conhecimento complementar em diversas áreas do saber, importantes e necessárias para a formação humanista e profissional do futuro profissional. Além disso, as ACs flexibilizam a construção do conhecimento do egresso ao longo do curso.

É importante destacar, também, que faz parte da matriz curricular a disciplina facultativa “Língua Brasileira de Sinais” (LIBRAS), em consonância com o Decreto n° 5.626, de 22/12/2005, com 40 horas-relógio.

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

1º - PERÍODO	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/H TOTAL
Comunicação em Português	50	30	80
Introdução à Administração	50	30	80
Introdução à Economia	50	30	80
Matemática Comercial	50	30	80
Projeto Integrador I	20	20	40
Aproximação ao Mercado de Trabalho	50	30	80
Atividades complementares		20	20
SUBTOTAL			460
2º - PERÍODO	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/H TOTAL
Contabilidade Básica	50	30	80
Direito Aplicado ao Empreendedorismo	50	30	80
Estatística	50	30	80
Fundamentos da Logística Empresarial	50	30	80
Gestão Tributária no Comércio	50	30	80
Projeto Integrador II	20	20	40
Atividades complementares		20	20
SUBTOTAL			460
3º - PERÍODO	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/H TOTAL
Administração da Produção e Operações	50	30	80
Direito Internacional e Legislação Aduaneira	50	30	80
Distribuição e Transporte	20	20	40
Gestão de Custos	50	30	80
Movimentação, Armazenagem e Embalagem	20	20	40
Pesquisa Operacional Aplicada à Logística	50	30	80
Projeto Integrador III	20	20	40
Atividades complementares		20	20
SUBTOTAL			460
4º - PERÍODO	C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA	C/H TOTAL
Empreendedorismo	40	40	80
Gestão da Cadeia de Suprimentos	40	40	80
Gestão da Qualidade	50	30	80
Logística e Marketing Internacional	20	20	40
Logística em E-Commerce	20	20	40
Sistemas de Informação em Logística	50	30	80
Projeto Integrador IV	20	20	40
Atividades complementares		20	20
OPTATIVA	20	20	40
SUBTOTAL			500

RESUMO

CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS	1.640
Atividades Complementares	80
Projeto Integrador	160
DURAÇÃO PLENA DO CURSO	1.880
OPTATIVAS	CH
Libras	40
Inovação e Design Thinking	40
Competências Comportamentais	40

<p>Diretrizes Curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena - (Lei 11645/2008, Resolução CP/CNE 1/2004) Está disponibilizado na disciplina Aproximação ao mercado de trabalho.</p>
<p>Políticas de Educação ambiental: (Lei 9795/1999 e Decreto 4281/2002)</p> <p>A educação ambiental será uma atividade de cunho institucional na FAC-SP, envolverão todos os cursos da instituição. Tais eventos serão direcionados para palestras e projetos de extensão que abordem temas sobre o meio ambiente, educação ambiental e o papel da Logística nesse processo.</p> <p>A integração do curso de com as políticas de educação ambiental também acontecerá por meio da disciplina de Mercado de Trabalho.</p>
<p>Educação em Direitos Humanos: (resolução CP/CNE 1/2012)</p> <p>As diretrizes das políticas de Direitos Humanos estarão contempladas nos conteúdos de transversalidades através de realização de eventos que terá a participação de toda a instituição e curso.</p> <p>No aspecto integrativo do curso Superior em Tecnologia em Logística com as políticas de direitos humanos, também acontecerá por meio da disciplina de Aproximação com o Mercado de trabalho em que os alunos deverão realizar essa disciplina.</p>

1.5 Conteúdos Curriculares

Curso Superior de Tecnologia em Logística reflete a concepção, objetivos e perfil profissional que a Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP estabeleceu como referenciais, bem como está fundamentado nas diretrizes, princípios e determinações estabelecidos nos seguintes instrumentos legais:

I. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

II. os Pareceres CNE/CES nºs 436/2001 e 277/2006; a Resolução CNE/CP nº 3/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia, a Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016 que aprova o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;

III. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;

IV. Resolução CNE/CP Nº 01, de 17/6/2004, As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena;

V. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e do Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 - Políticas de Educação Ambiental;

VI. Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 - Educação em Direitos Humanos.

Os conteúdos curriculares envolvidos neste PPC favorecem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, levando em consideração os avanços da área do curso, a carga horária prevista para cada conteúdo e a adequação da bibliografia analisada e aprovada pelo NDE, bem como a promoção da acessibilidade metodológica, ou seja, transpondo barreiras de metodologias de ensino por meio de recursos que viabilizam o aprendizado dos estudantes com deficiências.

O projeto pedagógico do curso foi construído em total observância às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana estão incluídas como conteúdos disciplinares e nas atividades complementares em consonância com a Resolução CNE/CP N° 01, de 17/6/2004. Este curso contempla, ainda, as Políticas de Educação Ambiental, conforme a determinação da Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e do Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002. Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Há conteúdos sobre Educação em Direitos Humanos: (resolução CP/CNE 1/2012).

Os conteúdos curriculares do curso possibilitam ainda aos alunos obterem uma certificação intermediária ao cursarem alguns módulos específicos:

A organização curricular do curso articula conteúdos que são adequados quanto aos aspectos: adequação da bibliografia, a abordagem dos conteúdos pertinentes aos Direitos Humanos, Educação Ambiental, Étnico-raciais, que revelam inter-relações com a realidade nacional e internacional, compreendidas em campos interligados de formação.

A matriz curricular do curso está organizada de forma a apresentar em quatro semestres letivos (módulos) os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, as atividades de práticas a serem vivenciadas no decorrer do curso, bem como os projetos integradores e as atividades complementares, que propiciam os conhecimentos e situações de aprendizagem necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas no perfil do tecnólogo em Logística formado pela Faculdade do Comércio de São Paulo – FAC-SP.

Com vistas à formação do egresso, a matriz é também fundamentada no princípio didático de que o professor não somente ensina, mas também atua como incentivador da aprendizagem, contribuindo para que o aluno “aprenda a aprender”. A matriz curricular busca promover, em todos os semestres, uma integração entre as bases do conhecimento além de oferecer aos futuros profissionais da área a possibilidade de ampliar as fronteiras do conhecimento em sua área.

O curso, tradicionalmente, visa à formação de um egresso com perfil acadêmico, o que implica, muitas vezes, a carência de conteúdos e de discussões relativas a questões voltadas às atividades práticas. Diferentemente do modelo tradicional, o curso da FAC, visando atender a uma demanda de mercado diferenciada, se propõe a formar um profissional que possua todas as técnicas e ferramentais, mas que, ao mesmo tempo, seja capaz de lidar com os mais diversos aspectos organizacionais.

O curso, na modalidade presencial, tem uma carga horária total de 1.880 horas-relógio integralizadas em, no mínimo, 04 (quatro) semestres. O curso segue o regime modular semestral, com diplomação de Tecnólogo de Gestão em Logística. Os conteúdos produzidos contemplam o plano de ensino da disciplina, o perfil do egresso descrito no PPC e a adequação da bibliografia às exigências da formação.

A carga horária complementar da hora aula é destinada aos estudos autônomos e atividades práticas supervisionadas pelo professor da disciplina e podem ser compostas por trabalho, atividade científico-culturais, pesquisa, lista de exercícios, dentre outros.

Visando ao atendimento aos requisitos legais, a FAC oferece a todos os alunos da Graduação os temas transversais, que abordam, de forma integrada, assuntos relevantes acerca da sociedade contemporânea tais como:

- Direitos Humanos e a questão da diversidade;
- Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- A questão ambiental e a sustentabilidade;
- Prevenção ao uso indevido de drogas e álcool.

1.6 Metodologia

A metodologia do curso utiliza os princípios, fundamentos, condições e procedimentos de formação de Tecnólogo em Gestão em Logística dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (Resolução CNE/CP 3/2002).

As fontes de informação são muitas e variadas e não residem exclusivamente no docente, exigindo deste outro tipo de mediação para dirigir o processo de ensino-aprendizagem, visto que a adoção desse currículo reposiciona os conhecimentos e conteúdo como recursos e exige que o professor assuma a tarefa de mediador do processo de formação, participando de processos e/ou projetos de pesquisa ou de aplicação dos conhecimentos.

As práticas e métodos são válidos em função da mediação pedagógica que o estudante necessita e, dessa maneira, há necessidade em adaptá-las às competências do perfil profissional desejado.

A atuação do docente em sala de aula deve levar o estudante também a aprender a aprender, ou seja, aprender determinadas habilidades que incluem a organização de dados e ações, o planejamento prévio do trabalho, exercícios de aplicação, práticas de laboratório, intercâmbio de informações, programas auto instrucionais, leitura e interpretação de textos científicos e de manuais.

Outras atividades possíveis são aquelas que envolvem o estudante em intenso processo de síntese e aplicação de conhecimentos, permitindo ancorá-los na reflexão – ação – reflexão, como a resolução de problemas, a pesquisa e as experiências em laboratório, os projetos livres e dirigidos, os debates e as visitas culturais e técnicas orientadas, os workshops e oficinas, permitindo o trabalho em projetos experimentais simulados e em projetos de casos reais.

Há necessidade também de atividades que propiciem o desenvolvimento de atitudes e habilidades interpessoais, sendo que estas são desenvolvidas com trabalhos em equipes, debates e fóruns de discussão. Na medida em que a automação avança, os cargos e funções disponíveis no mercado são cada vez mais voltados a pessoas, à interação, à comunicação e ao trabalho em equipe. Ao valorizarmos as interações, não estamos esquecendo que a sala de aula tem papéis que precisam estar bem-definidos, porém queremos reforçar que estes papéis não estão rigidamente constituídos, ou seja, o professor vai, sim, ensinar o seu aluno, mas este poderá aprender também com os colegas mais experientes ou que tiverem vivências diferenciadas. Ao professor caberá atuar como facilitador, ao longo do processo, aglutinar todas as questões que aparecerem e sistematizá-las de forma a garantir o domínio de novos conhecimentos por todos os seus alunos.

A prática pedagógica centrada no desenvolvimento de competências e aprimoramento técnico estimula também o corpo docente a criar novos meios facilitadores da aprendizagem, o que implica em permanente pesquisa e troca de informações entre os atores desse processo.

É válido destacar que os conteúdos relacionados à formação étnico – racial, direito humanos, acessibilidade e políticas ambientais são previstos na matriz de formação e são temas abordados de forma a desenvolver competências e habilidades necessárias à constituição do profissional e cidadão dentro da sociedade contemporânea.

Para garantir que a aula seja, de fato, o espaço de vivência pedagógica desejável, a FAC-SP entende:

- O professor como corresponsável pela construção de um ambiente de sociabilidade acadêmica e de respeito mútuo; pela passagem do aluno do senso comum para o senso científico; pela construção de uma atitude empreendedora nos alunos e pela transformação do aluno em um estudante cada vez menos dependente da figura do professor e mais autônomo em seu processo de aprendizagem; O professor como coordenador do processo ensino-aprendizagem: observando, orientando, acompanhando, avaliando, replanejando, criticando (a sua turma, a sua própria aula e o processo).

- Para que o professor assuma esse papel é necessário que planeje previamente suas aulas, considerando o Projeto Pedagógico do Curso, o Plano de Ensino específico da disciplina, as competências que pretende desenvolver, os conteúdos que trabalhará para alcançar as competências desejadas, as referências que utilizará, além de deter domínio prático dos temas e conceitos, além de possuir liderança democrática. Além disso, deve:

- Adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas superiores, bem como potencializem a interação entre aluno-professor e aluno-aluno;

- Tratar os conteúdos de modo contextualizado, por meio do aproveitamento das relações dos conteúdos e dos contextos com o intuito de se dar significado e utilidade ao aprendizado, desenvolvendo nos alunos as competências especificadas nos Planos de Ensino e no Projeto Pedagógico do Curso.

Ou seja, é essencial que se estabeleçam relações entre o mundo, os alunos e a disciplina, que se desenvolvam habilidades de pensamento adquiridas em aulas que não privilegiam a transmissão de conteúdos prontos, acabados.

Entre as diversas metodologias de ensino-aprendizagem que são utilizadas no curso, destacam-se as seguintes atividades: aulas expositivas, aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, visitas técnicas, aulas práticas, ensaios em laboratórios, estudos de meio, seminários, simpósios, palestras, desenvolvimento de projetos em equipes, pesquisa bibliográfica, aplicação e análise crítica de estudos de caso reais.

A metodologia de ensino apresenta uma adequada coerência com a DCN do curso, com as estratégias e atividades educacionais e à acessibilidade plena. Portanto, a metodologia de ensino, adotada nos Cursos de Graduação da FAC, focaliza a ação educativa na participação ativa e crítica do aluno na aquisição de conhecimentos práticos e teóricos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de valores e atitudes; processos nos quais os conteúdos das atividades são trabalhados de modo a constituírem os fundamentos para que os alunos desenvolvam as competências necessárias ao exercício profissional e à participação crítica na sociedade. Dessa forma, a aprendizagem volta-se para o desenvolvimento integral do estudante.

O curso, por meio de seus professores e coordenação de curso, está sempre buscando divulgar e replicar as melhores práticas e novas metodologias que possam auxiliar o processo de aprendizagem do aluno. Dentre as ações inovadoras, destacam-se a valorização do aluno como protagonista no processo de aprendizagem e a utilização de metodologias como sala de aula invertida PBL (Project Based Learning), TBL (Team Based Learning), Peer Instruction, entre outras.

A sala de aula invertida configura-se na medida em que os conhecimentos e saberes estão disponibilizados na aula e o aluno realiza seus estudos de modo a participar das discussões e dos debates mediados por tecnologias aprofundando suas reflexões.

Aprendizagem Baseada em Projetos ou Project Based Learning tem como objetivo desafiar o aluno a desenvolver um projeto relacionado com seu cotidiano ou com sua prática profissional futura. Essa metodologia enfatiza o aprendizado autodirigido estimulando o desenvolvimento de habilidades, competências e a busca pelo conhecimento necessário para atingir os objetivos educacionais focados na prática profissional. Essa metodologia amplia a sua complexidade à medida em que os estudantes constroem novas competências, habilidades e conhecimentos de acordo com os núcleos e os conteúdos previstos na matriz curricular.

Aprendizagem baseada em Problemas ou Problem Based Learning é um método de aprendizagem baseado na solução de problemas estimulando o desenvolvimento das habilidades de resolução. De maneira geral, o professor apresenta um problema relacionado com a prática profissional para os alunos solucionarem. Essa metodologia contribui para a ampliação da autonomia discente, solucionando questões que se apresentam como problemas e desafios do mercado.

Os cursos da FAC-SP exigem que o aluno realize o Projeto Integrador, seguindo as determinações do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), realizado ao longo dos semestres. Trata-se da integração da visão teórica obtida nas disciplinas do curso com as práticas necessárias ao fomento da profissão do egresso. Sua carga horária está distribuída conforme estrutura curricular.

1.6.1 Qualidade de Ensino

Educadores têm uma preocupação constante: a melhoria da qualidade do ensino. Independentemente das divergências que podemos ter a respeito do próprio conceito de “qualidade do ensino”, concordamos, assim se espera, que um “bom ensino” deve gerar resultados satisfatórios no desempenho dos estudantes nos exames oficiais de avaliação: ENADE, exames de qualificação profissional, concursos públicos etc. Ou seja, um “bom ensino” deve refletir nos resultados alcançados pelos alunos nas avaliações a que se submetem.

Também é concordância geral que a aprendizagem é patrimônio do aprendiz. É o estudante que aprende. Por isso, aceita-se que há um “bom ensino” quando há “verdadeira aprendizagem” dos estudantes. Essa “verdadeira aprendizagem” deve produzir resultados satisfatórios em exames de avaliação, sob pena de ser considerada apenas letra morta. Caso contrário, entraremos numa infundável discussão subjetiva sobre aprendizagem.

Sendo conquista do discente, a aprendizagem depende muito de seu empenho e de sua dedicação. Não bastam bons docentes e bons recursos didáticos. Podemos mesmo afirmar que uma “boa proposta pedagógica” é aquela que é capaz de levar o aluno a fazer o esforço necessário para que sua aprendizagem ocorra. Claro que nessa “boa proposta pedagógica” estão incluídos bons docentes e bons recursos didáticos. Mas, é imprescindível que essa boa proposta leve mesmo a sério a necessidade do esforço permanente do aprendiz.

Como nosso objetivo principal é a aprendizagem, parte do trabalho docente deve concentrar-se na criação de mecanismos que melhorem efetivamente a aprendizagem de todos os estudantes.

1.6.2 Mecanismos de Aprendizagem

Se desejarmos fomentar no estudante o esforço próprio, precisaremos de mecanismos que o levem a realizar seu próprio trabalho de aprendizagem. Não é suficiente dizer para o aluno que ele precisa estudar, é necessário fornecer orientações precisas e detalhadas do que deve estudar, como e quando estudar, em cada uma das disciplinas do seu curso.

A sala de aula é um ambiente de ensino-aprendizagem muito eficiente e tem sido, tradicionalmente, ao longo da vida escolar, o local mais importante. Sua importância e eficiência dependem não apenas do que acontece no momento da aula, mas também do trabalho prévio do docente.

Podemos dividir o tempo de ensino-aprendizagem em três momentos: antes da aula, durante a aula e após a aula. Com isso o tempo de ensino-aprendizagem é ampliado para um dia inteiro, não se limitando mais ao período de duração das aulas. O docente é o principal responsável por esses três momentos, cujo sucesso depende da sua competência.

No momento “antes da aula”, o docente coloca em prática a sua habilidade de preparar as aulas. Para cada aula, ele elabora um conjunto de orientações, que permite aos alunos o estudo antecipado, e define os objetivos da aula, os textos que deverão ser lidos, as atividades que deverão ser realizadas, a lista de exercícios, o filme sobre o tema da aula, os sites, as imagens, enfim, todos os materiais didáticos que tratam do assunto e que possam ajudar o aluno a aprender por si mesmo. Os materiais não devem se limitar apenas ao que será abordado na aula; devem, também, permitir ao aluno o estudo aprofundado do tema a ser tratado, respeitando o conteúdo proposto no projeto pedagógico do curso. Ao fazer isso, o docente induz a criação de uma cultura de autoaprendizagem, fundamental para a formação do aluno de hoje.

Deve o docente, em síntese, apresentar ao estudante a vasta gama de recursos de tecnologia de informação e comunicação disponíveis e convergentes para a imersão adequada no processo de ensino-aprendizagem.

Se bem-preparado esse momento antes da aula, o momento durante a aula será mais rico e mais bem aproveitado. O docente usará o tempo de aula para explicação dos pontos fundamentais do tema.

O material das aulas, contendo o que foi realizado nos três momentos, ficará disponível para o aluno durante todo seu tempo de formação. Assim, a qualquer momento, poderá revisar o material estudado e, a cada semestre, terá à sua disposição não apenas o conteúdo das aulas daquele semestre, mas o conteúdo de todos os semestres já cursados. Quando uma disciplina exigir o conhecimento dos conteúdos de um semestre anterior, o aluno poderá revisá-lo, recordando o que foi ensinado.

Esses três momentos, quando bem-preparados pelo docente, tornam-se, assim, poderoso auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Se todos os envolvidos, dirigentes, docentes e discentes trabalharem em conjunto na construção desses momentos, a qualidade da educação será sempre crescente.

Mas, infelizmente, a prática tem demonstrado que isso não basta como único mecanismo para fomentar a cultura da aprendizagem. Alguns estudantes não cumprem o seu papel e acabam apenas assistindo às aulas. A cultura da aprendizagem centrada exclusivamente no momento da aula é muito forte. Alguns ainda acreditam, ou às vezes usam essa crença como desculpa para a própria preguiça de estudar sozinho, que aprendem somente na sala de aula ouvindo o professor. Claro que a sala de aula é importante e é mesmo muito eficiente. Mas, sabemos por experiência, que os melhores alunos são aqueles que além da sala de aula estudam muito sozinhos, fora da sala de aula. É pouco provável que se possa ser um excelente aluno apenas participando do momento da aula. Quando o desempenho do docente na sala de aula é muito bom, produz como resultado um maior desejo do aluno de estudar sozinho. O aluno passa a gostar da disciplina e sentir prazer em estudar sozinho. Aí está, talvez, sua maior eficiência. Assim, precisamos de mecanismos que possam auxiliar os nossos bons docentes na criação de uma cultura de autoaprendizagem.

1.7 Estágio Curricular Supervisionado - Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

Não se aplica (NSA).

1.8 Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

Não se aplica (NSA).

1.9 Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

Não se aplica (NSA).

1.10 Atividades Complementares

As Atividades Complementares (ACs) contempladas na matriz curricular do curso são componentes curriculares obrigatórios e são consideradas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) como uma possibilidade de enriquecimento e de ampliação do processo formativo do estudante.

Além das atividades propostas no âmbito do curso, o aluno é estimulado a buscar maior envolvimento com atividades culturais relacionadas direta ou indiretamente com a sua formação, tais como, a frequência e o aproveitamento em disciplinas ou cursos extracurriculares não incluídos no currículo pleno do curso de graduação em que estiver matriculado o aluno; o exercício efetivo de monitoria; o exercício de estágio extracurricular (estágios não obrigatórios); a participação em atividades extraclasse; a participação em projetos de iniciação científica; o trabalho de pesquisa e de redação de artigo ou ensaio, publicado em jornal ou revista acadêmica, impressa ou eletrônica; a participação em grupos de estudo; a apresentação de trabalhos em eventos culturais ou científicos; o comparecimento a sessões públicas de defesa de trabalho de final de curso, de defesa de dissertações de mestrado ou de teses de doutorado; a participação em atividades de extensão; o exercício de cargo de representação estudantil em entidade nacional ou estadual, congresso, seminários, simpósios etc. Por meio desse tipo de atividades, os estudantes têm a oportunidade de buscar a integração com a sociedade, a cultura, a ciência, a cidadania e o meio ambiente.

As ACs possibilitam o desenvolvimento de habilidades e de competências dentro da estrutura institucional como em eventos externos relevantes na área, no contexto local e/ou regional em que o aluno se insere, estimulando também a prática de estudos transversais, opcionais, interdisciplinares que concorram para uma constante atualização profissional.

As ACs devem representar, para o estudante, a oportunidade de realizar, como prolongamento das demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória acadêmica de forma autônoma e particular, trabalhando conteúdos diversos, inclusive considerando a regionalidade, que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso de graduação.

Constituem como objetivos gerais a serem alcançados com o cumprimento das atividades complementares:

- Complementar a formação profissional, cultural e cívica do estudante por meio da realização de atividades extracurriculares obrigatórias, presenciais ou a distância;

- Contribuir para que a formação do futuro egresso seja generalista, humanista, crítica e reflexiva;
- Despertar o interesse dos estudantes para temas sociais, ambientais e culturais;
- Estimular a capacidade analítica do estudante frente a situações novas;
- Auxiliar o estudante na identificação e na resolução de problemas, com uma visão ética e humanista;
- Integrar estudantes de cursos distintos e ampliar o escopo de seus interesses;
- Incentivar o estudante a participar de projetos e de ações sociais;
- Compartilhar o conhecimento e a convivência acadêmica com as comunidades interna e externa; e
- Incentivar procedimentos de investigação científica.

Em relação à orientação e ao acompanhamento, o aluno regularmente matriculado tem acesso on-line ao Sistema Educacional Integrado (SEI), link de Atividades Complementares, na área do Aluno. O acompanhamento da situação das atividades cadastradas (deferido, indeferido, não analisado, etc.) ocorre por meio de relatório síntese, disponível no SEI.

A comprovação e o registro são feitos por meio da digitalização dos documentos que atestem a participação nas atividades, com suas respectivas cargas horárias. Esses documentos devem ser anexados quando o aluno realiza os cadastros on-line de suas atividades no SEI. A Secretaria de Atividades Complementares, responsável pela validação das atividades, recebe os comprovantes após o seu envio, também via SEI.

No curso o aluno deve cumprir 80 horas-relógio de ACs durante o curso, compostas por atividades que contemplem a diversidade e permitam um maior aproveitamento na formação do discente, considerando, ainda, a aderência à formação geral e específica da área de formação.

As atividades complementares possuem regulamento próprio na IES para consulta, além de estar devidamente previsto no PDI da instituição.

1.11 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Não se aplica

1.12 Apoio ao Discente

1.12.1 Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente – NAP

O Programa de Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente (NAP) é um órgão de apoio acadêmico e tem por finalidade apoiar os alunos da Instituição no desenvolvimento do seu curso de graduação.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente (NAP) consiste em uma ação multidisciplinar voltada para o atendimento e orientação dos acadêmicos da Faculdade do Comércio - FAC, no que tange ao acompanhamento, orientação e superação das dificuldades que venham a apresentar e que afetem o desempenho dos mesmos.

O NAP se organiza como um núcleo adjunto as Coordenações de cursos, com a finalidade de prestar auxílio aos acadêmicos e assegurar continuidade no processo de

acompanhamento dos discentes ao longo de sua trajetória acadêmica.

O NAP oferece apoio ao pleno desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes, por meio de atendimento de questões específicas e emergentes ao longo do processo educativo visando contribuir para o acompanhamento e orientação geral nos estudos. O NAP possui regulamento próprio na IES para consulta, além de estar devidamente previsto no PDI da instituição.

1.12.2 Monitoria

A Faculdade do Comércio - FAC, através do Programa de Monitoria, institui monitores e bolsistas de iniciação científica, admitindo alunos regulares, selecionados pela direção acadêmica em articulação com as Coordenações de Curso e designados pelo Diretor Acadêmico, dentre os estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área de monitoria, bem como, aptidão para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

A monitoria e a bolsa de iniciação científica não implicam em vínculo empregatício e são exercidas sob a orientação de um professor e/ou de um profissional credenciado pela Faculdade, vedada a utilização de monitor e/ou bolsista para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular.

A função de monitoria visa despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira do magistério além de oportunizar meios de interação do corpo docente com o discente.

É compromisso do aluno - monitor elaborar um plano de atividades, em conjunto com o Professor Orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e dos trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional.

A atividade de Monitoria ocorre através de Processo de Seleção promovido pela Coordenação de Curso aos alunos que estejam regularmente matriculados e que tenham tido aprovação na disciplina para a qual se candidataram.

A participação na atividade de Monitoria será considerada como de mérito acadêmico e será considerada como Atividade Complementar relevante.

- Auxiliar os acadêmicos no processo de aprendizagem da disciplina;
- Propiciar aos acadêmicos em regime de dependência, condições para as realizações das verificações da aprendizagem, de acordo com a orientação do professor da disciplina;
- Planejar e programar as atividades desenvolvidas, visando à obtenção de subsídios para a elaboração do relatório final da monitoria; e,
- Auxiliar professores e alunos no desenvolvimento de atividades teóricas e/ou práticas, de acordo com o seu nível de conhecimento e experiência na disciplina.

1.12.3 Nivelamento

O Programa de Nivelamento apresenta-se como uma das ações necessárias para a adaptação dos discentes no ensino superior que, além de experimentarem uma forte transição metodológica, trazem consigo muitas diferenciações em níveis de conhecimentos básicos.

O sistema de nivelamento tem por objetivo diminuir as diferenças de conhecimento básico necessário como pré-requisitos para determinado curso superior. O nivelamento é uma

forma de proporcionar um equilíbrio de conhecimento em determinado assunto na turma que foi composta no início de cada curso, com isto as dificuldades de conhecimentos anteriores que deveriam ser advindos do ensino médio são supridas.

O Programa de Nivelamento tem caráter acadêmico pedagógico e de assistência ao aluno. Deverá ser realizado, sistematicamente, mediante diagnóstico dos alunos com dificuldade de aprendizagem e carência no domínio dos conteúdos, nos dois primeiros períodos, paralelamente, às demais disciplinas. Esse programa objetiva reduzir problemas de desistência e reprovação nos períodos iniciais, possibilitar ao aluno a revisão e aprendizagem de conteúdos básicos e indispensáveis à aprendizagem em curso superior e produzir metodologias que facilitem os estudos e o resgate dos conteúdos não assimilados pelos egressos do ensino médio. Os programas e as atividades de nivelamento são organizados por professores, admitindo-se também, alunos em regime de monitoria, e gerenciados pela Coordenação do Curso.

São consideradas atividades de nivelamento: cursos, seminários, oficinas, aulas em disciplinas básicas ou específicas, assim relacionadas, como Língua Portuguesa, Informática e Matemática.

O nivelamento tem se mostrado um grande sucesso, mas ainda foram identificados pontos que podem ser modificados a fim de um melhor aproveitamento do tempo e conhecimento proporcionado aos discentes. Tais pontos têm sido tratados com o decorrer do tempo à medida que são identificados.

O nivelamento é oferecido de forma remota ao vivo (encontros síncronos).

O nivelamento possui regulamento próprio na IES para consulta, além de estar devidamente previsto no PDI da instituição.

1.12.4 Programa de Atendimento Extraclasse

O Programa de Atendimento Extraclasse da Faculdade do Comércio - FAC consiste no atendimento aos alunos pelos professores e tem como objetivos:

- Propiciar ao aluno um espaço e momento para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de temas pertinentes à matéria;
- Permitir ao professor desenvolver atividades destinadas a sedimentar, junto aos alunos, os conhecimentos transmitidos em sala de aula;
- Nivelar turmas heterogêneas, que se encontrem em diferentes estágios dentro do processo de conhecimento.

O atendimento Extraclasse será desenvolvido nas dependências da Faculdade, conforme o procedimento prescrito a seguir:

- Verificada a dificuldade na aprendizagem de determinada disciplina, os alunos, em número não inferior a 5 (cinco), deverão encaminhar a Coordenação do respectivo curso, um requerimento solicitando um atendimento especial do professor.

Do requerimento, disponibilizado na Coordenadoria de Cursos, deverá constar:

- Identificação do curso, da disciplina e respectiva turma, bem como do professor;
- Justificativa do pedido;
- Relação de temas/conteúdos a serem abordados pelo professor;
- Indicação da data de início do (s) plantão(ões) do professor;
- Disponibilidade de horário dos alunos.

O requerimento deverá ser protocolado junto à Secretaria da Coordenadoria de Cursos até 07 (sete) dias úteis antes da data sugerida para o primeiro plantão.

A Coordenadora de Curso deverá se manifestar a respeito do requerimento dentro de 03 (três) dias úteis a contar do seu protocolo, devendo:

- Avaliar os requerimentos para realização dos plantões, face à justificativa apresentada;
- Contatar o professor da disciplina, expondo ao mesmo as alegações contidas no requerimento;
- Deferido o pedido, organizar o(s) plantão(ões) de comum acordo entre o professor e os alunos;
- Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos através dos relatórios apresentados pelo professor/tutor, bem como pelo instrumento de avaliação respondido pelos alunos;
- Manter a Diretoria da IES informada a respeito de todos os pedidos encaminhados, bem como das providências tomadas.

Constituem atribuições do Professor/Tutor:

- Definição de um plano de trabalho, em conjunto com a Coordenadora, a partir do teor do requerimento apresentado pelos alunos;
- Solicitar a participação de um monitor, escolhido dentre os alunos da classe, para auxiliá-lo durante os plantões;
- Por ocasião dos plantões, retomar o conteúdo para esclarecimento de dúvidas, indicar a bibliografia destinada ao aprofundamento da disciplina, desenvolver estudo de casos, propiciar a aplicação prática dos conhecimentos transmitidos e demais atividades destinadas ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem;
- Registrar o comparecimento dos alunos e monitor (es) através da respectiva lista de presença;
- Apresentar à Coordenadora de Curso relatório sobre as atividades desenvolvidas, bem como os resultados alcançados.

O número de plantões, bem como sua duração, será definido pela Coordenadora de Curso, de acordo com a dotação orçamentária destinada ao Programa de Atendimento Extraclasse.

Os plantões não poderão ser realizados em horários coincidentes com as aulas. Os recursos necessários aos plantões tais como salas de aula, aparelhos audiovisuais, laboratórios de informática, etc., deverão ser previamente agendados.

1.12.5 Núcleo de Apoio ao Egresso

A IES mantém um Programa de Apoio ao egresso, voltado com exclusividade a alunos e ex-alunos, com o objetivo de mantê-los em contato com a IES e com o mercado de trabalho.

Os participantes do programa possuem acesso às informações sobre a profissão (portal de vagas da FAC), educação continuada (Pós-Graduação) e aos acontecimentos do meio acadêmico (palestras e aulas magnas), além de possibilitar a formação de uma rede de contatos entre os coordenadores, professores, colegas de turma e funcionários da Instituição.

Esse elo disponibiliza periodicamente notícias atuais sobre as tendências do mercado de trabalho, artigos, informativos, relações de site, banco de currículo e outros.

Mantém ainda a Avaliação Institucional sob a ótica do egresso como um dos instrumentos da Avaliação Institucional e que tem a finalidade de:

- I. Identificar os pontos fortes e fracos do curso e oferecer subsídios para a reforma curricular;
- II. Identificar as necessidades de qualificação dos ex-alunos como subsídios para a criação de cursos de pós-graduação dentro do programa de Educação Continuada.

1.12.6 Organização estudantil

Os alunos matriculados na faculdade pertencerão aos Diretórios Acadêmicos, dos seus respectivos Cursos, cujo regimento, elaborado e aprovado de conformidade com a legislação pertinente, disporá sobre sua constituição, finalidade, elegibilidade, direitos e deveres de seus membros.

Os Diretórios Acadêmicos terão por objetivo a representação estudantil, a promoção, a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da Instituição e terão o apoio da Instituição em eventos culturais e esportivos. A faculdade estimulará as eleições e as assembleias e, ainda, oferecerá espaço físico com mobiliário e equipamentos para seu funcionamento.

1.12.7 Ouvidoria

A Ouvidoria foi criada para garantir um canal permanente de comunicação, proporcionando maior aproximação entre a direção e comunidade externa e interna, com o objetivo de facilitar o recebimento das manifestações de todos os setores, por meio de um processo ágil, eficaz e seguro.

Ela é gerida por uma profissional, pertence ao quadro de funcionários técnico-administrativo, que conhece a sistemática da IES. Possui um ambiente próprio equipado com computador conectado à internet, impressora, mesa, cadeiras e armário para guarda de documentos. Trabalha de forma personalizada, transparente e objetiva, assegurando o sigilo absoluto como forma de preservar a identidade do manifestante.

Seu papel é o de ouvir, receber e encaminhar críticas, elogios, informações, reclamações, solicitações, sugestões e questionamentos aos diversos setores da IES, acompanhando o processo até a solução final. Tem o papel de sugerir à direção medidas que contribuam para a melhoria dos serviços. Informará o autor da solicitação, em tempo hábil, fornecendo-lhes os devidos esclarecimentos, alternativas e soluções.

As formas de contato com a Ouvidoria acontecem por meio de e-mail institucional (site da IES), pessoalmente (local, dias e horários na IES), e telefone.

Ela possui regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Superior, e disponibilizada à comunidade acadêmica na home page da Faculdade do Comércio - FAC.

A Ouvidoria possui regulamento próprio na IES para consulta, além de estar devidamente previsto no PDI da instituição.

1.12.8 Política de Bolsas

O Programa de Bolsa da FAC-SP estabelece, segundo a natureza, os seguintes tipos de bolsas: de estudo (Bolsa Monitoria, Iniciação Científica e Extensão), de trabalho, de

convênio, de assistência ao estudante e de grupo familiar. O programa de Bolsa obedece ao regulamento específico aprovado pelo Conselho Superior da instituição. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

- IES: O FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

- Programa Universidade para Todos – PROUNI: O PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para cursos de graduação e sequências de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas.

1.13 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa

No processo de gestão do curso, a presença da Coordenação é uma constante em relação à organização das ações acadêmicas que estão previstas e são desenvolvidas ao longo do curso. A Coordenação também é responsável por presidir as reuniões regulares do NDE e do Colegiado de Curso. Dentre suas funções, se destaca o direcionamento das ações que envolvem todos os atores do processo que acompanham o estudante durante as disciplinas do curso e o auxiliam na construção do seu processo de aprendizagem.

O NDE do curso foi instituído por portaria da Direção, e tem a coordenação de curso como presidente. O NDE atua na elaboração e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com base nas demandas oriundas dos Colegiados de Curso e da avaliação institucional. É verificada, também, a avaliação de aprendizagem na formação do estudante, de maneira a ter um mapeamento do estudante ao longo de seu processo formativo. O resultado dessas ações visa à construção do perfil do egresso estabelecido no PPC, considerando, principalmente, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as novas demandas do mundo do trabalho. Vale ressaltar que todos os membros do NDE estão vinculados ao curso. Os membros do NDE são docentes do curso, que exercem liderança acadêmica em seu âmbito, constatada na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na experiência profissional e de mercado e no envolvimento com as questões educacionais da instituição.

Ao coordenador de curso cabe o papel de acompanhar as ações de ambos, validar de possíveis alterações no conteúdo e estimular o estabelecimento de estratégias inovadoras de ensino.

O curso é constantemente avaliado, independentemente das ações de avaliações externas ou aquelas conduzidas internamente pela CPA. Assim que novas demandas se apresentam, as ações são discutidas entre os membros do NDE, colegiado, professores e gestores. O diálogo é sempre um canal aberto e todos são envolvidos no sentido de solucionar as questões que se apresentam, bem como analisar e identificar oportunidades de melhoria que são replicadas, discutidas e implementadas. O curso está em constante transformação e adaptação.

Dessa maneira, a área da Avaliação Institucional da FAC vem acompanhando, desde o início, o processo de expansão e reelaborando ou ajustando continuamente a proposta original de autoavaliação para essa modalidade de ensino.

A Avaliação Institucional, conforme determina a legislação da Educação Superior

Brasileira, em especial a Lei nº 10.861 de 2004, que implantou o SINAES, é hoje uma realidade inquestionável no campo das políticas universitárias, dos governos e dos vários organismos de financiamento e fomento.

Como parte de uma política de Estado, o processo auto avaliativo se apresenta como uma necessidade estrutural do Ensino Superior, tanto no plano didático-pedagógico quanto nas demais exigências legais.

A Educação é um processo complexo que envolve estratégias, sujeitos e espaços pedagógicos diversos e, assim, especificidades que desafiam e demandam ajustes no processo de autoavaliação. Este tem por finalidade subsidiar, com seus estudos e resultados, alicerçando consistentemente as medidas de aprimoramento de qualidade das propostas, da metodologia, da infraestrutura, dos recursos didáticos e tecnológicos, dos espaços e do corpo social, que sustentam o curso.

Com o intuito de uniformizar a metodologia de autoavaliação no Ensino de Graduação, se deu o primeiro movimento auto avaliativo por meio de uma reflexão conjunta, na qual a CPA apresentou à Direção da FAC um balanço dos processos auto avaliativos já realizados (entre os anos de 2020 e 2021). A partir dessa ação, definiram-se outros processos auto avaliativos, que ocorrem anualmente na Instituição, e o momento em que eles seriam realizados. Além da reunião de trabalho com as equipes e os gestores da CPA e da Direção, houve uma consulta a gestores (coordenações de área e de curso) que tiveram acesso e puderam dar sugestões sobre o conteúdo dos instrumentos.

Os instrumentos para o corpo discente, professores e coordenações de curso são compostos apenas por questões fechadas e se referem a diversos indicadores (projeto pedagógico de curso e metodologia para o desenvolvimento das atividades na modalidade remota, coordenação de curso, corpo discente, corpo docente, suporte técnico), que se apresentam considerando resultados gerais e não específicos.

Outra ação autoavaliativa importante é o Relatório Anual da Coordenação de Curso, solicitado pela Direção, desde o ano de 2020, com o intuito de levar a Coordenação a refletir sobre seu planejamento, sua prática e sobre as propostas de trabalho para o ano seguinte. O documento é organizado com base nos pilares e nas diretrizes estabelecidos pela Direção. O relatório é composto das potencialidades e das fragilidades do curso, levando em consideração as ações das avaliações internas (CPA, NDE e Colegiado) e das avaliações externas (ENADE, Comissões de Reconhecimento de Cursos). Além disso, o relatório contempla um olhar crítico da Coordenação frente às fragilidades apresentadas, identificando propostas para a melhoria dos resultados gerais do curso e sinalizando as ações que já estão em andamento.

Diante de todas essas ações de gestão e de acompanhamento dos processos de avaliação, o núcleo gestor da Direção, que inclui a Coordenação do Curso, tem condições de (re)organizar continuamente o seu planejamento, considerando as evidências e compartilhando os resultados com a comunidade acadêmica, em específico, o corpo social (professores) e o corpo discente.

1.14 Atividades de Tutoria

Não se aplica.

1.15 Conhecimento, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

Não se aplica.

1.16 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – No Processo de Ensino Aprendizagem

A tecnologia tem se tornado uma grande aliada no processo educacional, ao aumentar as possibilidades de aprendizagem. Com vistas a estimular nos alunos do curso as competências advindas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos processos de aprendizagem, será utilizado ferramental adequado, perpassando todas as disciplinas previstas na matriz curricular, tanto na parte informacional, como também naquelas associadas ao campo profissional.

Sendo assim, para além da internet, outras possibilidades das TICs serão trabalhadas, de maneira a preparar o aluno para sua atuação no contexto atual. Encontram-se previstos o uso de softwares interativos, a disponibilização de conteúdos on-line e outros recursos que contribuam para a promoção de interação, conectando a atenção do aluno e tornando a aula mais dinâmica e produtiva, estimulando-o ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao aluno do curso, bem como aos professores e à coordenação do curso, serão disponibilizadas comunicações síncronas e assíncronas, por meio dos canais de comunicação da faculdade, quais sejam:

- softwares para disciplinas específicas do curso, a serem trabalhados nos laboratórios didáticos especializados, bem como no Laboratório de Informática; (um laboratório com 30 máquinas)
- criação de página do curso no site da IES e/ou em redes sociais, visando discutir questões didático-pedagógicas cotidianas do curso;
- utilização de recursos audiovisuais e multimídia em aulas teóricas e/ou práticas;
- informações sobre a vida acadêmica, tais como: controle de presença e faltas; notas; plano de ensino; PDI, PPC, material de apoio às aulas disponibilizadas pelos professores.
- utilização de pesquisa de diagnóstico online;
- análise estatísticas e tabulação dos dados;
- apoio à realização das atividades práticas simuladas e reais;
- inteligência competitiva.

No Curso Superior de Tecnologia em Logística, presencial da Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC-SP, são adotadas tecnologias de informação e comunicação didático-pedagógicas que enriquecem e qualificam o processo de ensino-aprendizagem, principalmente o desenvolvimento dos conteúdos e atividades propostos pelo curso.

1.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Não se aplica.

1.18 Material Didático

Não se aplica.

1.19 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

A avaliação vem assumindo importância crescente em todos os domínios, e, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desafio ao tentar romper modelos tradicionais

tecnicistas, que utilizam a avaliação única e exclusivamente para obter medição, em termos de rendimento.

A tendência é de que a avaliação amplie seus domínios para além do seu âmbito tradicional, ou seja, da avaliação da aprendizagem, estendendo-se de modo cada vez mais consciente, sistemático e fundamentado cientificamente, às políticas educacionais, às reformas e inovações do sistema educacional, dos projetos pedagógicos, dos currículos e dos programas.

O desafio que a avaliação representa para o docente é de que, apesar de ser vista como um comportamento comum aos seres humanos, porque estes estão constantemente se avaliando, não é tão óbvia quanta aparenta.

O conceito de avaliação recebe conotações mais ou menos particulares, de acordo com o seu contexto, mas em sua essência avaliar é julgar algo ou alguém quanto a seu valor. A avaliação é, sem dúvida, um julgamento, valoração, no sentido em que ela não tem significado fora da relação com um fim, e de um contexto em que o avaliador se pronuncia sobre o objeto avaliado quanto ao seu sucesso ou fracasso.

A participação do acadêmico na avaliação se dá pela autoavaliação que deve se realizar de forma crítica e reflexiva. Ela revela conhecimentos, habilidades e valores, encoraja a reflexão do aluno, atende às diversidades de interesses e facilita o diálogo entre alunos e professores.

A avaliação do desempenho escolar deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do aluno em relação ao processo ensino-aprendizagem na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos:

- diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;
- possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem;
- embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.

A avaliação do desempenho escolar é feita por meio de elementos que comprovem eficiência nos estudos, trabalhos escolares e pesquisas.

As avaliações da aprendizagem são elaboradas e realizadas por disciplina, sobre cada uma das quais incide a verificação da frequência e o aproveitamento das atividades e dos conteúdos ministrados. A frequência às aulas, a participação nas demais atividades acadêmicas e respectivas avaliações são direitos dos discentes regularmente matriculados, nos termos do contrato de prestação de serviços.

Quaisquer que sejam os demais resultados obtidos serão considerados reprovados na disciplina os discentes que não obtiveram frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas, após as avaliações regulares ou processo de recuperação definido nos termos desta ou de outras normas aprovadas pelo Conselho Superior (CONSUP).

Será dado tratamento excepcional para discentes amparados por legislação específica ou gestação, sendo-lhes atribuídos nesses casos, mediante requerimento com

documentação comprobatória, como compensação das ausências às aulas, exercícios domiciliares supervisionados ou plano especial de estudos, com acompanhamento docente, segundo normas específicas estabelecidas nos processos de compensação de ausência às aulas e abono de faltas.

Discentes regularmente matriculados, que se mostrarem proficientes em alguma disciplina ou conteúdo, por estudos anteriores, conhecimentos práticos ou experiência profissional, mediante comprovação documental, podem realizar o Exame de Proficiência por Notório Saber, conforme normas aprovadas pelo Conselho Superior (CONSUP).

Discentes regularmente matriculados, que demonstrem alta qualificação e queiram antecipar seus estudos, podem realizar o Exame de Proficiência por Excepcional Desempenho, conforme normas aprovadas pelo Conselho Superior (CONSUP).

O aproveitamento escolar dos discentes é avaliado continuamente pelos resultados obtidos nos trabalhos ou provas escritas de avaliação de aprendizagem. Compete ao docente da disciplina ou, em sua ausência, ao coordenador de curso, elaborar os exercícios escolares ou trabalhos de avaliação, e, sempre que disponível, deve contar com os recursos de um banco de questões institucional.

Portanto, os procedimentos de avaliação previstos utilizados nos processos ensino-aprendizagem contemplam adequadamente as competências e habilidades do perfil profissional, a adequação dos instrumentos à metodologia proposta, à concepção de avaliação definida no PPC.

A aprendizagem é avaliada continuamente, mediante verificações durante o período letivo, expressando-se o resultado final em notas de zero a dez, nos termos do Regimento e demais normas expedidas pelo Conselho Superior (CONSUP).

O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento individuais, nas datas fixadas, pode requerer, mediante justificativa e no prazo de três dias úteis após a realização da mesma, uma avaliação substitutiva para cada disciplina ou unidade curricular, de acordo com o calendário escolar, sujeitando-se ao pagamento das taxas respectivas.

Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, será atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada.

Pode ser concedida revisão de nota, mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, no prazo de três dias úteis após a divulgação do resultado, com o pagamento da taxa respectiva.

O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo sempre, fundamentar sua decisão, cabendo recurso, sucessivamente, à Coordenadoria de Curso, ao Colegiado do Curso e, em instância final, ao Conselho Superior (CONSUP).

São atividades curriculares as preleções, iniciação científica, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, visitas técnicas, estágios, provas escritas e orais previstas nos respectivos planos de ensino, assim como atividades complementares, aprovado pela Coordenadoria de Curso.

A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina ou unidade curricular, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre ou módulo letivo.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle

de frequência dos alunos, obedecido o projeto pedagógico do curso, devendo o Diretor fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares programadas, o aluno é aprovado quando obtiver resultado não inferior a cinco, correspondente à somatória das avaliações realizadas durante o período letivo, incluindo o exame final, obrigatório.

Os alunos precisam aprender que poderão ser cobrados pela aprendizagem das atividades e conteúdos programados no interior de cada disciplina.

Uma avaliação ou prova deve ser uma boa medida da eficácia da relação ensino-aprendizagem. Não se trata de “facilitar” ou “dificultar” um melhor resultado. Espera-se que a avaliação seja apenas uma medida adequada do resultado do processo ensino-aprendizagem, servindo assim para que professores e alunos possam aperfeiçoar esse processo. Portanto, a avaliação deve medir conteúdos e competências propostos e elaborados pelos docentes na preparação de suas aulas, não apenas o que foi trabalhado em sala de aula.

Princípios Fundamentais

Resumindo, para criarmos uma cultura de valorização da aprendizagem, engajando o aluno a realizar o esforço próprio que a aprendizagem exige, devemos adotar, pelo menos, os seguintes princípios:

- a. a aprendizagem é conquista do aluno, com orientação, acompanhamento e avaliação do docente tutor;
- b. todos aprendemos de forma diferente – por métodos diferentes, em diferentes estilos e a ritmos diferentes;
- c. a aprendizagem cresce com a atividade e o esforço do aluno;
- d. esforço exige orientação, acompanhamento e avaliação.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizados os seguintes mecanismos:

- 1) As disciplinas de formação geral específicas do curso têm seu conteúdo avaliado pelo Professor, que observa as diretrizes expostas anteriormente (mecanismos e princípios), portanto, serão os principais responsáveis pelo processo “ensino-aprendizagem”.
- 2) Todas as disciplinas têm suas aulas previamente preparadas pelos docentes e apresentadas aos alunos, com orientações precisas e detalhadas do que o aluno deve estudar.
- 3) Em todas as disciplinas, os docentes fornecerão horas de atividades para os alunos realizarem no decorrer de seus estudos da disciplina.
- 4) Para auxiliar os alunos na elaboração das atividades programadas nas disciplinas poderá ser desenvolvida a atividade de monitoria, mediante regulamentação.
- 5) A avaliação dos alunos em cada disciplina deve abranger, além dos conteúdos trabalhados na sala de aula, os conteúdos e as atividades que foram elaborados pelo docente na preparação das aulas.
- 6) A avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizada por meio de

atividades diversas, que contemplam dissertação e questões objetivas, a fim de avaliar o conhecimento absorvido pelo acadêmico referente ao conteúdo ministrado.

7) Deverá ser contemplado um mecanismo de participação obrigatória em simulados preparatórios ao ENADE, o que deverá ficar a cargo do NDE decidir e criar.

A avaliação vem assumindo importância crescente em todos os domínios, e, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desafio ao tentar romper modelos tradicionais tecnicistas, que utilizam a avaliação única e exclusivamente para obter medição, em termos de rendimento.

A tendência é de que a avaliação amplie seus domínios para além do seu âmbito tradicional, ou seja, da avaliação da aprendizagem, estendendo-se de modo cada vez mais consciente, sistemático e fundamentado cientificamente, às políticas educacionais, às reformas e inovações do sistema educacional, dos projetos pedagógicos, dos currículos e dos programas.

O desafio que a avaliação representa para o docente é de que, apesar de ser vista como um comportamento comum aos seres humanos, porque estes estão constantemente se avaliando, não é tão óbvia quanta aparenta.

As médias são expressas em números inteiros. É considerado reprovado o aluno que:

I - não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina ou unidade curricular;

II - não obtiver, na disciplina ou unidade curricular, resultado final igual ou superior a cinco.

O aluno reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina ou unidade curricular, no período letivo seguinte ou em período letivo especial, aprovado pela Diretoria.

É promovido ao período letivo seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas ou unidades curriculares do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência, na forma regulamentada pelo CONSUP.

Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina ou unidade curricular, em horário ou período especial, a critério da coordenadoria de cada curso, aplicando-se as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores.

1.19.1 Avaliação do desempenho acadêmico

A avaliação equivale a mapear o desenvolvimento do processo de aprendizagem, identificando dificuldades, obstáculos, avanços, o que precisa ser mudado ou aperfeiçoado nas intervenções pedagógicas. Para o professor, a avaliação formativa é também um modo de reinventar sua prática docente, de aprender ao ensinar. Para o aluno, a avaliação formativa é um modo mais significativo de aprender, com autonomia e responsabilidade, na medida em que tem oportunidade de se recuperar ao longo do processo, na medida em que o incentiva a analisar e rever o próprio desempenho.

Com isso, a coordenação e os professores acompanham e avaliam continuamente as práticas e procedimentos adotados na avaliação dos alunos ao longo do período letivo, de modo a corrigir e evitar distorções nos processos de ensino-aprendizagem e identificar novas práticas que contribuam para uma aprendizagem significativa.

A avaliação do desempenho escolar é feita por meio de elementos que comprovem

eficiência nos estudos, trabalhos escolares e projetos integradores. É realizada por disciplina, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento. Nos cursos de graduação presencial a avaliação da aprendizagem dos alunos nas disciplinas é preparada pelos professores, que pode envolver questões dissertativas, participação nas aulas, trabalhos, apresentações de seminários, questões de múltipla escolha, etc. com valor atribuído de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), que representam a avaliação N1, somadas à nota da prova oficial (institucional) (N2), a qual terá valor de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) e que divididos por 2 irão gerar a média das avaliações.

$$\text{Média} = (N1 + N2)/2$$

A média de aprovação na Faculdade deve ser igual ou superior a 5,0 (cinco pontos) em cada disciplina.

As questões dissertativas privilegiam o desenvolvimento de competências e habilidades, bem como a capacidade de construir conhecimentos teóricos, técnicos e aplicados. Os seminários e os trabalhos em grupo possibilitam o desenvolvimento da comunicação, oralidade, espírito de equipe e demais competências necessárias que o mercado profissional demanda.

A partir do momento em que o aluno conclui sua avaliação (prova), a correção será efetuada pelo professor e a nota será lançada no sistema de registros acadêmicos da Faculdade do Comércio - FAC. Sendo assim, cada professor tem acesso à avaliação dos alunos de suas turmas, podendo gerar estatísticas de aproveitamento por questão e por turma, fornecendo assim forte subsídio para adequar/aperfeiçoar o banco de questões de sua disciplina.

Caso o aluno não obtenha sucesso na realização da avaliação para aprovação semestral, poderá realizar a prova substitutiva, que tem por objetivo oportunizar a recuperação do aluno, após a divulgação e o feedback de sua nota.

1.20 Número de Vagas

O curso propõe a oferta de 110 vagas anuais, em duas turmas de 55 alunos no turno noturno, quantitativo este atendido de forma excelente pelas condições relativas ao corpo docente e à infraestrutura oferecidos pela instituição.

A Direção da FAC é a responsável por estabelecer, em Edital de Processo Seletivo anual, a quantidade de vagas para o curso, fundamentada em acompanhamento regular das matrículas e das rematrículas realizadas em todos os cursos de graduação, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional e com a Área Comercial.

No que se refere à composição do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o desenvolvimento das atividades acadêmicas previstas no curso, são realizados, regularmente, estudos e um planejamento estratégico que permita compor uma equipe que possa dar suporte às atividades do curso de maneira efetiva. Em relação à bibliografia do curso, há o envolvimento do Setor de Biblioteca da FAC para atender ao número de vagas previsto para o curso.

A instituição apresentará RELATÓRIO QUANTITATIVO DO NÚMERO DE VAGAS na pasta OneDrive para consulta dos avaliadores.

1.21 Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC.

Não se aplica (NSA).

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

Não se aplica (NSA).

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

Não se aplica (NSA).

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

Não se aplica (NSA).

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso é composto por 5 docentes, indicados conforme estabelece a Resolução do CONAES nº 1/2010, vinculados ao curso, com significativa atuação profissional e de magistério, possuindo amplo conhecimento da concepção da proposta pedagógica do curso, todos unanimemente possuem habilidade de comunicação interpessoal, criatividade e dinamismo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas que se coadunam com o perfil e habilidades que devem ser desenvolvidas em prol da qualificação humanista e profissional de cada acadêmico.

ONDE foi concebido na Instituição sob orientação do Ministério da Educação (MEC) objetivando manter um acompanhamento das atividades previstas no PPC, a consolidação das atividades e a avaliação das mesmas. Para isso, mantém uma rotina de reuniões mensais de onde se retiram sugestões de melhoria constante para o curso.

O perfil do Núcleo Docente Estruturante do curso é coerente com o PPC, bem como, detentor de visões empreendedoras, analítica, crítica e ética da área profissional direta ou indiretamente ligada à atividade do setor e à macro área de concentração profissional. Desde a concepção do PPC que a FAC selecionou o corpo docente com perfil adequado, inovador e vocacionado para atender aos objetivos globais do curso, pois entende que o corpo docente é o principal sustentáculo de qualquer programa educacional.

Os professores indicados para o NDE do curso são suficientes em número e reúnem competências associadas a todos os componentes da estrutura curricular. Sua dedicação é excelente à proposta do curso para garantir um excelente nível de interação entre discentes e docentes. Os professores possuem qualificações excelentes às atividades que desenvolvem e para as quais foram recrutados, levando-se em consideração a concepção pedagógica proposta.

A competência global dos docentes, pertencentes ao NDE, pode ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência docente, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades educacionais, em áreas compatíveis com as do ensino nos programas dos cursos.

O NDE do curso possui atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico.

Além destas, destacam-se também:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Analisar, anualmente, o PPC e propor alterações para possíveis adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais, as exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as políticas didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenadoria do Curso possíveis alterações;
- Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado, especialmente a partir da utilização crítica dos resultados dos diversos processos de avaliação realizados (avaliação externa, autoavaliação e ENADE, entre outros)
- Apoiar as ações da coordenação;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- Elaboração e implantação do Plano de melhorias acadêmicas;
- Organização e divulgação dos eventos internos e externos;
- Elaborar planos de melhorias do curso possibilitando um melhor desempenho dos acadêmicos no ENADE; e
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares.

Considerando-se o disposto na Resolução CONAES nº 1 e no Parecer CONAES nº 4, ambos aprovados em 17 de junho de 2010, que normatizam a institucionalização e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso de graduação, tem-se a constituição por membros do corpo docente, que exercem liderança acadêmica no âmbito do curso, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, na experiência profissional e de mercado e em outras dimensões entendidas como importantes pela Instituição, a exemplo dos resultados de avaliações pela CPA, que possuem maior carga horária e tempo de magistério no centro universitário, e que atuam sobre o desenvolvimento do curso.

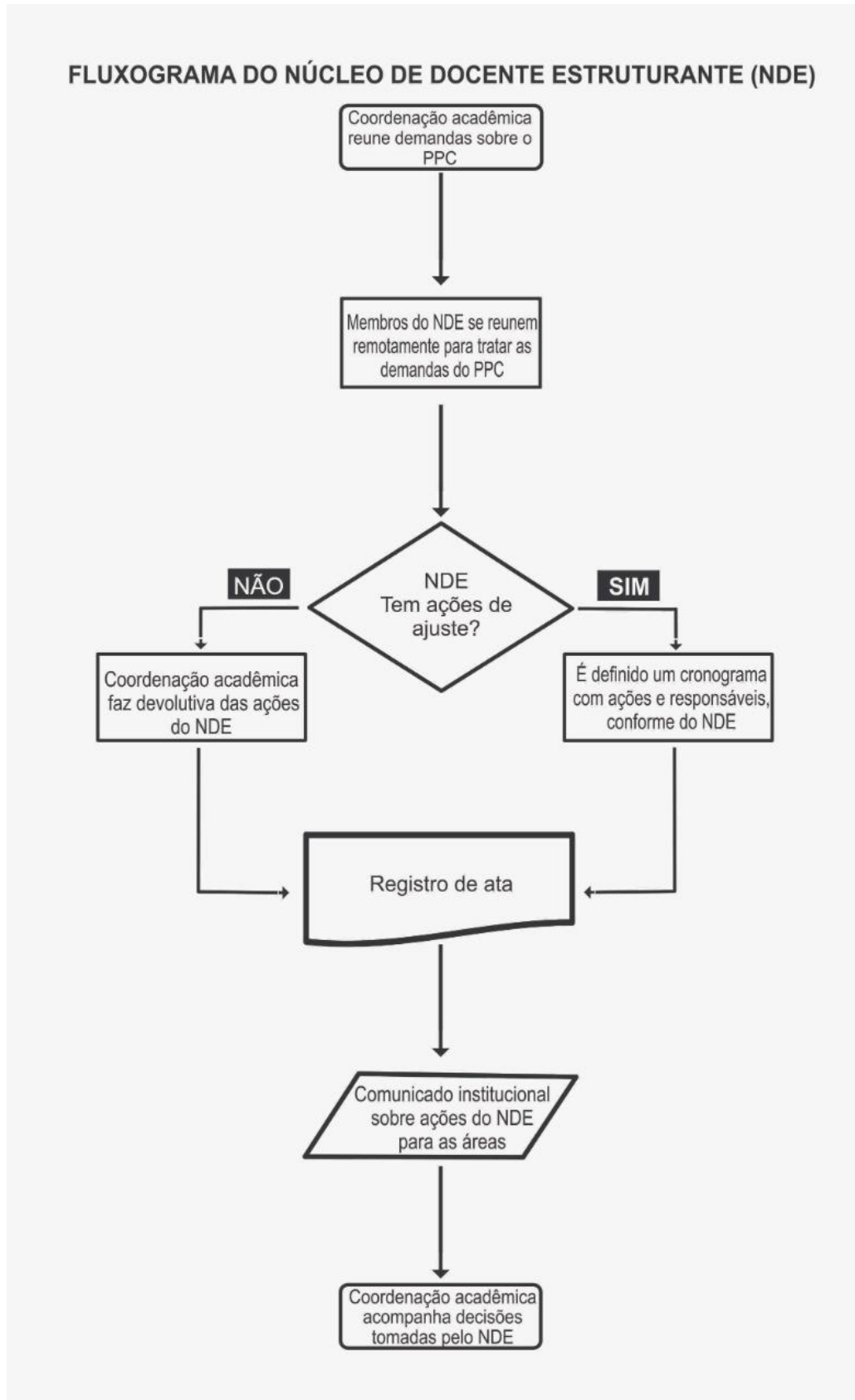
O NDE do curso foi instituído por portaria da Direção, e tem um coordenador de curso como presidente. O NDE atua na elaboração e na atualização do PPC, com base nas

demandas oriundas dos Colegiados de Curso e da avaliação institucional. É verificada, também, a avaliação de aprendizagem na formação do estudante, de maneira a ter um mapeamento do estudante ao longo de seu processo formativo. O resultado dessas ações visa à construção do perfil do egresso estabelecido no PPC, considerando, principalmente, as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho. Vale ressaltar que todos os membros do NDE estão vinculados ao curso desde o momento de sua criação.

Os membros do NDE são docentes do curso, que exercem liderança acadêmica em seu âmbito, constatada na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na experiência profissional e de mercado e no envolvimento com as questões educacionais da instituição.

O NDE curso é composto por 80% de professores com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, sendo 20% de Doutores, 60% de Mestre e 20% de Especialista. Em relação ao regime de trabalho, 60% têm regime integral e 40% tem regime parcial, conforme demonstrado abaixo:

COMPONENTES	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Coordenadora: Liliane Amikura Yatsu	Mestre	Tempo Integral
Sergio Roberto Maciel	Especialista	Tempo Integral
Alciney Lourenço Cautela Junior	Mestre	Tempo Parcial
Ricardo Noboru Igarashi	Doutor	Tempo Integral
Luis Guilherme Krenek Zainaghi	Mestre	Tempo Parcial



2.1.1 - Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso

A avaliação de uma instituição começa pela percepção de que todo o processo advém de um acordo consensual entre os atores envolvidos: gestores, professores, funcionários

e alunos, estabelecendo-se uma cultura de avaliação, é, em suma, um processo de melhoria de qualidade que depende de uma política coordenada e sistêmica, engajada e democrática, com planejamento e o estabelecimento de metas e prioridades.

Nesta perspectiva, a Faculdade do Comércio - FAC desenvolve ferramentas de avaliação para acompanhamento da realização das metas estabelecidas promovendo a melhoria da qualidade do aprendizado refletindo resultados satisfatórios nos processos de avaliações internas e externas.

Conforme determina as orientações do órgão federal competente, o curso tem o seu projeto pedagógico revisto e avaliado continuamente pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE que tem, especificamente, esta função de acompanhamento e avaliação.

Além do NDE, o curso da Faculdade do Comércio - FAC possui o Colegiado de Curso que está constantemente em cada semestre reavaliando o Projeto de Curso e buscando a melhoria em termos qualidade em ensino e aprendizagem, incentivos a pesquisas e discussão e viabilização dos projetos desenvolvidos.

O Colegiado de Curso, por seu turno, é formado pelo Coordenador do Curso, dois representantes docentes e um representante discente que são responsáveis pelo planejamento e pela coordenação didática do Curso de Graduação. O Colegiado de Curso, de função eminentemente acadêmica, é um Órgão Deliberativo do Curso em matéria que compreenda a qualidade do ensino e seu desenvolvimento, incluindo currículos e programas (Monitoria, Tutoria, Pesquisa e Extensão) e a solução dos problemas de ordem acadêmica, que envolvam os discentes.

A instituição também possui o Programa de Avaliação Institucional, que por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), anualmente avaliará os cursos e a instituição como um todo procurando identificar os aspectos de excelência, deficiência e carência, bem como diagnosticar e orientar a gestão institucional na direção do aumento da qualidade de prestação de seus serviços, tudo por meio de melhorias em todas as áreas: docente, discente, direção, técnico-administrativa, infraestrutura, projetos, relacionamentos com a comunidade e demais atividades afins. É um processo contínuo de aperfeiçoamento institucional que certamente produzirá melhorias em todos os setores.

O Programa de Avaliação Institucional é Coordenado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, composta por representantes dos corpos docente, discente e técnico-administrativo e da comunidade, que tem a função de aplicar os módulos de avaliação. As etapas que compõem esse processo serão aplicadas em períodos distintos.

Ao final, a Comissão apresentará os resultados tabulados, interpretados e as sugestões de ações. O programa prevê a discussão dos resultados levantados num evento interno na Instituição. Será feita a avaliação das disciplinas ministradas em cada período com a participação de alunos, professores e funcionários técnicos administrativos envolvidos. Nessas oportunidades, alunos serão solicitados a responder também um instrumento de avaliação de desempenho dos professores e técnicos administrativos. Os instrumentos de avaliação do curso serão elaborados pelo Colegiado e apresentados para apreciação e aprovação do CONSUP em acordo com regulamento Institucional.

O NDE do curso, após a reflexão de análise, enfoca dois aspectos: a análise e interpretação dos indicadores quantitativos e de qualidade e propõe ações de procedimentos de melhorias ao programa do curso.

Cabe à Diretoria da Faculdade analisar os relatórios e as sugestões neles contidas e adotar as ações necessárias para o saneamento de deficiências identificadas e o fortalecimento

de outras ações para consolidar cursos e programas com pontos fortes.

2.2 Equipe Multidisciplinar

Não se aplica.

2.3 Atuação do Coordenador

O coordenador do curso, Professor Sergio Roberto Ribeiro Maciel, está enquadrado no regime de tempo integral -TI com 40 horas. Essas horas são usadas, prioritariamente, para atendimento aos discentes no período (noturno) em que ocorrem as aulas do curso, como também para atendimento aos docentes, direção acadêmica, reuniões com NDE, reuniões com o colegiado de curso, entre outras atividades necessárias para o excelente exercício da função de coordenação. O coordenador poderá dedicar 15 horas para docência, reuniões de planejamento, atividades didáticas e administrativas e 25 horas para gestão e condução do curso.

Sua presença e representatividade nos órgãos colegiados do Curso (NDE e reunião com discentes) são pautadas em um plano de ação documentado e compartilhado, emanado dos indicadores estabelecidos pela Direção. O documento é público e proporciona a avaliação da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua do processo formativo.

A comprovação do vínculo empregatício e da carga horária do regime de trabalho poderá ser aferida pela comissão avaliadora na época da avaliação in loco para fins de reconhecimento do curso.

O PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO com indicadores de desempenho está disponível para verificação da comissão no OneDrive.

2.4 Regime de Trabalho do Coordenador de Curso

O regime de trabalho do coordenador do curso, Professor Sergio Roberto Ribeiro Maciel, é de tempo integral, o que computa 40 horas semanais de trabalho na Instituição. Essas horas são utilizadas, prioritariamente, para atendimento aos discentes no período (noturno) em que ocorrem as aulas do curso, como também para atendimento aos docentes, direção acadêmica, reuniões com NDE, reuniões com o colegiado de curso, entre outras atividades necessárias para o excelente exercício da função de coordenação. O coordenador dedica 15 horas para docência, reuniões de planejamento, atividades didáticas e administrativas e 25 horas para gestão e condução do curso.

A comprovação do vínculo empregatício e da carga horária do regime de trabalho poderá ser aferida pela comissão avaliadora na época da avaliação in loco para fins de reconhecimento do curso.

2.5 Corpo Docente: Titulação

O Corpo Docente escolhido para o curso da Faculdade do Comércio de São Paulo (FAC-SP), é composto por professores com longa experiência na área de Docência e Coordenação, que serão comprovados por ocasião da visita da comissão na FAC-SP e está descrito no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O Corpo Docente em sua maioria está no regime de trabalho em Tempo Integral e

Parcial e todos interagem com os conteúdos e práticas da Faculdade.

O corpo docente do curso avalia os materiais didáticos, sempre com o foco na aplicação prática e acadêmica do discente. Considerando as diretrizes e os pilares da Direção e por orientações da Coordenação, promove o raciocínio crítico com base em referências atuais e complementares, além da bibliografia proposta em cada disciplina. Os conteúdos também possuem uma interação direta com os objetivos das disciplinas e o perfil do egresso. É, ainda, função do corpo docente incentivar a produção do conhecimento, por meio de estratégias voltadas para a prática profissional e o mercado de trabalho.

O corpo docente do curso possui, também, vasta experiência no mercado de trabalho, o que faz com que o estudante tenha contato com as características de sua futura profissão. Todos os professores estão envolvidos no Projeto para que os alunos que formarem na FAC-SP, busquem com facilidade uma vaga no mercado de trabalho.

Espera-se que os docentes, mediante suas experiências profissionais, promovam ações que permitam identificar as deficiências dos alunos, que exponham o conteúdo em linguagem aderente às características da turma (respeitado as especificidades de cada uma), que apresentem exemplos contextualizados ao conteúdo dos componentes curriculares, que elaborem atividades específicas para alunos com dificuldades de aprendizagem formativas e somativas, que utilizem os resultados para redefinição de suas práticas docentes, que exerçam liderança e tenham produção reconhecida.

As comprovações estão organizadas em pastas individuais e arquivadas no setor responsável da instituição e estarão à disposição da comissão verificadora para apreciação in loco.

Corpo Docente do Curso Superior de Tecnologia em Logística - Componentes Curriculares

1º - PERÍODO	C/H	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME
Comunicação em Português	80	Juarez Ambires	Doutor	Parcial
Introdução a Administração	80	Alciney Lourenço Cautela Jr	Mestre	Parcial
Introdução a Economia	80	Sergio Roberto Ribeiro Maciel	Especialista	Integral
Matemática Comercial	80	Ricardo Noboru Igarashi	Doutor	Integral
Aproximação com o Mercado de Trabalho	80	Rosilene Andrea Alvarenga	Mestre	Parcial
Projeto Integrador 1	40	Liliane Amikura Yatsu	Mestre	Integral
SUBTOTAL	440			
2º - PERÍODO	C/H	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME
Contabilidade Básica	80	Alexandre Laurindo Fernandes	Especialista	Parcial
Direito Aplicado ao Empreendedorismo	80	Luis Guilherme krenek Zainaghi	Mestre	Parcial
Estatística	80	Ricardo Noboru Igarashi	Doutor	Integral
Fundamentos da Logística Empresarial	80	Sergio Roberto Ribeiro Maciel	Mestre	Parcial
Gestão Tributária no Comércio	80	Maria Flávia da Costa Walny	Mestre	Parcial
Projeto Integrador II	40	Liliane Amikura Yatsu	Mestre	Integral
SUBTOTAL	440			
3º - PERÍODO	C/H	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME
Administração da Produção e Operações	80	Sergio Roberto Ribeiro Maciel	Especialista	Integral
Direito Internacional e Legislação Aduaneira	80	Viviane Nogueira Moraes Danieleski	Mestre	Parcial
Distribuição e Transporte	80	Carlos Francisco Vormittag	Doutor	
Gestão de Custos	80	Samira Sestari	Mestre	Parcial
Movimentação, Armazenagem e	40	Carlos Francisco Vormittag	Doutor	Parcial

Embalagem				
Pesquisa Operacional Aplicada à Logística	40	Ricardo Igarashi	Doutor	Integral
Projeto Integrador III	40	Alexandre Laurindo Fernandes	Especialista	Parcial
SUBTOTAL	440			
4º - PERÍODO	C/H	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME
Empreendedorismo	80	Maria Valéria Guerra	Mestre	Parcial
Gestão da Cadeia de Suprimentos	40	Sergio Roberto Ribeiro Maciel	Especialista	Integral
Gestão da Qualidade	40	Samira Sestari	Mestre	Parcial
Logística e Marketing Internacional	80	Carlos Francisco Vormitag	Doutor	Parcial
Logística em E-Commerce	80	Carlos Francisco Vormitag	Doutor	Parcial
Sistemas de Informação em Logística	80	Leonardo Valério Fernandes	Especialista	Horista
Projeto Integrador 4	40	Alexandre Laurindo Fernandes	Mestre	Integral
SUBTOTAL	440			

Dos 09 docentes que atuam no curso, 03 (33%) são doutores e 06 (67%) são mestres.

Titulação	Quantidade	Percentual
Doutor	3	33%
Mestre	8	%
Especialista	4	%
Total	16	100%

O RELATÓRIO DE ESTUDO DO CORPO DOCENTE encontra-se no OneDrive para consulta da comissão avaliadora.

2.6 Regime de trabalho do corpo docente do curso

Com relação ao regime de trabalho, o pessoal docente da Faculdade do Comércio de São Paulo - FAC está sujeito à prestação de serviços semanais, da seguinte forma:

1. Tempo Integral: (TI) 40 horas semanais de trabalho, nelas reservados o tempo de pelo menos, 20 horas semanais para estudo, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação;
2. Tempo parcial (TP) 12 ou mais horas semanais de trabalho, nelas reservados pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes;
3. Especial ou Horista: exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada.

O corpo docente do curso em suas atribuições, analisa os conteúdos dos componentes curriculares, sempre com o enfoque de abordagem na relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente. É de responsabilidade do professor da disciplina fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, e proporcionar o acesso aos conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso.

O docente da disciplina atua junto aos discentes, incentivando-os na produção do conhecimento, por meio das atividades propostas em cada disciplina – bem como de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação de produção discente e docente, quando houver a oportunidade.

É função, ainda, do docente responsável a participação no colegiado de curso, quando for designado, e em reuniões com a Coordenação do Curso. Em momentos de planejamento didático pedagógico, o professor é convocado pela Coordenação do Curso para contribuir com sua experiência acadêmica e profissional para manter ou atualizar os conteúdos ofertados, bem como para realizar palestras sobre temas pertinentes à sua área de atuação. Como já descrito em item específico, é atribuição do professor a preparação e a correção das avaliações de aprendizagem.

Todos os 16 docentes que atuam no curso são contratados pela FAC, sendo que 03 possuem regime de trabalho em tempo integral, equivalendo a 19%, 09 docentes possuem regime de trabalho parcial, o que equivale a 56% e 04 horistas, perfazendo 25% do grupo de docentes do curso.

Docente	Regime de Trabalho
Alciney Lourenço Cautela Junior	Tempo Integral
Antonio Pescuma Junior	Tempo Parcial
Claudia R. Bouman Olszenski	Tempo Parcial
Juarez Ambires	Tempo Parcial
Liliane Amikura Yatsu	Tempo Integral
Renata Gomes Vicentin	Tempo Integral
Ricardo Noboru Igarashi	Tempo Parcial
Rosilene Andrea Alvarenga	Tempo Parcial
Viviane Nogueira De Moraes Danieleski	Horista

Regime Trabalho	Quantidade	Percentual
Horista	4	25%
Parcial	9	56%
Integral	3	19%
Total do curso	16	100%

O RELATÓRIO DE ESTUDO DO CORPO DOCENTE encontra-se no OneDrive para consulta da comissão avaliadora.

2.7 Experiência profissional do docente (excluída a experiência no exercício da docência superior). NSA para cursos de licenciatura

Entendendo a importância de uma forte interlocução com o mercado de trabalho, o curso da FAC possui um corpo docente com experiência profissional, prestando serviços de consultoria, atuando como empreendedores e profissionais liberais em diversos setores.

Os docentes da FAC possuem experiência de mercado ou, ainda, possuem experiência prática em sua área de atuação, e permitem a apresentação situações reais da profissão. As teorias apresentadas em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional proporcionam ao estudante a oportunidade de se atualizar com relação à interação conteúdo e prática.

O corpo docente, alinhado às diretrizes da Direção e sob o acompanhamento da Coordenação do curso, examina a aplicação da interdisciplinaridade bem como realiza as avaliações, o que permite uma análise global e formativa do estudante. Esse processo avaliativo permite, ainda, um diagnóstico para que o professor possa repensar continuamente sua prática e propor novas estratégias de aprendizado.

As comprovações das experiências profissionais dos professores indicados atendem o perfil do egresso. Seus relatórios e a documentação dos docentes estão à disposição da comissão verificadora, em suas respectivas pastas, para apreciação na época da avaliação in loco.

O RELATÓRIO DE ESTUDO DO CORPO DOCENTE encontra-se no OneDrive para consulta da comissão avaliadora.

2.8 Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.

Não se aplica (NSA).

2.9 Experiência no exercício da docência superior

A experiência do corpo docente do curso, em relação ao exercício da docência na educação superior, é valorizada e acompanhada, de maneira sistemática, pela Coordenação do Curso. A experiência docente contribui para a identificação, pelo professor, das dificuldades dos discentes, contribuindo para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem. Considerando as diretrizes e os pilares da Direção da FAC e as orientações da Coordenação, o corpo docente promove o raciocínio crítico com base em referências atuais e complementares e na bibliografia proposta em cada disciplina. É, ainda, função do corpo docente incentivar a produção do conhecimento por meio de estratégias voltadas para a prática profissional e o mercado de trabalho.

Os resultados das avaliações diagnósticas são instrumentos que possibilitam profunda reflexão e análise para redefinição da prática docente no período de oferta da disciplina. É preciso reconhecer, ainda, na figura do docente, aquele que exerce liderança e é valorizado pela sua produção acadêmica, científica e por sua experiência profissional.

Os professores foram selecionados por apresentarem experiência na área e na docência superior, o que permite a apresentação de situações contextualizadas para o aprendizado. Além disso, há, também, a preocupação em apresentar o material didático e as atividades da disciplina utilizando uma linguagem que atenda às características dos estudantes.

A FAC estimula e promove a produção científica e tecnológica nas diferentes áreas de conhecimento. Esse fato é comprovado pela expressiva produção científica realizada por meio de seus docentes e funcionários, em nível de mestrado, doutorado e outras produções independentes.

Dos 16 docentes que atuam no curso, 100% possuem experiência no magistério superior de mais de cinco anos.

Todos(as) docentes listados possuem experiências articuladas entre o mundo acadêmico e profissional.

INCLUIR A RELAÇÃO DE DOCENTES COM O LINK DO LATTES

As comprovações estão organizadas em pastas individuais e estarão à disposição da comissão verificadora para apreciação in loco.

O RELATÓRIO DE ESTUDO DO CORPO DOCENTE encontra-se no OneDrive para consulta da comissão avaliadora.

2.10 Experiência no exercício da docência na educação a distância

Não se aplica.

2.11 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância

Não se aplica.

2.12 Atuação do Colegiado de Curso ou equivalente

O Colegiado de Curso está devidamente previsto no regimento da instituição garantindo a representatividade dos corpos docente e discente, com reuniões semestrais previstas e o devido registro das decisões do órgão. De acordo com o regimento, o Colegiado é composto pelos seguintes membros:

I – O Coordenador do Curso, que o preside;

II - Dois representantes do corpo docente do curso, indicados pelos seus pares para mandato de 4 anos podendo ser reconduzidos;

III - Um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de dois anos, sem direito a recondução.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, atendidas as diretrizes curriculares nacionais e as normas fixadas pelo CONSUP;

II - Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas ou unidades curriculares;

III - emitir parecer sobre os projetos de ensino, iniciação científica e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do CONSUP;

IV - Pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;

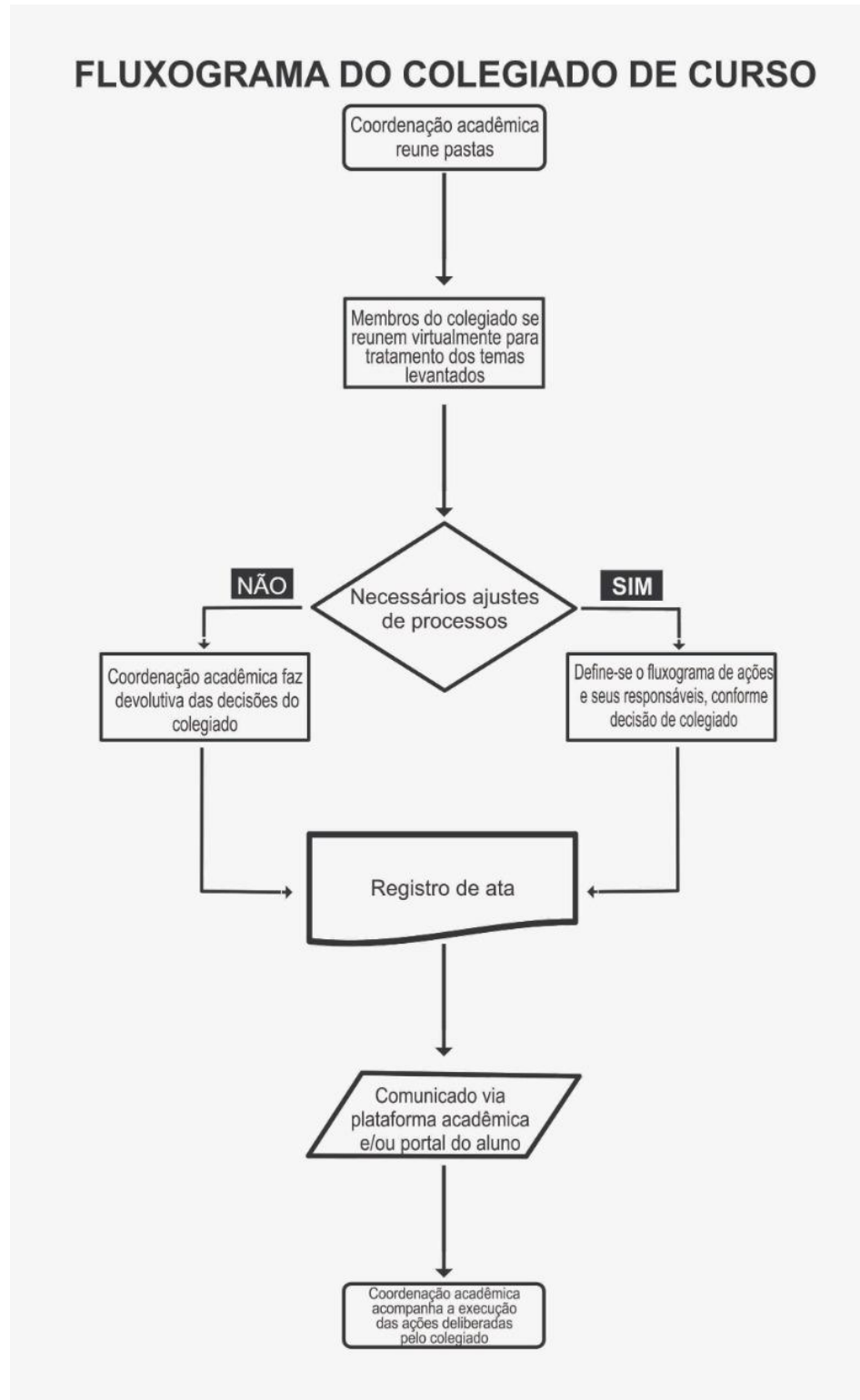
V - Opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

VI - Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;

VII - promover a avaliação periódica do curso; e

VIII - exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

O Colegiado de Curso irá se reunir semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria Geral, pelo Coordenação de curso, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos seus membros, com indicação do motivo e convocação com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. O Colegiado possui fluxograma, conforme demonstrado abaixo:



O Plano de Ação do Colegiado encontra-se em ata do Colegiado de curso.

2.13 Titulação e formação do corpo de tutores do curso

Não se aplica.

2.14 Experiência do corpo de tutores em educação a distância

Não se aplica.

2.15 Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso a distância

Não se aplica.

2.16 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

A FAC estimula e promove a produção científica e tecnológica nas diferentes áreas de conhecimento. Esse fato é comprovado pela expressiva produção científica realizada por meio de seus docentes e funcionários, em nível de mestrado, doutorado e outras produções independentes.

Pelo menos 50% dos professores previstos, possuem no mínimo, 3 produções nos últimos 3 anos. As comprovações das produções dos professores estão à disposição da comissão verificadora, em suas respectivas pastas, para apreciação no período da avaliação in loco.

DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

Abaixo, segue a descrição dos espaços, com suas respectivas metragens: As instalações físicas da Faculdade do Comércio – FAC atendem com excelência de qualidade em ventilação, iluminação, acústica e acessibilidade, sendo todos os espaços apropriados para a execução de suas atividades fins.

As instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida

Abaixo, segue a descrição dos espaços, com suas respectivas metragens:

ESPAÇO FÍSICO E MOBILIÁRIO – FAC		
1º SUBSOLO		
Quantidade	ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁRIO	M²
1	Subsolo 1: Sala de Tutores para a EAD – 9 computadores ligados em rede mesa de reunião, armários para Tutores (individual), 2 aparelhos de ar-condicionado.	91
1	Subsolo 1: Sala para a Comissão Própria de Avaliação - CPA – 1 mesa de reunião e cadeiras um computador ligado em rede, um armário e 1 aparelho de ar-condicionado.	19
1	Subsolo 1: Sala de reunião - mesa de reunião, cadeiras, e 1 aparelho de ar-condicionado.	17,65
1	Subsolo 1: Banheiro masculino com 2 lavatórios, 1 sanitário individual e 2 mictórios.	15,32
1	Subsolo 1: Banheiro feminino com 2 lavatórios e 2 sanitários individuais.	11,77
3	Subsolo 1: Banheiro adaptado para PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD), com dois lavatórios e 1 sanitário	3,54

	individual	
3	Subsolo 1: Banheiro feminino com 1 lavatório e 1 sanitário.	8,62
	Subsolo 1: Banheiro masculino com 1 lavatório e 1 sanitário.	3,09
	Subsolo 1: Banheiro feminino com 2 lavatórios e 1 sanitário.	3,89
	Subsolo 1: Banheiro masculino com 1 lavatório e 1 sanitário	3,57
1	Subsolo 1: NDE – mesa de reunião, cadeiras, armário, computador ligado em rede (utilização por agendamento) e 1 aparelho de ar-condicionado	12,26
3	Subsolo 1: coordenação, com 5 baias individuais com cadeiras, armário, computador ligado em rede (cada Coordenação) 10,31m ² (cada) e 3 aparelhos de ar-condicionado.	30,93
1	Subsolo 1: Gabinete para docentes em tempo integral, composto por Gabinetes Individuais, todas com mesa, cadeira, computador ligado em rede e 3 aparelhos de ar-condicionado	28
1	Subsolo 1:	150

ESPAÇO FÍSICO E MOBILIÁRIO – FAC		
2º SUBSOLO		
Quantidade	ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁRIO	M²
1	Subsolo 2: Laboratório de informática – 30 computadores, mesas, cadeiras, impressora ligada em rede; com monitores, teclado, mouse, nobreaks e 2 aparelhos de ar-condicionado.	73,83
1	Subsolo 2: Biblioteca – 3 salas de estudo em grupo (com ar-condicionado), 3 aparelhos de ar-condicionado, 10 espaços para estudo individual, 6 computadores ligados em rede (consulta), balcão de atendimento, mesas com cadeiras, mesas para estudo, espaço para o acervo, com estantes, mesa da Bibliotecária com armário, computador para a Bibliotecária e mesa e computador para auxiliar de biblioteca., impressora, leitor ótico para empréstimos com impressora; livros, revistas, dvds etc.	184,28
1	Subsolo 2: Ouvidoria/NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico) – 1 mesa com 3 cadeiras, 1 armário, 1 computador ligado em rede (utilização por agendamento) e 1 aparelho de ar-condicionado	18,16
1	Subsolo 2: Sala de Professor – mesa de reunião com 12 cadeiras, armários para docentes (individual), 3 computadores ligados em rede e 2 aparelhos de ar-condicionado.	27,76
1	Subsolo 2: Banheiro Feminino com 1 lavatório e 2 sanitários individuais.	4,71
1	Subsolo 2: Banheiro Masculino com 2 lavatórios, 3 sanitários individuais e 2 mictórios.	7,82

1	Subsolo 2: Banheiro Feminino com 1 lavatório e 1 sanitário individual.	2
1	Subsolo 2: Banheiro Masculino com 1 lavatório e 1 sanitário individual.	2
1	Subsolo 2: Banheiro Feminino com 1 lavatório e 3 sanitários individuais.	7,83
1	Subsolo 2: Banheiro Masculino com 1 lavatório e 2 sanitários individuais.	2
1	Subsolo 2: Banheiro Masculino com 1 lavatório e 1 sanitário individual.	5,73

ESPAÇO FÍSICO E MOBILIÁRIO – FAC		
1º ANDAR		
Quantidade	ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁRIO	M²
1	Sala de aula – 48 cadeiras de estudante, data show (aparelho projetor e telão), mesa para professor e cadeira para professor, com ventilação natural e 3 aparelhos de ar-condicionado	61,55
1	Sala De Direção - mesa, cadeira, armário, computador ligado em rede e 1 aparelho de ar-condicionado.	23,46
1	Sala de aula – 54 cadeiras de estudante, data show (aparelho projetor e telão), mesa para professor, cadeira para professor e 2 aparelhos de ar-condicionado	68,06
1	Banheiro masculino com 2 sanitários individuais e lavatórios.	7,01
1	Banheiro feminino com 2 sanitários individuais e lavatórios	6,46

ESPAÇO FÍSICO E MOBILIÁRIO – FAC		
3º ANDAR		
Quantidade	ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁRIO	M²
1	Sala de aula – 48 cadeiras de estudante, data show (aparelho projetor e telão), mesa para professor, cadeira para professor e 2 aparelhos de ar-condicionado.	61,55
1	Sala de aula – 54 cadeiras de estudante, data show (aparelho projetor e telão), mesa para professor, cadeira para professor e 2 aparelhos de ar-condicionado.	68,06
1	Sala de aula – 54 cadeiras de estudante, data show (aparelho projetor e telão), mesa para professor, cadeira para professor e 2 aparelhos de ar-condicionado.	68,82
1	Sala de aula – 52 cadeiras de estudante, data show (aparelho projetor e telão), mesa para professor, cadeira para professor e 2	75,76

	aparelhos de ar-condicionado.	
1	3º andar: Banheiro masculino com 2 sanitários individuais, 2 lavatórios e 1 mictório.	6,24
1	Banheiro feminino com 4 sanitários individuais e 2 lavatórios.	7,96
1	Banheiro para PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD) com 1 sanitário e 1 lavatório.	6,57
1	Secretaria Acadêmica com mesa para atendimento, computador ligado em rede, cadeira de espera, armário e 1 aparelho de ar-condicionado	23,46

ESPAÇO FÍSICO E MOBILIÁRIO – FAC		
10º ANDAR (Convênio)		
Quantidade	ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁRIO	M²
1	Auditório, com 130 lugares, com ar-condicionado e equipamento multimídia. (Convênio com a Associação Comercial de São Paulo)	160

DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA

RUA BOA VISTA Nº 51 – CENTRO – SÃO PAULO - SP – CEP: 01014-911

POLO SÃO PAULO - SP

TIPO DE ÁREA	QT	Área(m²)
Auditórios	1	160,0
Banheiros	8	42,65
Banheiros Professores	2	4,01
Biblioteca	1	195,32
Conveniência /Praças/ Cantina	1	150,00
Diretoria Geral /Acadêmica	1	15,0
Laboratórios de Informática - LAB 1	1	65,41
Núcleo Docente Estruturante /Sala de Reuniões	1	10,0
Sala da Coordenação Curso	3	30,93
Sala de Ouvidoria/ NAP	1	17,67
Salas de aula (Total)	6	406,0
Sala de Professores Tempo Integral	4	17,78
Sala de Professores	1	32,25

TIPO DE ÁREA	QT	Área(m ²)
Sala de Tutores EAD	1	49,0
Secretária Acadêmica	1	20,45

3.1 Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral.

Os professores em tempo integral da Faculdade do Comércio - FAC têm à sua disposição 5 (cinco) gabinetes de trabalho, devidamente equipados com mesa, cadeiras para atendimento, computador ligado em rede, para realização das atividades relacionadas a estudos, pesquisas e planejamentos acadêmicos.

Todos os ambientes atendem eficientemente em relação à espaço, ventilação, iluminação, cujas características mantêm os ambientes com acústica apropriada aos seus fins, sendo limpos diariamente e gerando, desta forma, um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

As instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

3.2 Espaço de trabalho para o coordenador

A coordenação do curso conta com 1 gabinete de trabalho individualizados, com 10,31m², para execução dos trabalhos ligados à coordenação – estudos, pesquisas, planejamentos e avaliações, além de todo conforto para atendimento aos Docentes e Discentes.

A coordenação do curso está equipada, com 1 computador ligado em rede, linha de telefone, armário, mesa cadeira diretor e cadeiras interlocutor, acesso à Internet e impressora.

O ambiente atende com excelência de qualidade para atendimento a Docentes e Discentes em relação a espaço físico, ventilação, iluminação e acústica apropriada aos seus fins, sendo limpos diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

As instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

3.3 Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso.

Os professores terão à sua disposição uma sala de 32,25m² devidamente equipada com 1 mesa de reunião com 12 cadeiras, 2 poltronas, armários para docentes (individual), 6 computadores ligados em rede, espaço para interação entre os docentes e uma copa para lanches. Fica localizada próximo às Coordenações de cursos e espaço para Docentes em Tempo Integral, CPA, Sala de Tutores, Ouvidoria.

O ambiente atende com excelência de qualidade em relação ao espaço, ventilação, iluminação e acústica apropriada aos seus fins, sendo limpo diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

As instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

3.4 Salas de aula. NSA para cursos que não preveem atividades presenciais na Sede.

A Faculdade possui 6 salas de aula para atender o curso e tem capacidade para 60 alunos cada sala. Possui computador ligado em rede, Datashow, 55 cadeiras estudante, mesa e cadeira professor, lousa e ar-condicionado. Todas as salas de aula possuem quadro branco para pincel, mesa e cadeira para o docente, cadeiras universitárias para os alunos.

Todas as salas atendem com excelência de qualidade em relação ao espaço, ventilação, iluminação e acústica apropriada aos seus fins, sendo limpos diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

As instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática.

A FAC disponibiliza aos alunos 1 (um) laboratório de informática, com um total de 30 computadores, com acesso à internet, possibilitando a realização das aulas práticas e aulas teórico-práticas e avaliações, com softwares relacionados às atividades acadêmicas e profissionais, proporcionando também a realização de pesquisas acadêmicas e científicas.

A Faculdade conta ainda com 6 computadores na Biblioteca, destinados aos trabalhos acadêmicos e científicos, além de permitir a consulta ao acervo deste ambiente. Além disso, a Faculdade oferece para os alunos internet wireless em todo o ambiente.

O laboratório atende com excelência de qualidade em relação ao espaço, ventilação, iluminação e acústica apropriada aos seus fins, sendo limpos diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas. As instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

O Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção dos Equipamentos de Informática da Faculdade do Comércio - FAC estão à disposição da Comissão de Avaliadores do INEP.

3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC).

O Curso contará com biblioteca física (sede) e digital, cujo principal objetivo será servir de apoio às atividades de investigação, oferecer suporte informacional aos programas de ensino, iniciação científica e extensão e atender às necessidades culturais de seus corpos docente e discente e de toda comunidade.

Para o curso, o conhecimento científico poderá ter um impacto mais positivo e importante no processo de transferência e inovação tecnológica se houver um serviço especializado de acesso à informação, estruturado, desenvolvido e bem-preparado para selecionar informação técnica cultural e científica.

Dentro deste contexto, a Biblioteca da Faculdade do Comércio - FAC será parte essencial do projeto institucional, com a finalidade de organizar e disseminar a informação, desenvolvendo atividades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, bem como a dinâmica e atualização de informações a serem observadas e geradas no desenvolvimento do ensino, iniciação científica e extensão.

O acervo físico da Biblioteca da Faculdade do Comércio - FAC, está tombado e consta no sistema acadêmico da Faculdade para consulta da comunidade acadêmica.

A Mantenedora possui contrato com a Biblioteca A para garantia de acesso ininterrupto ao vasto acervo virtual pelos usuários e está registrado em nome da Mantenedora para a FAC. O contrato está à disposição da Comissão de Avaliadores do MEC/INEP na sede

da Faculdade, assim como a relação dos títulos disponíveis e a demonstração da quantidade de acessos permitidos.

O acervo da bibliografia básica está atualizado e é adequada em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC.

O relatório do NDE comprovando a compatibilidade em cada bibliografia básica da Faculdade, entre o número de vagas solicitadas do curso e a quantidade de exemplares por título (físico e virtual), disponível no acervo, está na sede da Faculdade e será apresentado por ocasião da visita.

A Biblioteca possui assinatura de periódicos virtuais, assinaturas livres, da Biblioteca

A e garante o acesso físico nas instalações físicas da Faculdade ou fora dela via internet.

A Biblioteca possui plano de contingência e está disponível no OneDrive, para a comissão do MEC/INEP e toda a classe acadêmica nas dependências físicas da Faculdade.

O ementário das disciplinas do curso, bem como suas respectivas bibliografias encontram-se detalhadas no Anexo 1.

O RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA DO CURSO, assinado pelo NDE, encontra-se no OneDrive para verificação da comissão avaliadora.

3.7 Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).

O acervo físico da Biblioteca da Faculdade do Comércio - FAC, está tombado e consta no sistema acadêmico da Faculdade para consulta da comunidade acadêmica.

A Mantenedora possui contrato com a Biblioteca A para garantia de acesso ininterrupto ao vasto acervo virtual pelos usuários e está registrado em nome da Mantenedora para a FAC. O contrato está à disposição da Comissão de Avaliadores do MEC/INEP na sede da Faculdade, assim como a relação dos títulos disponíveis e a demonstração da quantidade de acessos permitidos.

O acervo da bibliografia complementar está atualizado e é adequada em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC.

O relatório do NDE comprovando a compatibilidade em cada bibliografia básica da Faculdade, entre o número de vagas solicitadas do curso e a quantidade de exemplares por título (físico e virtual), disponível no acervo, está na sede da Faculdade e será apresentado por ocasião da visita.

A Biblioteca possui periódicos virtuais e livres e garante o acesso físico nas instalações físicas da Faculdade ou fora dela via internet.

A Biblioteca possui plano de contingência e está disponível em local visível, para a comissão do MEC/INEP e toda a classe acadêmica nas dependências físicas da Faculdade.

O ementário das disciplinas do curso, bem como suas respectivas bibliografias encontram-se detalhadas no anexo 1.

O RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA DO CURSO, assinado pelo NDE, encontra-se no OneDrive para verificação da comissão avaliadora.

Periódicos Especializados

Segue abaixo a listagem de periódicos disponíveis para o curso:

ITENS	TITULOS	Endereço
1	Revista Logística & Supply Chain	https://revistalogistica.com.br/logistica/

2	Mundo Logística	https://mundologistica.com.br/
3	Revista Transportes	http://www.revistatransportes.org.br/anpet
4	Revista Logweb	https://www.logweb.com.br/
5	Revista Tecnológica	https://tecnologica.com.br/
6	Logística Moderna	http://logisticamoderna.com/
7	Revista de Administração de Empresas (Eletrônica) – RAE-Eletrônica	http://www.rae.com.br/
8	Organizações & Sociedade – O&S	http://www.revistaoes.ufba.br/
9	Brazilian Administration Review – BAR	http://anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=2
10	Revista Eletrônica de Administração – REAd	http://www.read.ea.ufrgs.br/
11	Revista de Administração da Mackenzie – RAM	http://www.mackenzie.com.br/10293.html
12	RACRE- Revista de Administração	http://ferramentas.unipinhal.edu.br/racre/

3.8 Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC.

O Curso não possui laboratório especializado.

O Curso contará com um (1) laboratório de informática, com um total de 30 computadores, com acesso à internet, possibilitando a realização das aulas práticas e aulas teórico-práticas e avaliações, com softwares relacionados às atividades acadêmicas e profissionais, proporcionando também a realização de pesquisas acadêmicas e científicas.

As instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

O laboratório especializado implantado com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança busca atender, de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.

As normas de funcionamento ficam afixadas em cada laboratório para consulta e ciência do corpo docente e discente.

3.9 Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC.

O curso utilizará apenas o laboratório de informática, conforme descrito no item 3.5.

3.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos.

Não se aplica (NSA).

3.11 Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.

Não se aplica (NSA).

3.12 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.

Não se aplica (NSA).

3.13 Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.

Não se aplica (NSA).

3.14 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística).

Não se aplica (NSA).

3.15 Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC.

Não se aplica (NSA).

3.16 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.

Não se aplica (NSA).

3.17 Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.

Não se aplica (NSA).

3.18 Ambientes profissionais vinculados ao curso. Exclusivo para cursos a distância com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.

Não se aplica (NSA).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dez. de 1996, seção 1, p. 27.833.

BRASIL. Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019. Base de dados.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 abr. 2004, seção 1, p. 3.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências (2014-2024). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014, seção 1, edição extra, p. 1.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017, Seção 1, p. 2-9.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 mai. 2017, seção 1, p. 3-4.

BRASIL. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências: Lei n.º. 10.098, de 19 de dezembro de 2000b. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 27 mar. 2019. Base de dados.

BRASIL. Padrões Web em Governo Eletrônico: Cartilha de Usabilidade. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, 2010. Disponível em: <<http://epwg.governoeletronico.gov.br/cartilha-usabilidade>>. Acesso em: 23 maio. 2019. Base de dados.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL - CGI.br. Dimensões e características da web brasileira: um estudo do .gov.br. Brasil: Comitê Gestor da Internet – CGI e Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br, 2010. Disponível em: <<http://www.cgi.br/publicacoes/pesquisas/govbr/cgibr-nicbr-censoweb-govbr-2010.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018. Base de dados.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CNE. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº. 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 2004, seção 1, p. 11.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CNE. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº. 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 maio 2012, seção 1, p. 48.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CNE. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº. 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dez. 2018, seção 1, p. 49-50.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CNE. Câmara de Educação Superior - CES. **Resolução CNE/CES nº. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dezembro 2018, seção 1, p. 49-50. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 fev. 2019.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Brasília, IBGE, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_3.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021. Base de dados.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Daes. Ministério da Educação – MEC. Instrumento de Avaliação de cursos de graduação presencial e a distância Reconhecimento – Renovação de Reconhecimento. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

IBGE. Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) 2016. Brasília, IBGE, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=19937&t=sobre>>. Acesso em: 23 maio. 2019. Base de dados.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019. Base de dados.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação a Distância (2007). Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília: MEC/SEED.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, nº 117, Brasília, DF, 21 jun. 2017, seção 1, p. 9-11.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de

2017. Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, reconhecimento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, nº 245, Brasília, DF, 22 dez. 2017, seção 1, p. 25 a 29.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, nº 245, Brasília, DF, 22 dez. 2017, seção 1, p. 35 a 40.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 4. ed. ampl. Brasília: INEP, 2007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Governo Eletrônico do Brasileiro. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 27 maio 2021. Base de dados.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SERES. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST (2016). 3. ed. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192> . Acesso em: 17 fev. 2022.

ANEXO 1 - Ementário e Bibliografias

Período Letivo: 1º Período

(1º) Disciplina: Comunicação em português

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

O curso contempla dinamicamente diferentes usos da linguagem, a saber: modalidades de escrita, interpretação de textos e de palestras, técnicas de apresentação e comunicação oral. Parte-se da revisão sucinta de pontos básicos de conhecimento – formulação lógica da escrita, estrutura da frase, tempos verbais, ortografia, por exemplo – para capacitar os alunos. Os exercícios de redação, de leitura interpretativa e de apresentação são ferramentas básicas do curso. Eles enfatizam a utilização adequada do vocabulário, a construção da argumentação, a clareza, a correção gramatical e a concisão.

Bibliografia Básica (3):

AIUB, Tânia. Português - práticas de leitura e escrita. Penso Editora, 2015. Digital - Biblioteca A.

AZEVEDO, Roberta. Português básico. – Porto Alegre: Penso, 2015. Digital - Biblioteca A.

SANGALETTI Letícia, et al. Comunicação e expressão – 2. ed. – Porto Alegre: SAGAH, 2019. Digital - Biblioteca A.

Bibliografia Complementar (3):

BARBOSA, Cláudia Soares (org.). Sintaxe do português, Porto Alegre: SAGAH, 2016. Digital - Biblioteca A.

FLATLEY, Marie et al. Comunicação empresarial – 2. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2015. Digital - Biblioteca A.

TREVIZANI, Margarete; BARRETO, Andreia Cristina Freitas; DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Hérvickton Israel. Do Conto ao Reconto se faz um ponto: Contribuições do gênero textual conto como estratégia de aprendizagem no ensino de Língua Portuguesa. Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED, v. 2, n. 6, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/10085/6449> Acesso em: 08 jun. 2022.

Período Letivo: 1º Período

(1º) Disciplina: Introdução à Administração

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Compreender os conceitos básicos da administração e sua evolução, da organização de empresa e dos diversos tipos de organização; Definir o ambiente das empresas e suas características pessoais; Avaliar as áreas funcionais da organização e seus inter-relacionamentos; Conhecer quais as características organizacionais adequadas para confrontar diferentes ambientes de

negócios; Entender as funções do processo administrativo e decisório; Identificar a missão e visão da empresa e seus objetivos e metas; Analisar a gestão de informações e a visão sistêmica dentro das organizações.

Bibliografia Básica (3):

AFFONSO, L. M. F.; FERRARI, F. L. Teorias da administração. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. Administração. 2. ed. Porto Alegre: AMGH, Bookman, 2012. Digital - Biblioteca A.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. Administração contemporânea. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2008. Digital - Biblioteca A.

Bibliografia Complementar (3):

FERRARI, F. L.; et al. Teoria geral da administração II. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. Empreendedorismo. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. Digital - Biblioteca A.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. Fundamentos da administração contemporânea. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. Digital - Biblioteca A.

Período Letivo: 1º Período

(1º) Disciplina: Introdução à Economia

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Conceitos de economia. Modelos microeconômicos. Mercados e preços. Demanda. Oferta. Teoria da firma. Mercados competitivos. Estruturas de mercado. O problema da incerteza. Eficiências. Papel do Governo. Macroeconomia: fundamentos e problemas. Modelos macroeconômicos. Moeda. Juros e renda. Relações com o exterior. Equilíbrio geral. Política econômica. Evolução da economia local. Ciclos econômicos. Ocupação econômica. Políticas e estratégias de desenvolvimento e estrutura do PIB. Distribuição espacial do PIB.

Bibliografia Básica (3):

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. Economia. 19. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. Digital - Biblioteca A.

SILVA, D. F.; AZEVEDO, I. S. S. Economia. Porto Alegre: Sagah, 2017. Digital - Biblioteca A.

SILVA, D. F.; SILVA, R. A. Fundamentos de economia. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

Bibliografia Complementar (3):

COFECON, Site do Conselho Federal de Economia (COFECON). Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/> Acesso: 09 jun. 2022.

DICK, Jelson Luiz et al. A influência dos investimentos em educação para o desenvolvimento humano e redução das desigualdades socioeconômicas. In: COFECON, 2019. Disponível em: < <https://www.cofecon.org.br/2019/07/05/artigo-cientifico-a-influencia-dos-investimentos-em-educacao-para-o-desenvolvimento-humano-e-reducao-das-desigualdades-socioeconomicas/>> Acesso em: 09 jun. 2022.

PRADO, Eleutério FS. Uma introdução à lógica da crítica da economia política. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, p. 217-238, 2021. Disponível em: < <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/711>> Acesso em: 09 jun. 2022.

Período Letivo: **1º Período**

(1º) Disciplina: **Matemática Comercial**

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Conceitos Gerais e Juros Simples, taxas de juros, critérios de capitalização de juros, fórmulas de juros simples, taxa proporcional e taxa equivalente, equivalência financeira. Juros Compostos, fórmulas, taxas equivalentes, taxa nominal e taxa efetiva, fracionamento do prazo, introdução à taxa interna de retorno, capitalização contínua. Descontos, desconto simples, desconto racional, desconto bancário, taxa implícita de juros, desconto composto. Índices de preço e taxas de inflação, taxa de desvalorização da moeda, taxa nominal e taxa real. Matemática Financeira e Empréstimos para Capital de Giro, Reciprocidade Bancária e Taxas Over. Matemática Financeira e Estratégias Comerciais de Compra e Venda.

Bibliografia Básica (3):

DAL ZOT, W.; CASTRO, M. L. Matemática financeira: fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Bookman,

2015. Digital - Biblioteca A.

ROSS, S. A.; et al. Fundamentos de administração financeira. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, Bookman, 2013. Digital - Biblioteca A.

SCHMIDT, A. C.; et al. Matemática financeira. Porto Alegre: Sagah, 2019. Digital - Biblioteca A.

Bibliografia Complementar (3):

ARAÚJO, L. M. M.; et al. Fundamentos de matemática. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

ARAÚJO JÚNIOR, José Bonifácio de. Matemática financeira: operações com taxas de juros. Revista

Processus Multidisciplinar, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 78-90, jul. 2021. ISSN 2675-6595. Disponível em:

<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/659> Acesso em: 12 jun. 2022.

GOLDSTEIN, L. J.; et al. Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade. 12. ed. Porto

Alegre: Bookman, 2012. Digital - Biblioteca A.

Período Letivo: 1º Período

(1º) Disciplina: Projeto Integrador 1

Carga Horária: Prática: 40h | Total: 40h

Ementa:

O Projeto Integrador estimula o aluno a observar a viabilidade da implantação de trabalhos que promovam a transformação entre Universidade e Sociedade. Objetiva despertar no aluno a capacidade de avaliar o cenário que se depara, de forma crítica, propondo melhorias e planos de ação. É necessário que estes projetos sejam desenvolvidos e aptos à prática da cidadania. A extensão comunitária, por meio do Projeto Integrador, deve oferecer melhorias do cenário onde o aluno está inserido e do ponto de vista acadêmico, oportunizar aprendizado e qualificação do ensino.

Bibliografia Básica: Não há indicação em virtude da natureza da atividade.

Bibliografia Complementar: Não há indicação em virtude da natureza da atividade.

Período Letivo: 1º Período

(1º) Disciplina: Aproximação com o Mercado de Trabalho

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Análise do impacto da Globalização e das questões relacionadas às mudanças significativas e rápidas que refletem na inserção e manutenção das pessoas no mundo do trabalho. Estudo do cenário contemporâneo da estrutura social, do momento atual de extrema flexibilidade e pouca estabilidade, da complexidade e ambiguidade das relações, trabalhador versus empregador, as expectativas e realizações de ambos os lados do processo. Novo conceito de carreira, empregabilidade, liderança, desenvolvimento contínuo, habilidades, empatia e iniciativa, onde o indivíduo deixa de ser coadjuvante para se tornar protagonista na construção de sua trajetória profissional e pessoal de sucesso, tarefa antes delegada apenas às organizações. Consolidação do aprendizado estabelecendo conexões para conhecer a estratégia organizacional, desenvolver a competências da liderança pautada nos pilares intelectual, moral e social. Estabelecimento de um Projeto de Vida e de Carreira pautados no Equilíbrio Emocional, Espírito Empreendedor, Ética, Comprometimento, Proatividade, Marketing Pessoal, Disposição para o Aprendizado Contínuo passando assim a transformar, não apenas o seu futuro, mas o de todas as pessoas e organizações aos quais contribuirá. Discussão de Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002). Discussão sobre a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004), no contexto da educação superior brasileira e das temáticas sociais emergentes.

Bibliografia Básica (5):

BITENCOURT, C. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. Digital - Biblioteca A.

COLARES, Anselmo Alencar; DE OLIVEIRA GOMES, Marco Antonio; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária. Revista HISTEDBR On-line, v. 10, n. 38, p. 197-213, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639699/7266>> Acesso em: 17 fev. 2022.

DORETO, D. T.; et al. Questão social, direitos humanos e diversidade. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

OLIVEIRA, L. O. Gestão estratégica de em Logística. 2. ed. Porto Alegre: Sagah, 2017. Digital - Biblioteca A.

ROSA, A. H.; FRACETO, L. F.; MOSCHINI-CARLOS, V. Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012. Digital - Biblioteca A.

Bibliografia Complementar (4):

Carreira em Tópicos: Carreira e Maternidade [S.I]: Carreira em Tópicos, abr. 2021. Podcast. Disponível em:

<https://soundcloud.com/contabeis/carreira-em-topicos-20-carreira-e-maternidade> Acesso em: 12 jun. de 2022.

LIKER, J. K.; MEIER, D. P. O talento Toyota: aplicado ao desenvolvimento de pessoas. Porto Alegre: Bookman, 2008. Digital - Biblioteca A.

ROSSI, J. C.; et al. Desenvolvimento gerencial e liderança. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Digital - Biblioteca A.

SPERANDIO, Vanessa Cristina. Direitos humanos e meio ambiente. CONNECTION LINE-REVISTA ELETRÔNICA DO UNIVAG, n. 1, 2014. Disponível em: <http://periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/155> Acesso em: 17 fev. 2022.

Período Letivo: 2º Período

(2º) Disciplina: Contabilidade Básica

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Conceitos básicos contabilidade. Registros e sistemas contábeis. Análise de questões contábeis. Relatórios contábeis. Aplicação dos conhecimentos da ciência e da técnica contábil voltado à estruturação de balanços e do conjunto dos demonstrativos contábeis. Uso da informação contábil pela administração. Estrutura das demonstrações financeiras. Instrumental básico de análise. Análise e interpretação econômico-financeira.

Bibliografia Básica (3):

ALVES, A. Teoria da contabilidade. Porto Alegre: Sagah, 2017. Digital - Biblioteca A.

BONHO, F. T.; SILVA, F. M.; ALVES, A. Contabilidade básica. Porto Alegre: Sagah, 2019. Digital - Biblioteca A.

GARRISON, R. Contabilidade gerencial. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, Bookman, 2013. Digital - Biblioteca A.

Bibliografia Complementar (5):

ALVES, A. Contabilidade avançada. Porto Alegre: Sagah, 2016. Digital - Biblioteca A.

ALVES, A.; LAFFIN, N. H. F. Análise das demonstrações financeiras. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

Contabilidade Conectada: Planejamento Financeiro e Gestão Contábil de Startups. [Locução de]: Paloma Lima Moura. [S. I]: Contabilidade Conectada, mai. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7kY2G8BW37uoQ4Chl9VRbJ> Acesso em: 11 jun. de 2022.

ROSS, S. A.; et al. Fundamentos de administração financeira. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, Bookman, 2013. Digital - Biblioteca A.

SILVA, J. A. da; SANTOS, R. P. dos; ALMEIDA, A. S.; SOUZA, D. S. A Contabilidade como Ferramenta no Auxílio da Tomada de Decisões das Microempresas. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. 1.], v. 7, n. 2, p. 59, 2022. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/8133> Acesso em: 11 jun. 2022.

Período Letivo: 2º Período

(2º) Disciplina: Direito Aplicado ao Empreendedorismo

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Empresa, Empresário e Estabelecimento. Propriedade industrial. Registros empresariais. Concorrência. Direito Societário Geral. Direito Societário Especial: Sociedades do Código Civil. Código de Defesa do Consumidor. Propriedade Industrial.

Bibliografia Básica (3):

FRAPORTI, S.; et al. Direito empresarial I. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

SANTOS, T. F.; et al. Legislação empresarial aplicada. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

SOUSA, C. V. S.; GIACOMELLI, C. L. F. Direito civil I: teoria geral. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

Bibliografia Complementar (5):

CHC Advocacia. Guia completo sobre Responsabilidade Solidária!. Youtube, 27 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4iBxIttKwNM> Acesso em: 09 jun. 2022.

MENDONÇA, P. E.; et al. Legislação civil aplicada I. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

SANTANNA, G. Direito do consumidor. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

SANTOS, V. D. dos. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) em um Comércio Varejista – Estudo de Caso. Revista Científica Acertte - ISSN 2763-8928, [S. 1.], v. 1, n. 2, p.

e1225, 2021. DOI: 10.47820/acertte.v1i2.25. Disponível em: <https://acertte.org/index.php/acertte/article/view/25> Acesso em: 12 jun. 2022.

SOUTO, F. R. et al. Registro civil de pessoas naturais e o registro empresarial. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Digital - Biblioteca A.

Período Letivo: 2º Período

(2º) Disciplina: Estatística

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Séries estatísticas. Preparação de dados para análise estatística. Medidas estatísticas. Separatrizes. Assimetria e curtose. Arredondamento de acordo com a precisão desejada. Gráficos. Probabilidades. Distribuição de probabilidades. Aplicações dos softwares estatísticos com uso do computador. Testes de hipóteses sobre as provas paramétricas e não paramétricas aplicáveis à pesquisa no campo da Administração. Prática em laboratório.

Bibliografia Básica (3):

FREUND, J. E. Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. Digital - Biblioteca A.

NAVIDI, W. Probabilidade e estatística para ciências exatas. Porto Alegre: AMGH, Bookman, 2012. Digital - Biblioteca A.

SHARPE, N. R.; DE VEAUX, R. D.; VELLEMAN, P. F. Estatística aplicada: administração, economia e negócios. Porto Alegre: Bookman, 2011. Digital - Biblioteca A.

Bibliografia Complementar (5):

BECKER, J. L. Estatística básica: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015. Digital - Biblioteca A.

DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. Estatística aplicada à administração e economia. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, Bookman, 2014. Digital - Biblioteca A.

RENDER, B.; STAIR JR., R. M.; HANNA, M. E. Análise quantitativa para administração. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. Digital - Biblioteca A.

SILVA, J. S. F.; GRAMS, A. L. B.; SILVEIRA, J. F. Estatística. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

SPIEGEL, M. R.; STEPHENS, L. J. Estatística. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. (coleção Schaum) Digital - Biblioteca A.

Período Letivo: 2º Período

(2º) Disciplina: Fundamentos da Logística Empresarial

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Suprimento. Relacionamento com fornecedores. Compras. Fluxos. Logística integrada. Cadeias de suprimentos. Redes de suprimentos. Logística e valor para o cliente. Parcerias e integração de processos. Logística nas cadeias de suprimentos. Nova concorrência.

Bibliografia Básica (3):

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

Weil, Kurt E. Logística empresarial: uma introdução à administração de transportes. Revista de Administração de Empresas [online]. 1975, v. 15, n. 3 [Acessado 18 Agosto 2022], pp. 72-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901975000300008>>. Epub 13 Ago 2013. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901975000300008>.

NOGUEIRA, Christiane Wenck; GONÇALVES, Mirian Buss; NOVAES, Antônio Galvão. Logística humanitária e logística empresarial: relações, conceitos e desafios. In: Anais do XXI Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, ANPET, Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Mirian-Goncalves3/publication/264879930_LOGISTICA_HUMANITARIA_E_LOGISTICA_EMPRESARIAL_RELACOES_CONCEITOS_E_DESAFIOS/links/546372160cf2c0c6aec4bca8/LOGISTICA-HUMANITARIA-E-LOGISTICA-EMPRESARIAL-RELACOES-CONCEITOS-E-DESAFIOS.pdf> Acesso em: 18 ago. 2022.

Bibliografia Complementar (3):

NETO, Francisco Ferraes; JUNIOR, Maurício Kuehne. Logística empresarial. Coleção Gestão Empresarial, 2002. Disponível em: <http://www.pb.utfpr.edu.br/daysebatistus/Texto_1.PDF> Acesso em: 18 ago. 2022.

REIS, Priscila Remzetti Regis et al. Logística Empresarial como Estratégia Competitiva: caso do centro de distribuição da AMBEV. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124757/Contabeis295557.pdf?sequenc> > Acesso em: 18 ago. 2022.

MACHLINE, Claude. Cinco décadas de logística empresarial e administração da cadeia de suprimentos no Brasil. Revista de administração de empresas, v. 51, p. 227-231, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/wgnpzqtKsNSnQyCycRKh65L/?lang=pt>> Acesso em: 18 ago. 2022.

Período Letivo: 2º Período

Disciplina: Gestão Tributária no Comércio

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

A função da Controladoria. Planejamento Tributário. Sistema Tributário Nacional. Imposto sobre a circulação de Mercadorias (ICMS). Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Imposto Sobre Serviços Prestados (ISSQN). Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Sistema Simplificado de Tributação (Simples Nacional).

Bibliografia Básica (3):

FARIA, R. A. C. Contabilidade tributária. Porto Alegre: Sagah, 2016.

REIS, A. C. G. et al. Normas especiais do direito tributário. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

SILVA, F. M.; FARIA, R. A. C. Planejamento tributário. Porto Alegre: Sagah, 2017.

Bibliografia Complementar (5):

DO BELÉM ALVES, L.; MAURÍCIO KULAK, C. O IMPACTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA REDUÇÃO DO PAGAMENTO DE TRIBUTOS:. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 5, n. 1, 30 set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/14281> Acesso em: 11 jun. 2022.

ELTZ, M. K. F.; et al. Constituição e tributação. Porto Alegre: Sagah, 2018.

MORAES, G. N. et al. Direito financeiro. Porto Alegre: SAGAH, 2021

STUQUE, L. da S. R. .; PEREIRA DE CARVALHO, F. J. .; LOPES, J. de J. .; DA SILVA, C. E.; GIMENEZ, L. A AUDITORIA TRIBUTÁRIA COMO INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO. REDECA. Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 36–52, 2021. DOI: 10.23925/2446-9513.2021v8i2p36-52. Disponível

em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/56486> Acesso em: 11 jun. 2022.

ZAFFARI, E. K.; et al. Fiscalização tributária. Porto Alegre: Sagah, 2019.

Período Letivo: 2º Período

(2º) Disciplina: Projeto Integrador 2

Carga Horária: Total: 40h

Ementa:

O Projeto Integrador estimula o aluno a observar a viabilidade da implantação de trabalhos que promovam a transformação entre Universidade e Sociedade. Objetiva despertar no aluno a capacidade de avaliar o cenário que se depara, de forma crítica, propondo melhorias e planos de ação. É necessário que estes projetos sejam desenvolvidos e aptos à prática da cidadania. A extensão comunitária, por meio do Projeto Integrador, deve oferecer melhorias do cenário onde o aluno está inserido e do ponto de vista acadêmico, oportunizar aprendizado e qualificação do ensino.

Bibliografia Básica: Não há indicação em virtude da natureza da atividade.

Bibliografia Complementar: Não há indicação em virtude da natureza da atividade.

Período Letivo: 3º - Período

Disciplina: Administração da Produção e Operações

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Conceitos de administração de material. Funções e objetivos da administração de materiais. Normalização: classificação e especificação de materiais. Administração patrimonial: funções e objetivos, atividades voltadas a materiais permanentes, móveis, máquinas e equipamentos. Estrutura da administração de materiais e patrimonial; modelos e condicionantes ambientais. A logística de materiais e estoques. A organização e o pessoal de compras.

Bibliografia Básica (3):

JACOBS, F. R.; CHASE, R. B. Administração de operações e da cadeia de suprimentos. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. Digital – Biblioteca A

LOZADA, G. Administração da produção e operações. Porto Alegre: Sagah, 2016 – Biblioteca A

SANTOS, A. F.; et al. Planejamento e controle de produção. Porto Alegre: Sagah, 2020 – Biblioteca A

Bibliografia Complementar (3):

BARBOSA, Cláudia Soares (org.). Sintaxe do português, Porto Alegre : SAGAH, 2016. Digital - Biblioteca A.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (org.). Materiais manipulativos para o ensino das quatro operações básicas. Porto Alegre: Penso, 2016. v. 2. – Biblioteca A

YUKI, Mauro Mitio. Uma Metodologia de Implantação de Técnicas e Filosofias Japonesas na Gestão de Empresas Brasileiras. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, fevereiro de 1988. Considerações críticas sobre a evolução das filosofias de administração da produção: do "just-in case" ao "just-in-time". https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Considera%C3%A7%C3%B5es+cr%C3%ADticas+sobre+a+evolu%C3%A7%C3%A3o+das+filosofias+de+administra%C3%A7%C3%A3o+da+produ%C3%A7%C3%A3o%3A+do+%22just-in+case%22+ao+%22just-in-time%22.+&btnG= - Google Acadêmico

Período Letivo: **3º - Período**

Disciplina: Direito Internacional e Legislação Aduaneira

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Conceito e fundamentos do direito internacional. Organizações internacionais. Soberania e supremacia. Jurisdição internacional. Relações entre o direito internacional público e o direito internacional privado. Responsabilidade internacional. Fundamentos do direito aduaneiro. Atividade aduaneira. Natureza das normas aduaneiras. Conceito de importação. Conceito de nacionalização. Tributos aduaneiros. Política brasileira de comércio exterior. Tratados, convenções e outros atos internacionais. Medidas restritivas às práticas comerciais internacionais. Franquias territoriais. Sujeição passiva dos impostos de importação e de exportação. O contencioso aduaneiro. Infrações, fraudes e delitos aduaneiros. O contrabando e o descaminho. Análise de problemas aduaneiros. Operações de importação e exportação -

panorâmica tributária, documental e operacional. Despacho aduaneiro de mercadorias. Classificação fiscal de produtos. Regimes aduaneiros especiais e atípicos.

Bibliografia Básica (3):

SANTOS, E. J. Logística aduaneira. Porto Alegre: Sagah, 2018. Biblioteca A

APPLEYARD, D. R.; et al. Economia internacional. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010. Biblioteca A

GIACOMELLI, C. L. F. et al. Direito internacional. Porto Alegre: SAGAH, 2021. Biblioteca A

Bibliografia Complementar (3):

ROJAS, P. R. A. Introdução à logística portuária e noções de comércio internacional. Porto Alegre: Bookman, 2014. Biblioteca A

SCHWAB, P. I.; FONSECA, J. J. R.; SILVA, R. M. D. **Logística aduaneira**. 2. ed. Porto Alegre: Sagah, 2018. Biblioteca A

LT de Carvalho, DF de Toledo - Jornal Eletrônico ,2019 - Direito internacional público: conceitos e divergências sob o panorama brasileiro. <https://jefvj.emnuvens.com.br/jefvj/article/view/662> - Google Acadêmico

Período Letivo: 3º Período

Disciplina: Distribuição e Transporte

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Processo de Distribuição Física. Identificação, recebimento e atendimento a pedidos. Separação e preparação de pedidos. Expedição de Pedidos. Planejamento e Programação do Transporte. Canais de distribuição: conceito, estratégias, tipos e estruturas. Histórico e importância do transporte. Transporte de cargas e de passageiros. Sistemas e modais de transporte: características, vantagens e desvantagens. Transporte Multimodal e Intermodal. Panorama do transporte de cargas no Brasil.

Bibliografia Básica (3):

GIACOMELLI, G.; PIRES, M. R. S. Logística e distribuição. Porto Alegre: Sagah, 2016. Biblioteca 2.

VOLPATTO, C. P.; et al. Planejamento de transportes urbanos. Porto Alegre: Sagah, 2019. Biblioteca 2.

BARBOSA, E. P.; *et al.* Sistemas de transportes. Porto Alegre: SAGAH, 2022. Biblioteca 2.

Bibliografia Complementar (3):

COFECON, Site do Conselho Federal de Economia (COFECON). Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/> Acesso: 09 jun. 2022.

DICK, Jelson Luiz et al. A influência dos investimentos em educação para o desenvolvimento humano e redução das desigualdades socioeconômicas. In: COFECON, 2019. Disponível em: < <https://www.cofecon.org.br/2019/07/05/artigo-cientifico-a-influencia-dos-investimentos-em-educacao-para-o-desenvolvimento-humano-e-reducao-das-desigualdades-socioeconomicas/>> Acesso em: 09 jun. 2022.

PRADO, Eleutério FS. Uma introdução à lógica da crítica da economia política. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, p. 217-238, 2021. Disponível em: < <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/711>> Acesso em: 09 jun. 2022.

Período Letivo: 3º Período

Disciplina: Gestão de Custos

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Introdução à Gestão de Custos e Formação de Preços. Nomenclatura de Custos; Classificação e comportamento dos custos: Custos diretos, indiretos, fixos e variáveis. Métodos de Custeio. Custos para Decisão e Controle. Análise dos Custos. Desenvolvimento das competências e habilidades nos processos de tomada de decisões junto as organizações contemporâneas, combinando conceitos e técnicas aprendidas ao longo da disciplina, ampliando a compreensão sobre importantes conceitos, tais como: sistemas de custeio, composição e estrutura de custos, esquema básico da contabilidade de custos, sistemas de acumulação de custos etc., refletindo sobre as atuais problemáticas e tendências da gestão de custos na perspectiva de uma interação entre a teoria e a prática. Formação de preços e a Margem de Contribuição = Valor das Vendas – (Custos Variáveis + Despesas Variáveis).

Bibliografia Básica (3):

ALVES, Aline; AZEVEDO, Iraneide S. S.; BONHO, Fabiana T.; et al. . Análise de Custo [recurso eletrônico]. Disponível em: Biblioteca A, Porto Alegre: SAGAH, 2018.

ANTONI, Gustavo. Gestão de Custos Industriais. [recurso eletrônico]. Disponível em: Biblioteca A, Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SANTOS, Aline A.; SILVA, Fabiane P.; BARRETO, Jeanine S. et. al. Gestão de Custos [recurso eletrônico]. Disponível em: Biblioteca A, Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Bibliografia Complementar (3):

DO BOMFIM, E. T.; CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C. ASPECTOS DO CUSTEIO ALVO NA GESTÃO DE CUSTOS: UM ESTUDO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA DE CAMPINA GRANDE-PB. Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/4471> Acesso em: 4 jun. 2022.

JORDÃO, R. V. D.; BARBOSA, C. R.; RESENDE, P. T. Inflação Interna, Gestão e Controle de Custos: uma Experiência de Sucesso em uma Multinacional Brasileira. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. DOI: 10.17524/repec.v12i1.1642. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/1642> . Acesso em: 4 jun. 2022.

KOGIK, Alex Vinicius et al. A IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO ESTRATÉGICO DO ESTOQUE NO SETOR SUPERMECADISTA. Anais da Engenharia de Produção / ISSN 2594-4657, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 1 - 20, July 2018. ISSN 2594-4657. Disponível em: <https://uceff.edu.br/anais/index.php/engprod/article/view/196> . Acesso em: 04 jun. 2022.

Período Letivo: 3º Período

Disciplina: Movimentação, Armazenagem e Embalagem

Carga Horária: Total: 40h

Ementa:

Conceitos fundamentais de armazenagem, movimentação; Localização geográfica de armazéns e CDs; Relação Custeio e distância Logística. Dimensionamento e configuração das instalações; Capacidade dos depósitos e layout do espaço físico; Projeto de docas; Localização e endereçamento dos lotes e skus; Sistemas de manuseio de materiais e separação de pedidos; Escolha, manutenção e substituição de equipamentos de movimentação; Sistemas de gestão da armazenagem; Softwares de controle de armazéns – WMS; Embalagens logísticas: proteção do produto na movimentação e armazenagem; Custeio do depósito e dos equipamentos; Proteção, segurança e manutenção de armazéns e depósitos.

Bibliografia Básica (3):

ALVES, Moacir Francisco. A influência na customização da embalagem de entrega dentro da movimentação e armazenagem. 2011. Disponível em:

<http://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/1331/1/20111S_ALVESMoacirFrancisco_TCC LOG0020.pdf> Acesso em: 17 fev. 2022.

RAMALHO, Beatriz Tatiane et al. DESENVOLVIMENTO DE EMBALAGENS EM MINIATURAS PARA AUXÍLIO DAS AULAS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM ATRAVÉS DO USO DE METODOLOGIAS ATIVAS. In: IX JORNACITEC-Jornada Científica e Tecnológica. 2020. Disponível em:

<<http://www.jornacitec.fatecbt.edu.br/index.php/IXJTC/IXJTC/paper/viewFile/2218/2752>> Acesso em: 17 fev. 2022.

DE FARIA, Ana Cristina; ROBLES, Léo Tadeu; BIO, Sérgio Rodrigues. Custos logísticos: discussão sob uma ótica diferenciada. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2004. Disponível em: <<https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/2284/2284>> Acesso em: 17 fev. 2022.

Bibliografia Complementar (3):

BAGATTINI, Guilherme Varella; MARTINS, Flavia Guska; DA SILVA JACINTO, Adriana. DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA AUXÍLIO NO CONTROLE DE ESTOQUE DE EMBALAGENS EM UMA EMPRESA DE TECNOLOGIA. CIMATech, v. 1, n. 6, p. 195-204, 2019. Disponível em:

<<https://publicacao.cimatech.com.br/index.php/cimatech/article/view/221>> Acesso em: 17 fev. 2022.

BRAGA, Lilian Moreira; PIMENTA, Carolina Martins; VIEIRA, José Geraldo Vidal. Gestão de armazenagem em um supermercado de pequeno porte. Revista P&D em Engenharia de Produção, v. 8, p. 57-77, 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Jose-Vidal-](https://www.researchgate.net/profile/Jose-Vidal-Vieira/publication/228673906_Gestao_de_armazenagem_em_um_supermercado_de_pequeno)

[Vieira/publication/228673906_Gestao_de_armazenagem_em_um_supermercado_de_pequeno](https://www.researchgate.net/profile/Jose-Vidal-Vieira/publication/228673906_Gestao_de_armazenagem_em_um_supermercado_de_pequeno)

[_porte/links/548065c70cf2ccc7f8bcd33f/Gestao-de-armazenagem-em-um-supermercado-de-pequeno-porte.pdf](#)> Acesso em: 17 fev. 2022.

DA SILVA, Danilo Gomes; DE CAMPOS LEITE, Vitor. A IMPORTÂNCIA DA EMBALAGEM COMO VANTAGEM LOGÍSTICA. *Tekhne e Logos*, v. 1, n. 3, p. 113-129, 2010. Disponível em: <<http://revista.fatecbt.edu.br/index.php/tl/article/view/79>> Acesso em: 17 fev. 2022.

Período Letivo: 3º Período

Disciplina: Pesquisa Operacional Aplicada à Logística

Carga Horária Total: 80h

Ementa: Conceitos básicos. Modelagem matemática de problemas. Programação Linear. Método Simplex. Análise de Sensibilidade. Problemas de Transporte

Bibliografia básica (3)

RODRIGUES, R. Pesquisa operacional. Porto Alegre: Sagra, 2017.

HILLIER, F. S.; LIEBERMAN, G. J. Introdução à pesquisa operacional. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

RENDER, B.; STAIR JR., R. M.; HANNA, M. E. Análise quantitativa para administração. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Bibliografia complementar (3)

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

Lapa, N. Matemática Aplicada. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Muller, F. A.; Garcia, A. M. Matemática aplicada a negócios: uma ferramenta para a comunicação e decisão. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Período Letivo: 3º Período

(3º) Disciplina: Projeto Integrador 3

Carga Horária Total: 40h

Ementa:

O Projeto Integrador estimula o aluno a observar a viabilidade da implantação de trabalhos que promovam a transformação entre Universidade e Sociedade. Objetiva despertar no aluno a capacidade de avaliar o cenário que se depara, de forma crítica, propondo melhorias e planos de ação. É necessário que estes projetos sejam desenvolvidos e aptos à prática da cidadania. A extensão comunitária, por meio do Projeto Integrador, deve oferecer melhorias do cenário onde o aluno está inserido e do ponto de vista acadêmico, oportunizar aprendizado e qualificação do ensino.

Bibliografia Básica: Não há indicação em virtude da natureza da atividade.

Bibliografia Complementar: Não há indicação em virtude da natureza da atividade.

Período Letivo: 4º Período

(4º) Disciplina: Empreendedorismo

Carga Horária: Total: 80h

Ementa:

Compreender os conceitos de empreendedorismo, intraempreendedorismo, empreendedorismo externo e consultoria; Identificar o papel do empreendedor, consultor e gestor dentro de uma organização; Realizar o diagnóstico de necessidades organizacionais, relacionadas a Logística; Identificar oportunidades de implantação de novos projetos, por meio da análise das oportunidades de desenvolvimento organizacional pelas pessoas; Gerenciar os recursos empresariais, o marketing, as finanças a produção e as pessoas; Desenvolver plano de negócio, com foco nos resultados e analisando os recursos de implementação.

Bibliografia Básica (3):

AFFONSO, L. M. F.; RUWER, L. M. E.; GIACOMELLI, G. Empreendedorismo. Porto Alegre: Sagah, 2018. Digital - Biblioteca A.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. Empreendedorismo. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. Digital - Biblioteca A.

RUBINFELD, A.; HEMINGWAY, C. Feito para crescer: expandindo seu negócio na esquina e no mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006. Digital - Biblioteca A.

Bibliografia Complementar (3):

GALLI, A. V.; GIACOMELLI, G. Empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Sagah, 2017. Digital - Biblioteca A

MOURA, G. J. M.; CONSTANTINI, das C. R. D. O Marketing e a Combinação Estratégica de Métodos para o Sucesso de Negócios Online: um estudo de caso das estratégias de lançamento, webinars e funil de vendas perpétuo. Revista Interdisciplinar Pensamento Científico, v. 5, n. 3, 30 dez. 2019. Disponível em: <http://reinpeconline.com.br/index.php/reinpec/article/view/320> Acesso em: 10 Jun. 2021.

NASSIF, V. M. J.; ARMANDO, E.; LA FALCE, J. L. O Empreendedorismo e a Pequena Empresa no Contexto do Pós-Covid-19: Há luz no Fim do Túnel. Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business, São Paulo, SP, v. 9, n. 3, p. I-VII, 2020. DOI: 10.14211/regepe.v9i3.1940. Disponível em: <https://regepe.org.br/regepe/article/view/1940> Acesso em: 17 ago. 2021.

Período Letivo: 4º Período

(4º) Disciplina: Gestão da Cadeia Suprimentos

Carga Horária: Total: 80h

Ementa: Conceitos de cadeia de suprimentos. Logística x Cadeia de Suprimentos. Logística reversa gerenciamento da cadeia de abastecimento. Logística, marketing e compras na cadeia de suprimentos, bem como a tecnologia da informação. Contempla também a área e o sistema de produção, transitando pelo planejamento e controle. Índice de eficiência produtiva. Estratégia competitiva e de fornecimento. Gerenciamento global e de riscos da cadeia de suprimentos. O papel estratégico da Gestão Patrimonial e de Materiais. Compras e Novas Tendências em Compras. Negociação. Previsão da Demanda. Gestão dos Estoques. Controle de Inventário. Gestão da Distribuição.

Bibliografia básica (3)

BOWERSOX, D. J. *et al.* **Gestão logística da cadeia de suprimentos**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SIMCHI-LEVI, D.; KAMINSKY, P.; SIMCHI-LEVI, E. **Cadeia de suprimentos projeto e gestão: conceitos, estratégias e estudos de caso**. Porto alegre: Bookman, 2010.

Bibliografia complementar (3)

JACOBS, F. R.; CHASE, R. B. **Administração de operações e da cadeia de suprimentos**. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

Melo, Daniela de Castro e Alcântara, Rosane Lúcia ChicarelliA gestão da demanda em cadeias de suprimentos: uma abordagem além da previsão de vendas. *Gestão & Produção* [online]. 2011, v. 18, n. 4 [Acessado 18 Agosto 2021] , pp. 809-824. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000400009>>. Epub 05 Abr 2012. ISSN 1806-9649. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000400009>.

PIRES, M. R. S.; SILVEIRA, R. M. **Logística e gestão da cadeia de suprimentos**. Porto Alegre: Sagah, 2016.

Período Letivo: 4º Período

(4º) Disciplina: Gestão da Qualidade

Carga Horária: Total: 80h

Ementa: Conceito de qualidade. Histórico. Gurus da administração ligados à qualidade. Gestão da Qualidade Total (GQT). Certificações de qualidade. Principais processos de uma empresa. Ferramentas de otimização de processos. Ferramentas de gestão (ERPs corporativos). Mapeamento de processos.

Bibliografia Básica (3):

LOPES, Janice Correia da Costa. *Gestão da qualidade*. 2014. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/13214>> Acesso em: 17 fev. 2022.

MARTINS, Roberto Antonio; COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Indicadores de desempenho para a gestão pela qualidade total: uma proposta de sistematização. *Gestão & Produção*, v. 5, p. 298-311, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/gp/a/8YKQWhKnMdmjGtd5bkBwj8L/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 17 fev. 2022.

LONGO, Rose Mary Juliano. *Gestão da qualidade: evolução histórica, conceitos básicos e aplicação na educação*. 1996. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1722/1/td_0397.pdf> Acesso em: 17 fev. 2022.

Bibliografia complementar (3)

ANTÓNIO, Nelson Santos; TEIXEIRA, António; ROSA, Álvaro. *Gestão da Qualidade—De Deming ao modelo de excelência da EFQM*. Lisboa: Edições Sílabo, 2007. Disponível em: <<https://static.fnac-static.com/multimedia/PT/pdf/9789726188544.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2022.

LIMA, Andréa Cavalcanti Correia; CAVALCANTI, Arlei Antonio; PONTE, Vera. Da onda da gestão da qualidade a uma filosofia da qualidade da gestão: Balanced Scorecard promovendo mudanças. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 15, p. 79-94, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcf/a/hh5LcyHCvBNVcdXYv6Dbwqf/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 17 fev. 2022.

PRADELLA, Simone. Gestão de processos: uma metodologia redesenhada para a busca de maior eficiência e eficácia organizacional. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 13, n. 2, p. 94-121, 2013. Disponível em: <<http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/486>> Acesso em: 17 fev. 2022.

Período Letivo: 4º Período

(4º) Disciplina: Logística e Marketing Internacional

Carga Horária: Total: 40h

Ementa: A disciplina contempla a logística no aspecto globalizado da economia, com contexto de negócios internacionais e implementação das vertentes do Marketing no âmbito dos mercados internacionais. Suas operações, economia e cadeia de suprimentos globalizada, bem como seus estágios e estratégias de mercados mundanizados. Comércio exterior, importação e exportação, abrangendo os benefícios de incentivos fiscais, procedimentos alfandegários e cambiais.

Bibliografia Básica (3):

PORTES, Aline Baraldo. *Logística Reversa Internacional*. Disponível em: <<http://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/2926>> Acesso em: 17 fev. 2022.

MOURA, Graziela Breitenbauch de et al. Internacionalização, Logística, Arranjos de Integração e Cultura. 2018. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/7352/1/Internacionalizacao_Logistica_%20Arranjos_de_Integracao_e_Cultura.pdf> Acesso em: 17 fev. 2022.

CASTILHO, Marta. Comércio internacional e integração produtiva: uma análise dos fluxos comerciais dos países da ALADI. Texto para Discussão, 2012. Disponível em:
<<https://www.econstor.eu/handle/10419/91138>> Acesso em: 17 fev. 2022.

Bibliografia Complementar (3):

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. Revista Urutágua, v. 11, p. 1-18, 2007. Disponível em:
<<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17553/material/1.%20ARTIGO%20-%20Livre%20Com%C3%A9rcio%20versus%20Protecionismo.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2022.

AMARAL, João Antônio da Cunha. A logística internacional como diferencial competitivo para as empresas envolvidas nas importações e exportações brasileiras. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:
<<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/3880>> Acesso em: 17 fev. 2022.

REZENDE, Amaury José; DALMÁCIO, Flávia Zóboli; RATHKE, Alex Augusto Timm. Avaliação do impacto dos incentivos fiscais sobre os retornos e as políticas de investimento e financiamento das empresas. Revista Universo Contábil, v. 14, n. 4, p. 28-49, 2019. Disponível em: <<https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6460/4192>> Acesso em: 17 fev. 2022.

Período Letivo: **4º Período**

(4º) Disciplina: **Logística em E-Commerce**

Carga Horária: **Total 40h**

Ementa:

Estudo a respeito da Logística no Comércio Eletrônico refletindo a respeito de seus conceitos e a aplicação de práticas, possibilitando ao aluno compreender o comércio eletrônico desde a fase de elaboração até a entrega ao destinatário final da mercadoria adquiridas em ambiente virtual, correlacionando os principais conceitos de logística em todas as fases do processo. Introduzir estudos relacionados as estratégias de logística para a lojas virtuais envolvendo planejamento, logística reversa e prioridades no “*timing*” de atendimentos, permitindo ao egresso o adequado desenvolvimento de atividades logísticas relacionadas ao comércio eletrônico.

Bibliografia básica: (3)

ASSUNCAO, W. S.; FAGUNDES, P. F.; REVILLION, A. S. P. **Comércio eletrônico**. Porto Alegre: Sagah, 2019. Digital - Biblioteca A

SCHIAVINI, J. M. *et al.* **Modelos de negócios**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. Digital - Biblioteca A

VISENTINI, Monize Samara; SCHEID, Liara Laís; CHAGAS, Fernanda Bard. Análise das principais lojas de comércio eletrônico do país sob a ótica do marketing digital nas redes sociais virtuais. *Perspectivas em Gestão e conhecimento*, v. 8, n. 1, p. 67-85, 2018. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7864637> >. Acesso em: 05 Fev. 2021.

Bibliografia complementar: (3)

BASTOS, Jaqueline Pereira; VILANOVA, Miguel Eugenio Minuzzi. COMÉRCIO ELETRÔNICO: UM ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO ATRAVÉS DOS SITES DE SISTEMAS DE REPUTAÇÃO E CONFIANÇA. *Revista Interdisciplinar Animus*, [S.l.], v. 1, n. 8, p. 39-58, nov. 2019. ISSN 2448-0665. Disponível em: <<http://200.129.245.142/index.php/v1/article/view/27>>. Acesso em: 07 aug. 2021.

GUIMARÃES, Ítalo J. B.; SOUSA, M. R. F. de; COSTA, L. C. A. da. Recomendações de acessibilidade em sites de comércio eletrônico para usuários cegos. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 84–106, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245274.84-106. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/106813>. Acesso em: 17 ago. 2022.

REVILLION, A. S. P.; *et al.* **Marketing digital**. Porto Alegre: Sagah, 2019. Digital - Biblioteca A

Período Letivo: 4º Período

(4º) Disciplina: **Sistemas de Informação em Logística**

Carga Horária: **Total: 80h**

Ementa:

A disciplina contempla os desafios da Logística ao longo do tempo, logística 4.0, sua conceituação e benefícios para a cadeia de suprimentos, tecnologias aplicadas à gestão de transportes, softwares aplicados de gestão (ERP, MRP), ferramentas estratégicas para a Logística. Métodos e ferramentas para gerenciar o processo de inovação em logística. Uso da sistemas na gestão da cadeia de suprimentos e importância de relatórios gerenciais para tomada de decisão, lucratividade e eficiência no processo logístico, bem como potencialização dos resultados.

Bibliografia Básica:

DE ALMEIDA, FABIO AUGUSTO SELETTI *et al.* INDÚSTRIA 4.0 e LOGÍSTICA 4.0: inovação, integração, soluções e benefícios reais decorrentes do mundo virtual. X Fateclog-Logística 4.0 & A Sociedade Do Conhecimento FATEC Guarulhos, 2019. Disponível em: <<https://fateclog.com.br/anais/2019/IND%20%20ASTRIA%204.0%20E%20LOG%20%20%20TICA%204.0%20INOVA%20%20%20%20%20INTEGRA%20%20%20%20%20SOLU%20%20%20%20%20BENEF%20%20%20%20%20DCIOS%20%20%20%20%20REAIS%20%20%20%20%20DECORRENTES%20%20%20%20%20MUNDO%20%20%20%20%20VIRTUAL.pdf>> Acesso em: 18 fev. 2022.

DA SILVA, Eduardo Filipe; DOS SANTOS KAWAKAME, Marcelo. Logística 4.0: Desafios e inovações. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Kawakame/publication/356998067_Logistica_40_Desafios_e_inovacoes_Logistic_40_Challenges_and_innovations/links/61b75f34a6251b553ab65063/Logistica-40-Desafios-e-inovacoes-Logistic-40-Challenges-and-innovations.pdf> Acesso em: 18 fev. 2022.

GHISI, Marcos Angeli et al. Usos e benefícios de softwares de roteirização na gestão de transporte. VII SEMEAD, São Paulo: FEARP, 2004. Disponível em: <<http://apps.markestrat.com.br/upload/8e5280f64b44db12bad4c323c05c240a-usosebeneficiosdesoftwarederoteirizacaoagestaodetransportes.pdf>> Acesso em: 18 fev. 2022.

Bibliografia complementar: (3)

Bandeira, Renata Albergaria de Mello e Maçada, Antonio Carlos Gastaud Tecnologia da informação na gestão da cadeia de suprimentos: o caso da indústria gases. Production [online]. 2008, v. 18, n. 2 [Acessado 18 Agosto 2022] , pp. 287-301. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65132008000200007>>. Epub 27 Ago 2008. ISSN 1980-5411. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132008000200007>.

BINOTO, Renato; GUARNIERI, Patrícia. Inovação Logística na Gestão das Cadeias de Suprimentos. Anderson Leitoguinho Rossi, p. 179, 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/33885586.pdf#page=179>> Acesso em: 18 fev. 2022.

SOUSA FILHO, João Lucas de. Uma análise da utilização dos relatórios gerenciais para tomada de decisões em micro e pequenas empresas. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/31231>> Acesso em: 18 fev. 2022.

Período Letivo: **4º Período**

(4º) Disciplina: **Projeto Integrador 4**

Carga Horária: Total: 40h

Ementa:

O Projeto Integrador estimula o aluno a observar a viabilidade da implantação de trabalhos que promovam a transformação entre Universidade e Sociedade. Objetiva despertar no aluno a capacidade de avaliar o cenário que se depara, de forma crítica, propondo melhorias e planos de ação. É necessário que estes projetos sejam desenvolvidos e aptos à prática da cidadania. A extensão comunitária, por meio do Projeto Integrador, deve oferecer melhorias do cenário onde o aluno está inserido e do ponto de vista acadêmico, oportunizar aprendizado e qualificação do ensino.

Bibliografia Básica: Não há indicação em virtude da natureza da atividade.

Bibliografia Complementar: Não há indicação em virtude da natureza da atividade.

ANEXO 2 - REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

O projeto pedagógico do curso foi construído em total observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para os CST. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana estão incluídas como conteúdos disciplinares e nas atividades complementares em consonância com a Resolução CNE/CP N° 01, de 17/6/2004. A Disciplina Libras está inserida na estrutura curricular como disciplina optativa, conforme preconiza o Decreto 5.626/2005. Este Curso contempla, ainda, as Políticas de Educação Ambiental, conforme a determinação da Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e do Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002. Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN's

O Curso Superior de Tecnologia em Marketing está em consonância com a Resolução CNE/CP N° 3, de 18 de dezembro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos Superiores de Tecnologia e com base no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Resolução CNE/CES n° 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

Em atendimento à Resolução CNE/CP n° 01, de 17 de junho de 2004, fundamentada no Parecer CNE/CP n° 03/2004, a IES incluiu na matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Marketing o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e indígenas.

Os conteúdos de Relações Étnico-Raciais e de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e Educação é disponibilizado na disciplina sociologia, sem prejuízo de serem abordados em outras disciplinas, dada a multidisciplinaridade do Curso.

Desta forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os alunos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando desta forma, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Essas Diretrizes são normatizadas nos termos da Lei n° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis n° 10.639/2003 e n° 11.645/2008.

Diretrizes nacionais para a educação dos direitos humanos

As diretrizes das políticas de Direitos Humanos estarão contempladas nos conteúdos de transversalidades através de realização de eventos que terá a participação de toda a instituição e curso.

No aspecto integrativo do curso com as políticas de direitos humanos, também acontecerá por meio da disciplina de sociologia em que os alunos interessados poderão ter maior aproximação aos conteúdos pertinentes desta resolução.

Proteção dos direitos da pessoa com transtorno espectro autista

A Faculdade do Comércio - FAC em atendimento ao disposto na lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, criará o serviço de atendimento psicopedagógico ao discente, denominado Núcleo de Atendimento Psicopedagógico - NAP, para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente.

Terá por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos discentes e subsídios para melhoria do desempenho de estudantes que apresentem dificuldades.

Contribuirá para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos estudantes, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes e dos estudantes portadores de necessidades educacionais especiais. Este serviço será coordenado por um profissional com formação na área de psicologia e/ou psicopedagogia.

O atendimento será caracterizado por orientações individuais a estudantes encaminhados pelos professores, Coordenadores de Curso ou àqueles que procurarem o serviço espontaneamente.

O NAP de forma interdisciplinar desenvolverá ações referentes às questões que envolvam o aluno com necessidades especiais. Além disso, as questões ligadas à proteção dos direitos a pessoa com transtorno do espectro autista são tratadas, continuamente, no âmbito de seus programas de formação continuada dos corpos docente e técnico-administrativo.

Titulação corpo docente

Conforme determina a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, em seu Art. 66, a preparação para exercício no magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação.

Desta forma, a Faculdade do Comércio - FAC conta em seu quadro com todos os docentes atendendo a legislação específica, observando ainda, que sua maioria possui título de mestres ou doutores no Curso Superior de Tecnologia em Marketing.

Núcleo Docente Estruturante - NDE

Conforme determina a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante do Curso foi criado e é constituído por 6 professores em regime de tempo integral e ou parcial com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

A sua composição e devidas atribuições estão descritas no Regulamento da IES, que estará disponível para a comissão de avaliação quando da visita in loco. A Portaria de nomeação do NDE e as Atas de reuniões também estarão à disposição da comissão.

Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa Nº 12/2006)

A denominação do curso segue o que determina a Portaria Normativa nº 12, de 14/8/2006, do Art. 2º da Portaria MEC 413, de 11/5/2016, que dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, § 1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006, sendo a denominação do curso da Faculdade do Comércio - FAC a mesma do catálogo: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM MARKETING.

Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia

Em atendimento à Portaria MEC nº 10, de 28/7/2006, da Portaria MEC 413, de 11/5/2016, que prova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, cujo extrato traz em anexo que o Curso Superior de Tecnologia de Tecnologia em Marketing deverá possuir carga horária mínima de 1.600 horas e cumprindo com o que estabelece a Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, que determina que as horas de atividades complementares, estágio e TCC sejam acrescidas à carga horária mínima do curso, informamos que o Curso Superior de Tecnologia em Marketing da Faculdade do Comércio - FAC está com 1.880 horas, sendo 1.800 horas de disciplinas, e 80 horas de atividades complementares.

Tempo de integralização

A matriz curricular do curso possui um total de 1.880 horas, dividida em 4 semestres, atendendo assim ao que determina a legislação, quanto à carga horária e tempo de integralização mínima. Essa matriz pode ser conferida pela comissão quando da avaliação in loco, por meio do Projeto Pedagógico do Curso.

Duração Mínima 02 Anos - 04 Semestres

Duração Máxima 03 Anos - 06 Semestres

Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

A Faculdade do Comércio - FAC, apresenta condições de acesso e garante a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A Faculdade do Comércio - FAC garantirá o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual, deficiência de alguma forma ou diferencial cognitivo, sendo compromisso daqueles que detêm o conhecimento, envidar esforços no sentido de minimizar a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades.

A inclusão não pode ser concebida apenas como a inserção da pessoa portadora de deficiência ou diferencial cognitivo num estabelecimento de ensino, mas proporcionar-lhe condições de aquisição do conhecimento e participação ativa do processo educacional, prevendo recursos e serviço de apoio especializado para que o estudante tenha condições de integrar-se na sociedade e ingressar no mundo do trabalho de acordo com suas possibilidades.

Aos alunos com deficiência visual, caso tenha ingressantes com estas necessidades, a instituição promove as condições necessárias para o bom aprendizado do aluno.

Aos alunos com deficiência auditiva, a instituição proporciona além de capacitação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para todos os professores, intérprete em LIBRAS, principalmente em períodos de realização de provas, para complementar a avaliação escrita quando o aluno não conseguir expressar o seu real conhecimento, bem como orientação aos professores para que valorizem o conteúdo semântico e conheçam as especificidades linguísticas do aluno com deficiência auditiva.

Objetivamente, a Faculdade do Comércio - FAC possui a questão da acessibilidade pedagógica e atitudinal tratada, continuamente, no âmbito de seus programas de formação continuada dos corpos docente e técnico-administrativo atendendo à Portaria MEC nº 3.284, de

7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências que devem ser atendidos pelas IES, bem como ao Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com respeito a alunos portadores de deficiência física as instalações da Faculdade atenderão aos seguintes requisitos:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, a Faculdade assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

- manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a um computador;
- adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, a Faculdade assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, de:

- propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

A respeito do tratamento diferenciado, a instituição estará comprometida em disponibilizar, sempre que for necessário, o seguinte:

- assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por

intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

- pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- sinalização ambiental para orientação;
- divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em locais e edificações de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e
- existência de local de atendimento específico.

Quanto aos alunos com Transtorno de Espectro Autista, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garantirá o atendimento visando a sua plena acessibilidade ao Ensino Superior (arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal) e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil do egresso do curso escolhido em igualdade de condições;

Apoiará e orientará, juntamente com os setores pedagógicos da instituição, o corpo docente e coordenadores na adequação e/ou desenvolvimento de metodologias, tendo em vista o melhor aproveitamento acadêmico do aluno com Transtorno do Espectro Autista.

Além disso, a Faculdade do Comércio - FAC possui a questão da acessibilidade pedagógica e atitudinal tratada, continuamente, no âmbito de seus programas de formação continuada dos corpos docente e técnico-administrativo.

Língua Brasileira de Sinais - Libras

O Curso de Curso Superior de Tecnologia em Marketing possui em sua Matriz Curricular a disciplina de Libras, ofertada no 4º semestre do curso, de forma optativa, atendendo assim, ao que dispõe o Decreto nº 5.626/2005.

Informações Acadêmicas

Todas as informações acadêmicas serão disponibilizadas, para o público em geral, na home page da instituição e na Secretaria Geral, sob a forma impressa.

Políticas de Educação Ambiental

A educação ambiental será uma atividade de cunho institucional na FAC, envolverão todos os cursos da instituição. Tais eventos serão direcionados para palestras e projetos de extensão que abordem temas sobre o meio ambiente, educação ambiental e o papel do Marketing neste processo.

A integração do curso de com as políticas de educação ambiental também acontecerá por meio da disciplina de Empreendedorismo.

